



ANTT - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	8
PARTE A.....	9
1.DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA.....	9
2.RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	10
3.estratégia de atuação	12
4.GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	14
5.DESEMPENHO OPERACIONAL.....	52
6.PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	55
7.INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL.....	55
8.OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	55
9.TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	56
10.PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	60
11.PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL.....	65
12.GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO.....	65
13.PROVIDÊNCIAS ADOTADAS QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	71
14.DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	84

15. INFORMAÇÕES SOBRE ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO E ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO.....	113
--	------------

16. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS.....	113
--	------------

17. PERDAS, EXTRAVIOS OU IRREGULARIDADES.....	114
--	------------

18. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS CUJO VALOR SEJA INFERIOR AO ESTABELECIDO PELO TCU.....	114
---	------------

19. AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	114
---	------------

PARTE B.....	119
---------------------	------------

1. ATIVIDADES FINALÍSTICAS.....	119
1.1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS	119
1.1.1. FISCALIZAÇÃO.....	119
1.1.1.1. FISCALIZAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL	119
1.1.1.2. FISCALIZAÇÃO EM TERMINAIS RODOVIÁRIOS.....	119
1.1.1.4. COMANDOS OPERACIONAIS - FISCALIZAÇÃO EM RODOVIAS.....	120
1.1.1.5. FISCALIZAÇÃO ESPECIAL	122
1.1.2. REGULAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	122
1.1.2.1. ALTERAÇÃO DE ESTATUTO, CONTRATO SOCIAL E ACORDO DE ACIONISTAS.....	123
1.1.2.2. ANÁLISE DE TRANSFERÊNCIA DE LINHA E/OU PERMISSÃO.....	123
1.1.3. REGULAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL	123
1.1.3.1. DELEGAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REGULAR.....	123
1.1.3.2. TRANSFERÊNCIAS	125
1.1.3.3. ALTERAÇÃO OPERACIONAL DE SERVIÇOS REGULARES	125
1.1.3.4. DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES.....	126
1.1.4. AVERIGUAÇÃO DE CONDUTAS.....	127
1.1.5. AUTORIZATÁRIAS.....	128
1.1.6. CONVÊNIOS.....	128
1.1.7. TREINAMENTO	130
1.1.8. ESTUDOS	130
1.2. EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA.....	131
1.2.1. NOVAS CONCESSÕES	131
1.2.1.1. 2º LOTE DE CONCESSÕES DE RODOVIAS FEDERAIS.....	131
1.2.1.2. OUTROS PROJETOS.....	132
1.2.2. CONVÊNIOS.....	133
1.2.2.1. CONVÊNIO 002/ANTT/2006 - ANTT/UFRJ	133
1.2.2.2. CONVÊNIO 021/2005 – ANTT/UNB.....	134
1.2.2.3. CONVÊNIO 001/ANTT/2007 – ANTT x FUB.....	134
1.2.2.4. CONVÊNIO 005/ANTT/2007.....	135
1.2.2.5. SISTEMA DE GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS CONCEDIDAS – SIGFIS	135

1.2.3. FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DAS CONCESSÕES	136
1.2.4. USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO	136
1.2.5. FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – RDT E REALIZAÇÃO DE WORKSHOP	136
1.2.6. FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SEGUROS DAS CONCESSIONÁRIAS RODOVIÁRIAS	137
1.2.7. ESTUDOS E ANÁLISES	137
1.2.7.1. ESTUDOS ECONÔMICOS DE IMPACTO E DE VIABILIDADE DE RODOVIAS	138
1.2.8. REGULAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL	139
1.2.9. GESTÃO DOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS	139
1.2.9.1. ANÁLISE DAS INEXECUÇÕES 2006	139
1.2.9.2. REVISÃO DOS PROGRAMAS DE EXPLORAÇÃO	140
1.2.9.3. ACOMPANHAMENTO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS	140
1.2.9.4. ANÁLISE DE PROJETOS EXECUTIVOS	140
1.2.9.5. ELABORAÇÃO DE NOTAS TÉCNICAS	140
1.2.9.6. DECRETOS EXPROPRIATÓRIOS	141
1.2.10. REGULAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	141
1.2.10.1. OPERAÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA	141
1.2.10.2. REAJUSTES TARIFÁRIOS DE PEDÁGIO RODOVIÁRIO	142
1.3. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS	143
1.3.1. REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGA – RNTRC	143
1.3.2. TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS	144
1.3.3. TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS	145
1.4. TRANSPORTE MULTIMODAL	146
1.5. VALE-PEDÁGIO OBRIGATÓRIO	146
1.6. TRANSPORTE DUTOVIÁRIO	147
1.7. FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS	147
1.7.1. EXCESSO DE PESO	147
1.7.2. RNTRC E TRANSPORTE INTERNACIONAL	148
1.7.3. VALE-PEDÁGIO	148
1.8. TRANSPORTE FERROVIÁRIO	148
1.8.1. INSPEÇÕES	148
1.8.1.1. INSPEÇÕES TÉCNICAS E OPERACIONAIS	149
1.8.1.1.1. INSPEÇÕES PROGRAMADAS	149
1.8.1.1.2. INSPEÇÕES EVENTUAIS	149
1.8.1.1.3. RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	149
1.8.1.1.4. NOTIFICAÇÃO	149
1.8.1.1.5. MULTA	149
1.8.1.1.6. TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA – TAC	150
1.8.1.2. INSPEÇÕES DE ATIVOS FERROVIÁRIOS	150
1.8.1.2.1. INSPEÇÕES PROGRAMADAS	150
1.8.1.2.2. INSPEÇÕES EVENTUAIS	151
1.8.1.2.3. NOTIFICAÇÕES	151
1.8.1.2.4. MULTA	151
1.8.1.3. TRENS TURÍSTICOS E CULTURAIS	151
1.8.1.4. INSPEÇÃO DE ATENDIMENTO A CLIENTES E IMPLANTAÇÃO DE REGULAMENTOS	151
1.8.1.4.1. INSPEÇÕES PROGRAMADAS	151
1.8.1.4.2. INSPEÇÃO EVENTUAL	151
1.8.1.4.3. NOTIFICAÇÕES	152
1.8.1.4.4. ADVERTÊNCIA	152

1.8.1.4.5.MULTA	152
1.8.2. ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS.	152
1.8.2.1.ESTABELECIMENTO DE NOVAS METAS CONTRATUAIS.....	152
1.8.2.2.ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS TRIENAIS DE INVESTIMENTOS	153
1.8.2.3.REGULAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR	153
1.8.2.3.1.AUDIÊNCIA PÚBLICA	153
1.8.2.3.2.PUBLICAÇÃO DE INSTRUMENTO NORMATIVO COMPLEMENTAR POR INTERMÉDIO DA RESOLUÇÃO:.....	154
1.8.2.4.USUÁRIO DEPENDENTE	155
1.8.2.4.1.CONCESSÃO E ALTERAÇÃO DO REGISTRO PELA ANTT, COMO USUÁRIO DEPENDENTE .	155
1.8.3. REGULAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	155
1.8.3.1.OPERAÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA.....	155
1.8.3.2.ALTERAÇÃO DE ESTATUTO, CONTRATO SOCIAL E ACORDO DE ACIONISTAS.....	155
1.8.3.3.REAJUSTES TARIFÁRIOS	155
1.8.3.4.ESTUDOS ECONÔMICOS DE IMPACTO E DE VIABILIDADE DE FERROVIAS	157
1.8.4. OUTRAS REALIZAÇÕES	157
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	160
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	160
2.2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - RETROSPECTIVA	162
2.3. ORÇAMENTO APROVADO – LEI Nº. 11.306, DE 16/05/2006	162
2.4. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SOLICITADAS	163
2.5. MOVIMENTAÇÕES APROVADAS	165
2.6. ANÁLISE DO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	166
3. GESTÃO FINANCEIRA	167
3.1. RECEITA PRÓPRIA	167
3.2. RECEITA PATRIMONIAL.....	168
3.3. RECEITA DE SERVIÇOS	168
3.4. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168
3.5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	169
3.6. SITUAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.....	170
3.7. RECURSOS FINANCEIROS REALIZÁVEIS	171
3.8. RECURSOS EXIGÍVEIS.....	171
3.9. FINANCIAMENTO EXTERNO	171
4. GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	172
5. GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PATRIMÔNIO	173
5.1. PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	174
5.2. INSTALAÇÕES (ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E MANUTENÇÃO)	174
5.3. PATRIMÔNIO.....	175
5.4. TRANSPORTE	177
5.5. AQUISIÇÃO DE PASSAGENS.....	177
5.6. TELEFONIA.....	178
5.7. ALMOXARIFADO	178

6.	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	179
6.1.	PROVIMENTO E VACÂNCIA	179
6.1.1.	CURSO DE FORMAÇÃO	181
6.1.2.	ADMISSÕES, DESLIGAMENTOS E APOSENTADORIAS	181
6.2.	FORÇA DE TRABALHO	182
6.2.1.	CARGOS COMISSIONADOS	182
6.2.2.	SERVIDOR TEMPORÁRIO	182
6.2.3.	SERVIDORES POR VÍNCULO	183
6.2.4.	SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA E SEXO	184
6.3.	GASTOS COM REMUNERAÇÃO	185
6.3.1.	PESSOAL POR FAIXA DE REMUNERAÇÃO	185
6.4.	ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	186
6.4.1.	ABSENTEÍSMO	186
6.4.2.	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PESSOAL DO QUADRO ESPECÍFICO	186
6.4.3.	AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO	187
6.4.4.	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO QUE RESULTARÁ NA CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES	187
6.4.5.	INFORMATIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	188
6.5.	CAPACITAÇÃO	188
6.5.1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	189
6.5.2.	POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO	190
6.6.	BENEFÍCIOS	191
6.6.1.	PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	191
6.6.2.	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	191
6.6.3.	AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	191
6.6.4.	AJUDA DE CUSTO	191
6.6.5.	AUXÍLIO TRANSPORTE	192
6.6.6.	AUXÍLIO MORADIA	192
6.7.	PROGRAMA SÓCIO-EDUCATIVO	192
6.7.1.	ESTÁGIO	192
6.7.2.	CESAM	194
6.8.	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	195
7.	GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS	196
7.1.	AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	196
8.	OUVIDORIA	197
8.1.	QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	197
8.2.	MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS	198
8.3.	TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	199
8.4.	TRATAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	200
8.5.	ACONTECIMENTOS RELEVANTES EM 2007	201
8.5.1.	AÇÕES VOLTADAS À MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	201
8.5.2.	APOIO AOS OUTROS SETORES DA ANTT	201
8.5.3.	ATENDIMENTO AOS IDOSOS	202
8.5.4.	CRIAÇÃO DO RELATÓRIO DE RESULTADOS SEMESTRAL	202
8.5.5.	FORMULÁRIO POSTAL PARA RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES	202
8.5.6.	PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	203

ANEXOS

- I** – Gastos com suprimento de fundos concedidos através de cartão corporativo
- II** – Comprovações mensais de gastos com suprimento de fundos através de cartão de pagamento
- III** – Suprimento de fundos concedidos através de ordem bancária de pagamento
- IV** – Informações quanto aos atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria, reforma e pensão

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem por objetivo apresentar as principais atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no exercício de 2007, bem como atender ao art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal.

Divide-se em duas seções, que se apresentam da seguinte forma:

- Parte A - Atende aos procedimentos relativos à composição dos Processos de Prestação de Contas das Entidades Autárquicas e Fundacionais, estabelecidos pela Instrução Normativa nº. 47/2004 e as Decisões Normativas nº. 85 e nº 88/2007, do Tribunal de Contas da União, e segue a Portaria CGU nº 1.950/2007 que aprova a Norma de Execução nº. 05/2007 destinada a orientar tecnicamente os órgãos sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal sobre a organização e formalização do processo anual de contas relativo ao exercício de 2007.
- Parte B - Refere-se à memória descritiva das ações desempenhadas por esta Agência.

PARTE A

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

Nome completo da unidade e sigla	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	
Natureza jurídica	Autarquia do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério dos Transportes	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei 10.233, de 05 de junho de 2001 e publicação no DOU de 06 de junho de 2001 – Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002 e publicado no DOU de 14 de fevereiro de 2002 – Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo de Cargos Comissionados. Resolução nº 001, de 20 de fevereiro de 2002 e publicado no DOU de 20 de março de 2002 – Aprova o Regimento Interno e a Estrutura Organizacional da ANTT.	
CNPJ	04.898.488/0001-77	
Nome e código no SIAFI	Agência Nacional de Transportes Terrestres - 393001	
Código da UJ titular do relatório	393001/39250	
Códigos das UJ abrangidas	393038/393044	
Endereço completo da sede	SBN – Quadra 02 – Bloco C– CEP 70.040-020 Brasília/DF – Telefone: (061) 3410.1000	
Endereço da página institucional na <i>internet</i>	http://www.antt.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	26 - Transporte	
Tipo de atividade	125 – Normatização e fiscalização	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Sede, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	393001
	URRJ – Unidade Regional do Rio de Janeiro, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	393038

	PACE - Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável	393044
--	--	--------

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A ANTT atua como ente regulador e fiscalizador do setor de transportes terrestres e implementador das políticas formuladas pela administração direta, dentro de sua área de atuação.

Nesse escopo, é responsável por um posicionamento conciliador e harmonizador de interesses entre Concessionários/Permissionários, usuários e as políticas de governo. Tem autonomia administrativa e financeira o que a torna capaz de manter-se independente e livre de interferências em sua atuação.

Os atos regulatórios visam dar maior clareza à legislação e aos contratos de concessão e permissão. As decisões são voltadas para o correto cumprimento de cláusulas editalícias e contratuais, bem como para impedir situações que configurem competição imperfeita ou infrações de ordem econômica.

A regulação do setor é amparada por amplas discussões técnicas e freqüentes consultas à sociedade, por meio de audiências públicas, para que em cada ato empreendido estejam presentes os valores da sociedade.

Desde sua criação, a ANTT procura conhecer todos os aspectos do negócio concedido à exploração por permissionários e concessionários privados com o objetivo de reduzir a assimetria de informações entre a agência reguladora e os entes por ela regulados.

Com isso, foi necessário estabelecer ações de acompanhamento econômico e financeiro e empreender fiscalizações nas áreas de contabilidade e tesouraria das empresas concessionárias e permissionárias para inspecionar a correção dos procedimentos e o cumprimento de obrigações previstas nos editais e contratos,

adotando uma prática até então pouco usual para as outorgas do setor de transportes terrestres.

Publicou-se atos regulatórios que estabeleceram prazos e formas através das quais as outorgadas enviam para a ANTT suas demonstrações contábeis e as tarifas praticadas para o acompanhamento e verificação da veracidade dos dados, quando das inspeções. Como resultado das inspeções, a Agência passou a reunir uma extensa base de dados econômico-financeiros sobre os agentes regulados.

Além disso, a ANTT coleta informações sobre as outorgadas na imprensa, em serviços de informações especializadas, junto a outras agências e órgãos governamentais e também junto aos usuários, em um processo de acompanhamento permanente visando à adoção de ações preventivas.

A Agência avançou na redução da assimetria de informações com o desenvolvimento de um importante projeto regulatório, usando recursos do Banco Mundial para a padronização não só do elenco de contas contábeis com as quais os agentes outorgados são obrigados a registrar suas operações, mas principalmente, para o estabelecimento do modo de como cada registro deve ser feito. Definiu-se uma estrutura de codificação regulamentada no Manual de Contabilidade para todas as operações, inventários e controles das outorgas para que possam ser representados sob uma mesma árvore de códigos e conceitos padronizados, reduzindo a assimetria de informações ao mesmo tempo em que facilitará o trabalho de regulação, fiscalização e mediação do ente regulador.

Para acompanhar e projetar as condições econômico-financeiras dos contratos de concessão, a ANTT desenvolveu modelos financeiros equivalentes aos usados pelos agentes do mercado. Estes modelos dependem além das informações coletadas pelas fiscalizações técnicas, operacionais e econômico-financeiras, mas também de estudos de mercado ou tráfego, engenharia, meio ambiente e riscos, produzidos em diferentes áreas da Agência.

Até a criação da ANTT, a regulação setorial dava grande ênfase aos aspectos operacionais das concessões e permissões, deixando a apreciação do valor das outorgas para serviços terceirizados ou simplesmente não usando a precificação do valor das concessões como alternativa de avaliação do equilíbrio econômico-financeiro dos

contratos. A criação da Agência mudou isso, com a formação de equipes multidisciplinares internas para cobrir todos os aspectos dos contratos e a formação de uma estrutura organizacional matricial, onde todos os tipos de dados são mesclados em processos de análise.

A Agência desenvolve programas de fiscalizações nos modais, que visam verificar as condições de conformidade dos aspectos legais, administrativos, econômico-financeiros e operacionais das concessionárias/permissionárias com o estabelecido nos respectivos editais de licitação e contratos. O objetivo é garantir condições de regularidade e continuidade dos serviços públicos concedidos/permitidos bem como a modicidade tarifária, que representa a utilização das receitas auferidas pelas concessionárias de forma alternativa em ganho para os usuários quando da avaliação dos reajustes periódicos das tarifas, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Constantemente, busca-se aperfeiçoar e intensificar as ações de fiscalização e regulação nos modais de transporte terrestre, com o intuito de combater o transporte irregular interestadual e internacional de passageiros, evitar o excesso de peso nas rodovias federais concedidas no transporte de cargas, fazer cumprir as cláusulas contratuais de prestação de serviços ferroviários e de manutenção e reposição dos ativos arrendados, bem como zelar pelas condições de tráfego e de investimentos nas rodovias concedidas que estão sob sua responsabilidade de administrar, dentre outras atividades que serão citadas no decorrer do relatório.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A considerável redução de 27% do orçamento autorizado para as despesas de custeio e capital, para 2007 em relação ao ano anterior, determinou a estratégia que deveria ser adotada para o exercício.

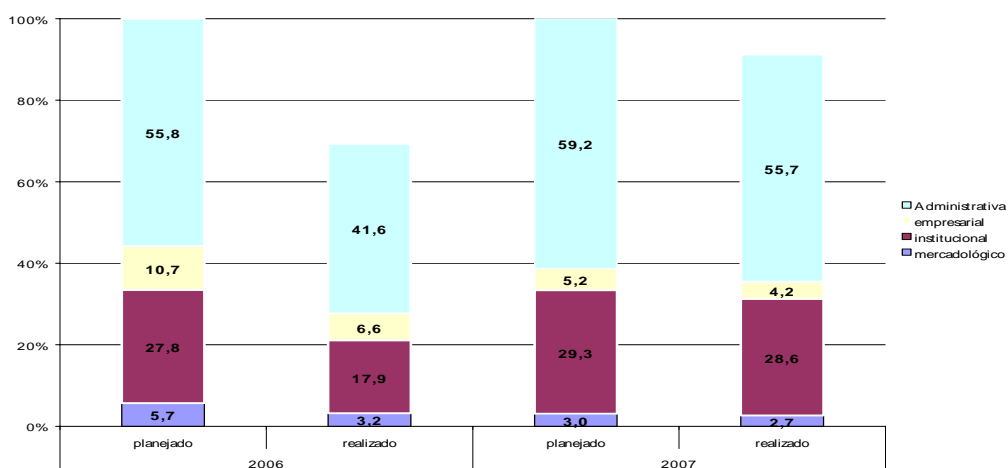
Em fase de consolidação da base territorial instalada até 2006, traduzida por novas Unidades Regionais e de vários Postos de Fiscalização/Atendimento implantados, a estratégia para provimento de funcionalidade operacional dessas unidades apresentou-se como imperiosa na alocação desses recursos assim como na continuidade das ações relacionadas ao cumprimento das atribuições legais e constitucionais desta Agência.

Tal fato pode ser evidenciado quando analisa-se a alocação dos recursos orçamentários autorizados por quatro áreas estratégicas de atuação: a Administrativa que visa garantir o suporte de recursos humanos, administrativos e operacionais para as atividades da Agência; a Institucional que têm como foco as ações de fiscalização direta ou por delegação e regulamentação, incluídas despesas com viagens com tal finalidade; a Empresarial que refere-se ao aprimoramento e complementação dos instrumentos de gestão; e a Mercadológica que são estudos para acompanhamento dos mercados regulados.

Neste sentido pode-se visualizar no gráfico a seguir a estratégia de aplicação do orçamento pelas quatro áreas referentes aos exercícios 2006 e 2007, evidenciando a continuidade do curso impresso anteriormente.

A aprovação tardia dos Projetos de Lei Orçamentária assim como a limitação imposta regularmente aos empenhos e movimentações do orçamento, contingenciamentos, reforçam a adoção de estratégia que priorize as obrigações tanto por atribuição legal, no caso a Institucional, quanto aquelas decorrentes de contratos de serviços para apoio ao funcionamento da máquina operacional.

A estratégia mostrou-se mais uma vez eficiente e eficaz, como poder-se-á ver nos tópicos a seguir, que apesar das restrições impostas para o exercício, como o contingenciamento (em nível inferior ao ano de 2006, deve-se ressaltar), conseguiu-se elevar em 50% a realização face ao planejado para a área Institucional (de 17,09% em 2006 para 28,6% em 2007), e na área Administrativa com um grau de sucesso 34% maior (41,6% em 2006 e 55,7% em 2007).



4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

PROGRAMA: 0224 – Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Tem como objetivo subsidiar as ações regulatórias com referências técnicas e econômicas baseadas no conhecimento dos componentes do mercado, de modo a garantir a eficácia e eficiência nas ações e acompanhar os programas de exploração das rodovias federais concedidas e o plano de investimentos, de modo a garantir qualidade na utilização do serviço concedido, a modicidade tarifária aos usuários e manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.
Gerente do Programa	José Alexandre Nogueira de Resende
Gerente Executivo	José Júlio Prata Gomes
Indicadores ou Parâmetros utilizados	Taxa de Concessão de Malha Rodoviária Federal e Taxa de Transferência de Malha Rodoviária Federal
Público-alvo (beneficiários)	Usuários e concessionários das rodovias e ferrovias federais

Ações que compõem o Programa:

AÇÃO: 2907- Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura Rodoviária

Tem como objetivo assegurar rodovias em boas condições de trafegabilidade aos usuários, mediante a verificação do cumprimento das disposições contratuais e das metas

nos contratos celebrados com as empresas concessionárias e nos convênios de delegação com os Estados da Federação.

Efetivamente trabalha-se somente em um conjunto de 8 ações correspondendo a 6 concessões atuais.

- (0105) – BR-040-MG/RJ-Petrópolis-Juiz de Fora,
- (0107) – BR-116/RJ/SP – Rodovia Presidente Dutra ,
- (0109) – BR-116/RJ/MG – Rio de Janeiro-Teresópolis – Além Paraíba,
- (0111) – Ponte Rio – Niterói,
- (0113) – BR-290/RS – Osório – Porto Alegre,
- (0115) – BR-293/RS – Pelotas – Bagé,
- (0117) – BR-392/RS – Rio Grande – Pelotas – Santana da Boa Vista,
- (0119) – BR-116/RS – Camaquã-Jaguarão

Compuseram também mais 8 subtítulos relativos às concessões que não se concretizaram no exercício:

- (0104) – BR-116/PR – BR-101/SC – Curitiba-Florianópolis,
- (0130) – BR-381/MG/SP – Belo Horizonte - São Paulo,
- (0133) – BR-393/RJ – Divisa MG/RJ – Entroncamento Via Dutra,
- (0135) – BR-153/SP – Divisa MG/SP – Divisa SP/PR
- (0142) – BR-116/PR/SC – Curitiba – Divisa SC/RS
- (0159) – BR-Divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva
- (0161) – BR-101/ES – Divisa BA/ES – Divisa ES/RJ
- (0163) – BR-116/SP/PR – São Paulo - Curitiba

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar rodovias em boas condições de trafegabilidade aos usuários, mediante a verificação do cumprimento das disposições contratuais e das metas estabelecidas nos contratos celebrados com as empresas concedidas
Descrição	Verificação de encargos previstos em contratos e convênios, controle por resultados, com ênfase na observância das especificações, dos parâmetros e dos padrões de qualidade estabelecidos e nas normas técnicas aplicáveis; homologação dos reajustes das tarifas de pedágio e revisão destas, expansão da capacidade da rodovia, assim como da modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações vinculadas às rodovias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	ANTT
Unidades Executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SUINF – Superintendência de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	Carlos Serman
Responsável pela execução da ação no nível local	

Metas e Resultados da ação no exercício

Previsto		Realizado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
6	8.530.000,00	6	7.889.772,00

Principais resultados pela ação direta:

Para o cumprimento da finalidade desta ação governamental a ANTT empregou recursos em diárias, num total de R\$433.022,00, e passagens, R\$729.935,00 para o cumprimento das fiscalizações, em convênios, R\$3.741.910,00 e no apoio às unidades administrativas e postos de fiscalização/atendimento, R\$2.984.905,00.

Em 2007 foram desenvolvidos trabalhos objetivando a realização das concessões inseridas no 2º Lote de Concessões de Rodovias Federais. Os leilões foram realizados no dia 9 de outubro de 2007.

Como procedimentos rotineiros ocorreram as fiscalizações técnico-operacionais das concessões realizadas conforme estabelecido no Plano de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas aprovado pela Diretoria da ANTT e em conformidade com o planejamento anual das concessionárias, nos quais constam as obras e serviços a serem executados ao longo do ano. Tendo como referência, o Plano de Fiscalização, foram definidas as atribuições das equipes de campo, de apoio e de gestão/fiscalização, assim como a periodicidade de inspeção na rodovia de cada equipe além dos modelos de relatórios a serem apresentados.

Para fiscalização dos serviços executados pelas concessionárias, consideraram-se os Relatórios Técnico-Operacionais e Físico-Financeiros – RETOFF's, os relatórios de monitoração dos diversos elementos da rodovia, apresentados pelas concessionárias, bem como os relatórios mensais elaborados pelas Unidades Regionais e as inspeções realizadas nas rodovias.

Foi efetuada análise e fiscalização dos seguros e garantias, referentes ao ano de 2006, das seis concessionárias de rodoviárias federais objetivando avaliar a adequação dos programas apresentados pelas concessionárias com o exigido pelos contratos de concessão.

Foram verificados também o uso e a ocupação da faixa de domínio, bem como a utilização dos recursos de desenvolvimento tecnológico pelas concessionárias. Em 2007 foram apresentados os projetos desenvolvidos em 2006 pelas concessionárias na área de engenharia rodoviária, o III Workshop "Desenvolvimento Tecnológico nas Concessões Rodoviárias: Soluções Técnicas e Aplicadas", organizado pela ANTT.

Principais resultados pelas ações de convênio:**Convênio nº 02/2006** - Universidade do Rio de Janeiro - UFRJ

Objeto: Fiscalização dos contratos de concessão de rodovias federais da região sudeste

Com os relatórios apresentados pelas equipes da UFRJ envolvidas com o Convênio pode-se exercer uma ação mais efetiva ao que se refere à fiscalização, uma vez que as equipes de campo são em número insuficiente para a inspeção de todos os elementos presentes nos segmentos rodoviários, objeto do convênio.

Assim, houve um aumento no número de Termos de Registro de Ocorrência – TRO's que resultou na instauração de diversos processos administrativos para apuração de penalidades.

Como consequência, pode-se perceber uma movimentação maior das concessionárias atingidas pela ação do convênio, no sentido de atentar de forma mais intensa ao que é preconizado nos Contratos de Concessão.

Convênio nº 21/2005 - Fundação Universidade de Brasília - FUB

Objeto: Aprimoramento dos processos de gestão e fiscalização dos contratos de concessão das rodovias federais

Além do aprimoramento dos processos de gestão e fiscalização teve como objetivo a análise de projetos de avaliação do volume de tráfego em futuras praças de pedágio.

Neste convênio foi desenvolvido um modelo de processo de análise de projetos de recuperação e melhoramentos de infra-estrutura rodoviária, que teve como produto os Relatórios de Metodologia para Análise e para Desenvolvimento de Projetos de Pavimentação, Geotecnia, Geometria, Drenagem e Obra de Arte Especial, num total de 10.

Com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento dessa metodologia, foi gerado o Sistema de Apoio à Análise de Projeto Executivo – SAMPE, com a entrega dos Manuais do SAMPE para o Coordenador e para o Analista da Área Técnica, além do programa em meio digital.

Neste convênio também foi realizada pesquisa sobre o impacto no tráfego pela implantação de praças de pedágio em rodovias a serem concedidas. A sistematização e detalhamento de cada etapa, com os resultados das atividades de caracterização, obtenção de dados e tratamento, estão contidas nos 4 (quatro) Relatórios de Metodologia de Avaliação dos Volumes de Tráfego em Praças de Pedágio de Rodovias a serem Concedidas.

Este Convênio foi encerrado em 22 de março de 2007.

Convênio nº 001/2007 - Fundação Universidade de Brasília - FUB

Objeto: Desenvolvimento e implantação de metodologia e procedimentos-padrão para as atividades relacionadas

O Convênio foi celebrado em 16 de março de 2007, sendo o seu prazo de vigência e execução um período de 13 (treze) meses, contados a partir da data de publicação no DOU, 26/03/2007.

Já foram apresentados os relatórios previstos no plano de trabalho sobre o mapeamento e verificação de conformidade dos processos desenvolvidos no âmbito da gestão e fiscalização dos contratos de concessão das rodovias federais, denominados A25 – Coordenação da Gestão dos Contratos de Infra-Estrutura, conforme proposto em relatórios relativos ao Convênio nº. 013/ANTT/2004, e a análise crítica dos processos mapeados e indicativos para aprimoramento dos Processos A25.

Convênio nº 005/2007 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Objeto: Aplicação do modelo NOTACERTA às rodovias federais, com exceção das Concessionárias ECOSUL e CONCEPA, além da validação dos procedimentos atualmente empregados no modelo para a avaliação técnica das rodovias sob concessão federal

O desenvolvimento do NOTACERTA foi alvo do Convênio n.º008/ANTT/2003, o qual tinha como objetivo desenvolver e implementar um modelo dinâmico que integra as avaliações qualitativas e quantitativas emitidas pelos usuários das rodovias concedidas e por técnicos da SUINF/ANTT. Naquele momento foram realizadas seguidas pesquisas de campo nas rodovias concedidas da região sul, bem como com técnicos da ANTT, tanto da sede quanto da URRJ – Unidade Regional do Rio de Janeiro.

Contudo, alguns parâmetros técnicos de engenharia deixaram de ter peso na confecção do modelo, tendo em vista da ausência de algumas características físicas das rodovias em estudo.

Com isso, surgiu a necessidade de se ampliar os parâmetros técnicos do modelo NOTACERTA, com inserção de novas características físicas contidas nas demais rodovias concedidas, CRT, CONKER, PONTE, NOVADUTRA, as quais não participaram do estudo de caso inicial.

AÇÃO: 2348 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura Ferroviária

Tem como objetivo assegurar aos usuários a qualidade e a segurança na prestação dos serviços ferroviários de cargas, mediante a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e dos editais previstos nos contratos com as empresas concessionárias

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar aos usuários a qualidade e a segurança na prestação dos serviços ferroviários de cargas, mediante a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e dos editais
Descrição	Planejamento, programação e realização de inspeções econômico-financeiras e operacionais na sede da concessionária e em campo; elaboração de relatórios com os resultados obtidos nas inspeções, contendo informações coletadas, avaliação da situação encontrada e das recomendações; acompanhamento do desempenho econômico-financeiro e operacional das concessionárias, frente às metas e às demais exigências contratuais; elaboração de normas e portarias; pesquisa do nível de satisfação da clientela usuária do serviço de transporte ferroviário de carga por intermédio de pesquisa
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	ANTT
Unidades Executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SUCAR– Superintendência de Serviços de Transportes de Cargas
Coordenador nacional da ação	Hilário Leonardo Pereira Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	

Metas e Resultados da ação no exercício

Previsto		Realizado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
12	2.000.000,00	12	1.922.915,00

Principais resultados pela ação direta:

Os recursos desta ação governamental foram aplicados em diárias, num total de R\$200.407,00, e passagens, R\$307.917,00, para o cumprimento das fiscalizações, no convênio que tem como objeto o apoio à fiscalização da infra-estrutura ferroviária e à apuração de acidentes graves no transporte ferroviário, R\$1.238.097,00 e no apoio às unidades administrativas e postos de fiscalização/atendimento, R\$176.945,00.

Anualmente, a ANTT divulga informações no site sobre a evolução do transporte ferroviário, mas os dados de 2007, referentes às concessionárias, de investimentos, acidentes, quantidade de carga transportada só serão finalizados em julho de 2008, devido ao período de prestação de contas que as concessionárias têm de envio das informações.

No ano de 2007 investimentos de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões pelos concessionários privados, representou um crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Foram aprovados, no ano de 2007, projetos de ampliação de pátios de cruzamento e trechos de acessos a terminais pelas concessionárias, totalizando R\$ 250,5 milhões.

No tocante à produção, as concessionárias vêm obtendo, a cada ano, um significativo crescimento da sua participação entre os demais modais, inclusive com a captação de novas cargas. Destaca-se o crescimento de 18 % no transporte de contêineres. No ano de 2007, a produção estimada foi de 250 bilhões de TKU, representando uma evolução de 5 %.

Quanto à redução do número de acidentes, no ano de 2007 ocorreram 1.067 acidentes, 35% menos do que o ano de 2006, resultando também uma expressiva redução de 40% do índice de acidente das concessionárias para 14,1 acidentes por milhão de trem.km.

Essas informações são levantadas a partir dos dados enviados para a ANTT pelas concessionárias e das inspeções que podem ser técnicas e operacionais, de atendimento a clientes e de implantação de regulamentos, aprovados pela Diretoria, ou inspeções eventuais.

Os cronogramas de inspeções objetivam orientar as atividades no sentido de examinar a prestação dos serviços de transporte ferroviário outorgados de cargas e de passageiros.

Dessa forma as Inspeções programadas avaliaram os aspectos de segurança e as condições operacionais oferecidas pelas concessionárias. As inspeções foram realizadas mais de uma vez em cada concessionária, visando também verificar e complementar os dados por elas enviados à ANTT.

As inspeções eventuais geralmente são motivadas por acidentes ferroviários graves, requerimentos para liberação de tráfego público, bem como por questionamentos e solicitações do Ministério Público, Tribunal de Contas da União e outros órgão públicos. Algumas delas foram:

- Apuração de acidente ferroviário grave ocorrido em 25/02/2007, no município de Londrina-PR, com trem da ALL carregado de produtos perigosos.
- Inspeção no ramal sul de Uberlândia visando subsidiar a análise da solicitação de desativação do trecho - FCA.
- Inspeção no trecho Bauru – Dois Córregos – SP, para atendimento à Ação Civil Pública do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual de São Paulo – Ferrovias Bandeirantes.
- Inspeção Técnica Eventual no trecho que corta o Município de Ibaté/SP, em cumprimento à decisão judicial da 2ª Vara Federal de São Carlos/SP, referente ao processo nº 2006.61.15.001453-6. Inspeção no trecho que corta o Município de Nova Odessa para atendimento à Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Odessa – Ferrovias Bandeirantes.
- Inspeção Técnica em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL na Usina Hidroelétrica no Rio Paraíba, em construção junto ao leito ferroviário da Linha do Centro, no km 220, pertencente à Malha Sudeste, concedida a MRS.

Observação: as inspeções eventuais motivadas por acidentes, em função das proporções e dos danos ocasionados, podem ser objeto de comissão de inquérito instaurada pela Diretoria da ANTT.

Na parte B deste relatório estão relatados os cronogramas de inspeções, bem como as notificações emitidas.

Principais resultados pelas ações de convênios:

Convênio nº 02/2007 - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Objeto: Apoio à fiscalização da infra-estrutura ferroviária e à apuração de acidentes graves no transporte ferroviário

O Convênio firmado tem como objeto o apoio à implementação de atividades relacionadas ao Plano Nacional de Segurança Ferroviária, especificamente, apoio à apuração de acidentes graves no transporte ferroviário e à fiscalização da infra-estrutura ferroviária.

Sobre o relevante tema de segurança, considera-se que os acidentes ferroviários em geral causam grandes prejuízos, tanto materiais, como relacionados às pessoas e ao meio ambiente. Embora os custos financeiros diretos dos acidentes onerem as concessionárias, os indiretos recaem sobre a infra-estrutura de transporte por atingirem a imagem institucional da modalidade e comprometer a confiabilidade da ferrovia como meio de transporte eficiente, eficaz e seguro.

Analogamente, com respeito à manutenção preventiva da segurança no transporte ferroviário, as atividades referentes à fiscalização (inspeção) da infra-estrutura das vias ferroviárias, objetivam verificar as condições técnicas de pontes e viadutos, nos fluxos de transporte com maior risco potencial de acidentes, com respeito à sua adequação à carga recebida, às condições ambientais e aos processos de manutenção efetuados pelas concessionárias. Também é de fundamental importância o trabalho de cadastramento dessas pontes e viadutos no SAFF - Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do transporte Ferroviário.

Em 2007, foram obtidos os seguintes resultados e avanços:

a) Apoio à apuração de acidentes graves:

- Estruturados os processos para cadastramento de peritos ferroviários a serem acionados por ocasião da ocorrência de acidentes graves. Estes processos tratam de: tipo de contrato, constituição do prestador de serviços, remuneração, previsão de despesas, forma de pagamento, Contrato de Credenciamento, ficha de cadastro;

- Levantamento dos dados sobre acidentes graves ocorridos a partir de 2005, comunicados à ANTT;

- Análise sobre o planejamento e atuação das concessionárias em ações emergenciais:

- Avaliação dos Planos de Ação Emergencial (PAEs) das concessionárias e recomendação para regulamentação de seus requisitos;

- Rotina para fiscalização da implementação dos PAEs;

- Definição e harmonização dos procedimentos para apuração de acidentes grave:

- Elaboração de formulários e relatórios padrões para Apuração de Acidentes Graves;

- Definição da sistemática para acionamento, acompanhamento e monitoração de acidentes graves;

- Iniciada a apuração de dois acidentes graves ocorridos em dez/2007 nas malhas concedidas à ALL e FCO. O resultado destas apurações serão objetos do Primeiro Relatório Periódico cuja entrega se dará em jan/2008, conforme previsto no Plano de Trabalho do Convênio.

b) Apoio à fiscalização de pontes e viadutos:

- Levantamento das necessidades (equipamentos, acessórios, apoio logístico) para realização dos trabalhos de campo;

- Elaboradas fichas de inspeção expedita contendo campos para informações cadastrais das Obras de Arte Especial (OAE) e relativas à avaliação do seu estado ao grau de risco da estrutura analisada

- Levantamento das OAE com base em informações fornecidas pelas concessionárias; análise e compatibilização dos dados;
- Definidos procedimentos metodológicos para fiscalização de OAE (tipos de inspeção, periodicidade, uniformização e estabelecimento de procedimentos para a coleta de dados e informações) e sistemática para acompanhamento e apoio à fiscalização do estado de conservação de pontes e viadutos;
- Foram realizadas inspeções de campo nas OAE (pontes e viadutos) de trechos selecionados da malha concedida da ALL para validação das metodologias propostas (logística, material, apoio, aplicação das fichas de inspeção).

AÇÃO: 869U – Fiscalização de Bens Operacionais e Gestão dos Contratos de Arrendamento das Malhas Ferroviárias

A ação foi criada em decorrência das novas atribuições da ANTT estabelecidas pela Medida Provisória nº. 353, de 22/01/2007, convertida na Lei nº. 11.483, de 31/05/2007 e regulamentada pelo Decreto Nº. 6.018, de 22/01/2007.

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar que sejam mantidos os bens operacionais da extinta RFFSA com responsabilidade concorrente com o DNIT no controle patrimonial e contábil e a verificação do cumprimento das disposições contratuais e das metas estabelecidas nos contratos celebrados com as empresas concedidas
Descrição	
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	ANTT
Unidades Executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou	SUCAR– Superintendência de Serviços de Transportes de Cargas

execução	
Coordenador nacional da ação	Hilário Leonardo Pereira Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	

Metas e Resultados da ação no exercício

Previsto		Realizado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
-	3.000.000,00	-	3.000.000,00

Principais resultados pela ação direta:

A medida provisória nº 346 de 22 de janeiro de 2007, criou o crédito extraordinário do valor de R\$ 3.000.000,00, e foi regulamentada pelo Decreto Nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, referente à ação de fiscalização de bens operacionais e gestão dos contratos de arrendamento das malhas ferroviárias da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

Os recursos desta ação governamental foram aplicados no convênio nº 06/07 que tem como objeto de uma das ações o aprimoramento da fiscalização de bens operacionais e gestão de contratos de arrendamento vinculados aos contratos de concessão do serviço público de transporte ferroviário, R\$1.214.048,00 e para o apoio às unidades regionais e postos de fiscalização/atendimento responsáveis pela fiscalização, R\$ 1.785.949,00.

Para a gestão dos contratos de arrendamento, incluindo a cobrança das parcelas de arrendamento, coube à ANTT, além das ações de fiscalização operacional, a responsabilidade pela cobrança dos valores de arrendamento, que serão recebidos pelo Tesouro Nacional e transferidos para o Fundo Contingente.

Coube à ANTT a fiscalização dos bens com responsabilidade concorrente com o DNIT no controle patrimonial e contábil. A fiscalização até então realizada pela ANTT

possuía um enfoque sobre a prestação do serviço de transporte e o cumprimento de metas contratuais da concessão. Com as novas atribuições a ANTT necessitou verificar todas as condições dos bens arrendados diante de cada uma de suas situações patrimoniais e contábeis e, desta forma, necessita agregar trabalhos de consultas a plantas, áreas, delimitações, propriedades e demais características intrínsecas ao processo patrimonial.

Bens devolvidos pelas concessionárias e declarados pela ANTT como não necessários à prestação do serviço público, precisam ter sua destinação definida. Nesse sentido, cada situação individual dos bens deve ser avaliada quanto à necessidade de sua preservação, incluindo a previsão de sua demolição, para os casos em que a eventual ocupação desses imóveis possa se tornar um risco para a operação ferroviária, ou mesmo a sua alienação e venda.

Os procedimentos de devolução de bens também ensejam a realização de inspeções e avaliações, com a finalidade de indenização ou reparação, que anteriormente eram realizadas pela RFFSA.

A ANTT passou a deter a responsabilidade concorrente com o DNIT para a execução do controle patrimonial e contábil dos bens, devendo ser aparelhada com os recursos humanos e materiais necessários para a realização dessa tarefa. Nesse sentido, foi proposta a absorção, pela ANTT, dos Escritórios Regionais e da Área responsável pelo Arrendamento da extinta RFFSA, com seus empregados. A referida medida permitiria o desempenho das atividades de forma mais eficiente, na medida em que contaria com uma estrutura física e documental adequada para o desenvolvimento das atividades e de um quadro de recursos humanos dotado de conhecimento e memória acerca dos processos envolvendo os bens operacionais.

O acervo documental relativo aos bens operacionais, que deverá ser transferido com o conhecimento da ANTT, é composto de um volume expressivo de documentos e sistemas de dados. Ao serem assumidos, devem os arquivos permanecer no local onde se encontram, visando resguardar as suas características técnicas e históricas, que podem perder qualidade e integridade nos processos de mudança física. A RFFSA possuía 13 (treze) unidades administrativas ao longo de toda a malha ferroviária.

Sendo a ANTT sucessora da RFFSA na gestão dos contratos de arrendamento, deve absorver o conhecimento relativo a todo o processo patrimonial da empresa, particularmente no que se referir a regularização dos atos administrativos pendentes, como a cisão patrimonial entre a RFFSA e CBTU, que gerou dificuldades em se identificar os limites dos bens operacionais e não operacionais, e outras avenças com a CVRD na região metropolitana de Belo Horizonte.

A ANTT já providenciou a carga de diversos dados relativos aos bens arrendados no âmbito do Sistema de Acompanhamento de Fiscalização do Transporte Ferroviário – SAFF. As eventuais pendências que serão levantadas pelo inventário dos bens devem ser listadas em Relatório Descritivo de Transferência da Gestão, do qual deverá constar o registro das principais providências adotadas e as questões não solucionadas pela extinta empresa.

AÇÃO: 6213 - Concessão e Regulação de Ferrovias Federais

Tem como objetivo aumentar a participação da iniciativa privada na operação de trechos, desonerando do Tesouro Nacional da obrigação de prover recursos para restauração, conservação, manutenção, melhoramento e ampliação da capacidade destas ferrovias.

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a participação da iniciativa privada e melhoramento e ampliação da capacidade das ferrovias
Descrição	Aprimoramento dos sistemas gerenciais para avaliação técnica e econômico-financeira das atuais e das futuras concessionárias e desenvolvimento de novos sistemas de monitoramento, de modo a garantir a preservação do patrimônio público concedido e a qualidade dos serviços prestados.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	ANTT
Unidades Executoras	
Áreas responsáveis por	SUEME – Superintendência de Estudos e Acompanhamento de

gerenciamento ou execução	Mercado
Coordenador nacional da ação	Roberto Vaz da Silva
Responsável pela execução da ação no nível local	

Meta e Resultado da ação no exercício: Estudo Realizado

Previsto		Realizado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
2	300.000,00	2	157.116,00

Principais resultados pelas ações de convênio:

As atividades desta ação governamental foram realizadas em parceria com a Universidade Federal Fluminense – UFF, pelo convênio nº 16/05 e com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pelo convênio nº 11/05.

O primeiro já foi encerrado em março de 2007 e suas contas aprovadas. Os resultados e relatórios produzidos foram utilizados como subsídio de várias ações regulatórias, entre elas as resoluções de autorização de obras e de transporte de produtos perigosos que em janeiro de 2008 encontra-se em fase de audiência pública.

O segundo convênio encerrou-se em setembro de 2007, tendo como resultado a operacionalização de um conjunto de ferramentas e procedimentos para acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços público de transporte ferroviário de carga e de passageiro, centrado em um sistema informatizado, operando na WEB (Internet), denominado SAFF – Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário.

O SAFF constitui-se em uma extensa base de dados, contendo informações sobre todo “negócio” de transporte ferroviário de interesse da ANTT.

Este sistema, atualmente, permite que as concessionárias enviem dados mensalmente à ANTT, via internet, com facilidades de depuração, consistência, controle, consultas e relatórios. Do ponto de vista da Agência o SAFF integra dados de cadastro dos ativos ferroviários (vias, vagões, estações ...) e outros (clientes, mercadorias, fluxos, ...), com as informações operacionais, de tarifas e investimentos, fornecidas pelas concessionárias e com os resultados das inspeções realizadas.

Observa-se que o SAFF foi objeto da Resolução ANTT nº 2.502/2007 e que a entidade parceira (UFSC) apresentou à ANTT disposição para permanente manutenção e aprimoramento do SAFF, visto seu relacionamento com os trabalhos de pesquisa que desenvolve.

Cabe ainda mencionar que as funções atuais do SAFF estão sendo expandidas para incluir a comunicação de acidentes graves e o detalhamento técnico e dados específicos de inspeção de pontes e viadutos da malha concessionada, conforme parceria vigente com a UFSC para apoio na apuração de acidentes graves e fiscalização da infraestrutura ferroviária, mediante Convênio nº 02/2007.

AÇÃO: 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais

Tem como objetivo aumentar a participação da iniciativa privada na operação de trechos com alta densidade de tráfego, desonerando o Tesouro Nacional da obrigação de prover recursos para restauração, conservação, manutenção, melhoramento e ampliação da capacidade destas rodovias.

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a participação da iniciativa privada na operação de trechos com alta densidade de tráfego e prover recursos para melhoramento e ampliação da capacidade destas rodovias
Descrição	Aprimoramento dos sistemas gerenciais para avaliação técnica e econômico-financeira das atuais e das futuras concessionárias e

	desenvolvimento de novos sistemas de monitoramento, de modo a garantir a preservação do patrimônio público concedido, e a qualidade dos serviços prestados e a modicidade das tarifas de pedágio Realização de programas de exploração rodoviária de trechos já selecionado para concessão, efetuando os necessários estudos de tráfego, de capacidade e de viabilidade econômico-financeira, para selecionar na malha viária nacional novos trechos passíveis de serem concedidos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	ANTT
Unidades Executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SUEME – Superintendência de Estudos e Acompanhamento de Mercado
Coordenador nacional da ação	Roberto Vaz da Silva
Responsável pela execução da ação no nível local	

Metas e Resultados da ação no exercício: Estudo Realizado

Previsto		Realizado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
1	700.000,00	2	514.548,00

Principais resultados pelas ações de convênio:

As atividades desta ação governamental foram realizadas em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pelo convênio nº 20/05, destinado desenvolver estudos para a identificação, mapeamento, caracterização e análise de cenários logísticos em estratégicos corredores de transportes e a análise dos modelos de

financiamento para empreendimentos em transportes terrestres em corredores de notável interesse público e privado.

Como o objeto deste convênio vai além das definições desta ação fez-se necessário a utilização de recursos da ação 4922, que tem como objeto o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Interestadual e Internacional de Passageiros. Com isso, as informações referentes ao convênio encontram-se descritas da ação 4922.

O outro convênio, realizado com o Ministério da Defesa – Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção – DEC, refere-se ao desenvolvimento de estudos/ações englobados em dois grupos de objetos: Apoio ao desenvolvimento de técnicas de fiscalização e Apoio ao desenvolvimento da capacidade regulatória da ANTT. Cada objeto possui um conjunto de ações que em sua totalidade abrange os modais de transportes terrestres regulados pela ANTT. Com isso, este convênio utilizou parte de recursos da ação 869U.

Para o exercício de 2007 o Convênio previu a entrega de Relatório Parcial de acompanhamento, o que foi cumprido, tempestivamente, pela Conveniente.

O relatório parcial trata dos trabalhos realizados referentes à Ação 1 – Aprimoramento da fiscalização de bens operacionais e gestão dos contratos de arrendamento vinculados aos contratos de concessão do serviço público de transporte ferroviário -, decorridos 3 meses (90 dias) da publicação do extrato do Convênio no DOU, de forma crítica e concisa, contendo, inclusive, conclusões pertinentes à continuidade dos trabalhos e informando a relação e curriculum da equipe alocada e uma avaliação da parte realizada do objeto.

A Ação 1 do Convênio engloba quatro itens distintos, porém integrados entre si:

- Regras e Padrões para identificação do material rodante;
- Itens relevantes e dados para o sistema de informação (SAFF);
- Atuação concorrente com o DNIT e,
- Operacionalização e programação da fiscalização com base estatística.

O primeiro item é considerado prioritário, entretanto, depende, em parte, da consolidação e ajustes nos dados sobre os bens arrendados e outros, tarefa essencialmente relacionada ao item seguinte. Dessa forma, a estimativa demonstrada de que 75% do primeiro item e 30% do segundo já foram realizadas, encontra-se consistente com as premissas. Para os demais itens avalia-se a realização de 10% e 3%, respectivamente.

Quanto ao terceiro item, o Relatório destaca sobremaneira a dependência, para sua realização, de informações do DNIT sobre suas necessidades de dados resultantes da fiscalização. Entretanto, reconhecendo a validade de que se mantenham compatíveis as definições das bases de dados e considerando que a efetiva transferência dos bens arrendados da RFFSA para o DNIT (atual proprietário) requer a realização de inventário em cada concessionária, em andamento sem previsão para conclusão, entende-se ser de melhor proveito aprimorar nosso processo de fiscalização com o conhecimento detalhado e aproveitamento dos sistemas de controle das próprias concessionárias, de forma a que, posteriormente, quando forem, de fato, iniciados os trabalhos conjuntos ANTT/DNIT, a Agência disponha de um sistema de controle e fiscalização mais evoluído, passível de ser utilizado como interface, ainda que requeira alguma extensão específica para atender o DNIT.

O Relatório também conclui pela importância de que se utilizem dados diretamente obtidos dos sistemas de TI das concessionárias para utilização na programação da fiscalização – quarto item da Ação 1, sob aspectos quantitativos e qualitativos. Entende-se que este mecanismo está implícito no objeto definido (metodologias para programação, com base estatística, da fiscalização).

A orientação, na continuidade dos trabalhos, é no sentido de que o SAFF centralize todas as informações de controle e fiscalização, de modo a que se mantenha uma única e padronizada interface de dados, mesmo porque várias informações utilizadas para controle patrimonial dos bens arrendados são também necessárias à gestão dos contratos de concessão, sobretudo para acompanhamento das obrigações estabelecidas quanto à qualidade da prestação dos serviços e do cumprimento das metas de produção e de segurança.

PROGRAMA: 0227 – Serviços de transporte Rodoviário

Tem como objetivo subsidiar as ações regulatórias com referências técnicas e econômicas baseadas no conhecimento dos componentes de mercado, de modo a garantir a eficiência e eficácia nas ações através do estudo de tráfego e demanda dos serviços, de fluxos e impactos ambientais, para a definição de tarifas, preços e fretes.

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de cargas e passageiros
Gerente do Programa	José Alexandre Nogueira de Resende
Gerente Executivo	José Júlio Prata Gomes
Indicadores ou Parâmetros utilizados	Graus de Satisfação do usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros e Grau de Satisfação do Cliente do Transporte Rodoviário de Carga
Público-alvo (beneficiários)	Usuários do transporte rodoviário de carga e passageiros

AÇÃO: 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas

Tem como objetivo assegurar a qualidade da segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas pela verificação da observância das normas técnicas constante da legislação em vigor.

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas pela observância das normas técnicas da legislação em vigor

Descrição	Avaliação do grau de atendimento do usuário e do seu nível de satisfação, estruturação dos custos dos transportes/tarifas, manutenção de banco de dados atualizados do setor, realização de estudos, relatórios e pareceres técnicos para subsidiar a formulação de políticas, planos e programas, visando à tomada de decisão.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	ANTT
Unidades Executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SULOG – Superintendência de Logística e Transporte Multimodal
Coordenador nacional da ação	Aury de Melo Teixeira
Responsável pela execução da ação no nível local	

Meta e Resultado da ação no exercício: Veículo Fiscalizado

Previsto		Realizado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
6.900.000	4.000.000,00	7.274.756	3.824.425,00

Principais resultados pela ação direta:

Para o cumprimento da finalidade desta ação governamental a ANTT empregou recursos em diárias, num total de R\$246.042,00, e passagens, R\$294.100,00 para o cumprimento das fiscalizações, em convênios, R\$1.574.203,00 e no apoio às unidades administrativas e postos de fiscalização/atendimento, R\$1.710.075,00.

A qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas são resguardadas pela observância e atualização das normas técnicas da legislação em vigor,

e pelos procedimentos de fiscalização destinados a coibir o excesso de peso nas rodovias e acompanhar o Vale-Pedágio, o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas – RNTRC e os veículos habilitados a efetuar o Transporte Rodoviário Internacional de Cargas.

Em 2007, foram submetidos à fiscalização seletiva 6.552.389 veículos. Caso esta fiscalização identifique excesso de peso, procede-se a pesagem em balança de precisão. Em 2007, 1.567.372 veículos foram fiscalizados em balanças de precisão.

Durante este mesmo período, foram fiscalizados 687.633 veículos com relação ao vale-pedágio e transporte internacional. Em decorrência da não antecipação do Vale Pedágio obrigatório, foram autuados 12.287 infratores e, com relação ao transporte internacional, foram autuadas 201 empresas.

Com relação ao RNTRC, foram fiscalizados 34.734 veículos, e em 2007 chegou-se a 907 mil registros, sendo cerca de 762 mil registros para transportadores autônomos, 143 mil para empresas e 681 registros para cooperativas, somando uma frota total superior a 1,7 milhão de veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas. Contribuiu para esse incremento a ação da fiscalização da Agência no período.

O transporte internacional de cargas contabilizou 590 empresas brasileiras habilitadas a operar em território estrangeiro e 1.150 empresas estrangeiras habilitadas para operar em território brasileiro.

Em 2007, também foi aprovada a Lei nº 11.442 que disciplina o transporte rodoviário nacional de cargas. Esta Lei modifica profundamente o setor e está em processo de regulamentação pela ANTT. Estudos aprofundados, consultas e audiências públicas, análises de impacto e estratégias de implementação da nova resolução foram realizados durante o ano.

Principais resultados pelas ações de convênios:

Os convênios vigentes em 2007, em um total de 4, foram os de delegação de competência com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e com o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes. Os recursos

repassados são para dar apoio à fiscalização do transporte nacional e internacional de cargas e ao controle do Vale-Pedágio.

AÇÃO: 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário e Interestadual e Internacional de Passageiros

Tem como objetivo assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da verificação da observância das normas técnicas constante da legislação em vigor.

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da verificação da observância das normas técnicas constante da legislação em vigor
Descrição	Promoção de licitações e atos de delegação de permissão ou autorização dos serviços e ainda permanente fiscalização da prestação do serviço delegado, visando coibir o transporte irregular, aplicando penalidades, procedendo à revisão de tarifas e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	ANTT
Unidades Executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SUPAS – Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros
Coordenador nacional da ação	José Antônio Schmitt de Azevedo
Responsável pela execução da ação no nível local	

Meta e Resultado da ação no exercício: Veículo Fiscalizado

Previsto		Realizado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
200.000	12.500.000,00	362.862	11.149.450,00

Principais resultados pela ação direta:

Os recursos desta ação governamental foram aplicados em diárias, num total de R\$999.946,00, e passagens, R\$476.200,00, para o cumprimento das fiscalizações, nos convênios, R\$7.422.786,00 e para apoio às unidades regionais e postos de atendimento/fiscalização R\$2.250.518,00.

As fiscalizações objetivam averiguar as condições de prestação dos serviços por parte das empresas permissionárias e autorizatárias, coibindo as irregularidades e assegurando ao usuário transporte com qualidade e segurança.

O número de veículos fiscalizados em 2007 cresceu em 103% comparado com 2006, devido à padronização de suas ações, à maior participação das equipes das unidades regionais e postos de atendimento/fiscalizações.

Os tipos de fiscalizações são: em Terminais Rodoviários, Comandos Operacionais, Técnico-operacionais e Especiais.

As fiscalizações em terminais rodoviários são realizadas por agentes lotados em 85 postos de fiscalização/atendimento em 24 estados da Federação, destacando-se as ações que visam preservar os direitos aos benefícios amparados pelo Estatuto do Idoso e pela Lei de concessão do Passe Livre a deficientes físicos comprovadamente carentes. A fiscalização em terminais rodoviários contou ainda com a participação de agentes dos órgãos conveniados com a ANTT.

Os Comandos Operacionais são realizados em rodovias e visou principalmente coibir o transporte clandestino de passageiros, realizado por empresas não autorizadas. Teve como objetivo ainda fiscalizar as empresas autorizatárias que executam serviço de fretamento eventual, turístico, contínuo e especial, que pelas características de seu serviço não se utilizam de terminais rodoviários.

Contou-se, na maioria das vezes, com a estrutura física dos postos da Polícia Rodoviária Federal conveniada à ANTT, que também oferece apoio na execução das atividades. Em 2007 foram efetuadas 376 operações de combate ao transporte clandestino, em 25 Estados, sendo atendidas mais de 140 localidades em pontos estratégicos de grande fluxo de passageiros, foram fiscalizados 70.441 veículos.

As que são do tipo técnico-operacional foram realizadas em 44 empresas de transporte de passageiros, no qual se buscou averiguar as condições técnicas de operação, com enfoque nos itens de segurança, nos aspectos relacionados à manutenção corretiva e preventiva das frotas de veículos e à jornada de trabalho de motoristas.

E, as fiscalizações Especiais totalizaram 664 operações devido à apuração de denúncias. Nessas atividades foram fiscalizados 6.054 veículos.

Quanto aos convênios, a ANTT firmou convênios de delegação de competência para a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros para ampliar e intensificar as ações no território nacional.

Instituições:

- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA/BA;
- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul - AGEPAN/MS;
- Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR/GO;
- Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP/SP;
- Agência Reguladora do Mato Grosso - AGER/MT;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF;
- Departamento de Transporte e Terminais de Santa Catarina - DETER/SC;
- Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu/PR - FOZTRANS;
- Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Piauí - SEINFRA/PI;
- Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Tocantins - SEINF/TO;
- Secretaria de Infra-Estrutura do estado do Piauí - SEINFRA/PI;
- Secretaria de Transportes do Distrito Federal - SETRAN/DF.

Principais resultados pelas ações de convênio:**Convênio nº 05/2006 - Fundação Universidade de Brasília - FUB**

Objeto: Desenvolvimento de instrumentos de gestão operacional e institucional do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros

Os resultados obtidos por este Convênio vêm propiciando, não só uma melhoria da produção em termos de fiscalização (ampliação do número de veículos fiscalizados), bem como, um aumento sensível de produtividade (face à escassez da mão de obra). A informatização de setores como os de multas e apuração de denúncias tem gerado a possibilidade de se melhorar o atendimento às partes, assim como, ampliar a arrecadação das autuações transformadas em multas. Tem-se obtido excelente acompanhamento das atividades das Autorizatórias buscando-se atuações fiscalizatórias inteligentes no combate ao transporte clandestino. O Sistema de Gerenciamento de Permissionárias (georeferenciado) está evoluindo de forma excelente propiciando que muitas das operações que são executadas por meio de papéis (requerimentos e ofícios de resposta) passem a ser realizados via Internet.

Convênio nº 07/2007 - Fundação Universidade de Brasília - FUB

Objeto: Aprimoramento de instrumentos de gestão operacional e institucional do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros

O convênio já se resolveu o gerenciamento e automatização das multas aplicadas com base no ATIT (Acordo Internacional de Transportes). O Sistema de Gerenciamento de Permissões vem sendo ampliado de forma a colaborar nas atividades referentes às licitações de todas as linhas existentes prevista para o ano de 2008. A integração entre todos os sistemas da área de passageiros tem evoluído de forma a unificar os bancos de dados.

Convênios de Monitoramento

Tem por objetivo o acompanhamento de serviços de transporte de passageiros, de forma a subsidiar a regulação e fiscalização corretiva e preventiva, segundo três aspectos básicos: qualitativo, quantitativo e do registro de ocorrências.

Consiste na atividade de preenchimento pelos pesquisadores no terminal dos formulários qualitativos e quantitativos relativos aos serviços de transporte de passageiros, durante o período de monitoramento. Envolve, ainda, o registro de ocorrências e a coleta, em caráter eventual, de informações específicas sobre o serviço. A coleta de dados visa alimentar o banco de dados do SISMONT (Sistema de Monitoramento de Terminais – programa computacional) sobre a operação do Sistema de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e subsidiar análises desse Sistema.

Os convênios também incentivam a realização de pesquisas relacionadas aos serviços de transportes interestadual de passageiros de interesse da ANTT e das Universidades.

Convênio nº 03/2006 - Fundação Universidade de Brasília - FUB

Objeto: Monitoramento para fiscalização dos serviços de transporte de passageiros

Os trabalhos foram baseados em metodologias, normas e procedimentos desenvolvidos do Programa Piloto de monitoramento da ANTT/FUB, após a preparação da sala de apoio ao monitoramento.

Este convênio destaca-se dos outros convênios de monitoramento, pois aprimorou a metodologia de monitoramento; houve a integração entre o Sistema de Gerenciamento de Permissões – SGP e o Sismont, o que permitiu o cruzamento de dados das atividades programadas e autorizadas das permissões com o efetivamente realizado identificado pelos dados do monitoramento; revisou e ajustou a plataforma do software livre – Sismont; implementou metodologia de avaliação do serviço de transporte rodoviário de

passageiros com um conjunto de indicadores voltados para a regulação do sistema; bem como fomentou pesquisas relacionadas a esse meio de transporte, por meio de interface de situações reais com estudos e pesquisas.

Convênio nº 08/2006 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Objeto: Monitoramento para a fiscalização dos serviços de transporte de passageiros

O Convênio permitiu a operacionalização de um posto de monitoramento no terminal rodoviário de Porto Alegre – RS, contribuindo para a fiscalização desses serviços neste terminal. Os relatórios do monitoramento permanente disponíveis no SISMONT, oriundos da coleta de dados da equipe do Posto de Monitoramento, são fontes de informações para que as equipes de fiscalização itinerante compostas por técnicos da ANTT realizem “comandos de fiscalização”, com a finalidade de verificar e dar soluções para os itens e/ou problemas relatados. Busca-se, com isso, garantir a qualidade dos serviços de transporte ao público usuário. Os dados coletados do monitoramento estão disponíveis no SISMONT (Sistema de Monitoramento de Terminais – programa computacional) e, ao final do convênio, foram elaborados pela UFRGS o Relatório de Atividades e o Relatório de Análise dos dados do Monitoramento.

Possibilitou a realização de pesquisas de interesse da ANTT e da UFRGS, relacionadas com o monitoramento. Buscou-se fomentar a melhoria das pesquisas relacionadas aos serviços de transportes interestadual, por meio de interface de situações reais com estudos e pesquisas. Nesse convênio, foram realizados dois trabalhos de pesquisa, cujos títulos são os seguintes: Pesquisa de Opinião para Determinar o Nível de Satisfação dos Usuários do Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros; e Avaliação da Eficiência na Qualidade das Empresas de Transporte Interestadual e Internacional de Rodoviário.

Convênio nº 09/2006 - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Objeto: Monitoramento para a fiscalização dos serviços de transporte de passageiros

Permitiu o monitoramento dos serviços de transporte de passageiros interestaduais e internacionais no Terminal Rodoviário de Ouro Preto/MG, contribuindo para a fiscalização desses serviços. Os dados coletados do monitoramento estão disponíveis no SISMONT (Sistema de Monitoramento de Terminais – programa computacional) e, ao final do convênio, foram elaborados pela UFPO o Relatório Final de Atividades; o Relatório de Empresas Permissionárias Operantes nos Terminais Rodoviários Monitorados, Avaliação do Fluxo de Passageiros e Acessos de Veículos no Terminal Rodoviário da Cidade de Ouro Preto; Relatório de Registro de Ocorrências no Terminal Rodoviário de Ouro Preto e Avaliação Qualitativa das Empresas Atuantes no Terminal Rodoviário da Cidade de Ouro Preto.

Possibilitou a realização de um projeto piloto específico do monitoramento dos serviços de fretamento, que permitiu uma rara oportunidade de monitorar esse tipo de transporte. Sobre esse ponto foi elaborado o Relatório de Avaliação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Fretamento no Terminal Rodoviário de Ouro Preto/MG.

Nesse monitoramento, foram realizados dez trabalhos de pesquisa, cujos títulos são os seguintes: Um Estudo Sobre a Logística de Operações de Uma Empresa do Setor de Transportes Rodoviário de Passageiros; Desenvolvimento de Tecnologia de Computação Móvel no Processo de Monitoramento dos Terminais Conveniados; Análise dos Fatores de Risco Relacionados à Qualidade do Sono e Ergonomia à que os Motoristas de Ônibus Interestaduais de Passageiros se Encontram Expostos; Condições de Trabalho dos Prepostos e sua Influência na Qualidade dos Serviços Prestados; O Passe Livre ao Idoso Carente: Um Estudo do Caso sobre a Demanda de Pedidos e Aquisição do Benefício na Região de Ouro Preto; Metodologia para Apuração das Ocorrências Lavradas em Razão de Irregularidades no Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros : Uma Ferramenta para Apoiar a Equipe de Fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em sua Tomada de Decisão Gerencial; o Transporte Rodoviário de Passageiros como um Fator Estratégico para o Turismo Local; Análise da Qualidade na

Prestação de Serviços sob a Ótica do Usuário: o Caso do Terminal Rodoviário 8 de julho – Ouro Preto – Minas Gerais; Acessibilidade a Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida nos Terminais Rodoviários de Passageiros: um Estudo de Caso; e Aplicação da Metodologia de Análise e Solução de Problemas para melhoria da Qualidade no Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros.

Possibilitou a realização do I Seminário Mineiro de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, que permitiu o intercâmbio e divulgação do conhecimento sobre as pesquisas deste tema desenvolvidas em Minas Gerais.

Um dos produtos de destaque foi a elaboração da Cartilha dos Direitos e Deveres dos Passageiros em Braile (escrita para deficiente visual). Confeccionada em conjunto com o NEI – Núcleo de Educação Inclusiva da UFOP, esta cartilha possibilita aos deficientes visuais conhecerem seus direitos e deveres em relação a uma viagem rodoviária interestadual. Nesse projeto piloto foram confeccionadas cerca de 40 cartilhas em braile.

Convênio nº 11/2006 - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Objeto: Monitoramento para a fiscalização dos serviços de transporte de passageiros

Até janeiro de 2008, como produto desse convênio, pode-se citar o monitoramento dos serviços de transporte de passageiros interestaduais e internacionais no Terminal Rodoviário de Recife-PE, que contribuiu para a fiscalização desses serviços nesse terminal. Os relatórios do monitoramento permanente disponíveis no SISMONT são fontes de informações para que as equipes de fiscalização itinerante compostas por técnicos da ANTT realizem “comandos de fiscalização”, com a finalidade de verificar e dar soluções para os itens e/ou problemas relatados. Buscou-se, com isso, garantir a qualidade dos serviços de transporte ao público usuário. Os dados coletados do monitoramento estão disponíveis no SISMONT (Sistema de Monitoramento de Terminais – programa computacional).

Até janeiro de 2008 não foram encontrados problemas relativos a atrasos ou inadimplência de resultados quanto aos recursos repassados, nem houve problemas que foram detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

Convênio nº 12/2006 - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Objeto: Monitoramento para a fiscalização dos serviços de transporte de passageiros

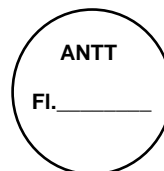
Permitiu o monitoramento dos serviços de transporte de passageiros interestaduais e internacionais no Terminal Rodoviário de Vitória-ES, contribuindo para a fiscalização desses serviços nesse terminal. Os dados coletados do monitoramento estão disponíveis no SISMONT (Sistema de Monitoramento de Terminais – programa computacional). Ao final do convênio, foram elaborados pela UFES o Relatório de Atividades e o Relatório de Análise dos dados do Monitoramento, dos quais, até a presente data, a UFES entregou o Relatório de Atividades.

Possibilitou a realização de pesquisas de interesse da ANTT e da UFES, relacionadas com o monitoramento. Nesse monitoramento, segundo o relatório de atividades apresentado pelo Conveniente, foram realizados os trabalhos de pesquisa cujos títulos são: Análise Estatística do Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros no Terminal Rodoviário de Vitória-ES; Uma Contribuição para a Fiscalização do Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros; e Aplicações da Análise Envolvória de Dados em Sistemas de Transporte Público de Passageiros.

Até janeiro de 2008 não foram encontrados problemas relativos a atrasos ou inadimplência de resultados quanto aos recursos repassados, nem houve problemas que foram detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

O convênio foi encerrado em dezembro de 2007. A UFES encaminhou documentos referentes à prestação de contas final, a qual está em análise nesta Superintendência.

A UFES encaminhou o Relatório de Atividades, falta encaminhar o Relatório de Análise dos Dados do Monitoramento e atender a nossa solicitação de cópias das pesquisas. Adota-se como prazo máximo para entrega desses relatórios finais, o mesmos



estabelecido para a prestação de contas final (60 dias do término do convênio, que será em 17/02/08).

Convênio nº 03/2007 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG

Objeto: Monitoramento para a fiscalização dos serviços de transporte de passageiros

Até janeiro de 2008, como produto desse convênio, podemos citar o monitoramento dos serviços de transporte de passageiros interestaduais e internacionais no Terminal Rodoviário de Belo Horizonte/MG, que contribuiu para a fiscalização desses serviços nesse terminal. Os relatórios do monitoramento permanente disponíveis no SISMONT, oriundos da coleta de dados da equipe do Posto de Monitoramento, são fontes de informações para que as equipes de fiscalização itinerante compostas por técnicos da ANTT realizem “comandos de fiscalização”, com a finalidade de verificar e dar soluções para os itens e/ou problemas relatados. Buscou-se, com isso, garantir a qualidade dos serviços de transporte ao público usuário. Os dados coletados do monitoramento estão disponíveis no SISMONT (Sistema de Monitoramento de Terminais – programa computacional).

Até janeiro de 2008 não foram encontrados problemas relativos a atrasos ou inadimplência de resultados quanto aos recursos repassados, nem houve problemas que foram detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

O convênio ainda está em vigência e foram liberadas a 1ª e 2ª parcela do convênio.

Convênio nº 04/2007 - Fundação Universidade de Brasília – FUB

Objeto: Monitoramento para a fiscalização dos serviços de transporte de passageiros

O convênio teve início em 23/07/2007, e na minuta deste convênio tem uma novidade, pois apresenta de forma expressa a necessidade de execução de parte de cada meta para a aprovação da prestação de contas correspondente.

Em janeiro de 2008, em síntese, o que está sendo feito é o monitoramento dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros nos terminais do DF e que a realização das outras metas está de acordo com o cronograma proposto.

AÇÃO: 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Interestadual e Internacional de Passageiros

Tem como objetivo regular a operação da atividade econômica de transporte terrestre, bem como aumentar a participação da iniciativa privada nas linhas de transporte interestadual e internacional de passageiros e o transporte de cargas perigosas e especiais.

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Regular a operação da atividade econômica de transporte terrestre, bem como aumentar a participação da iniciativa privada nas linhas de transporte interestadual e internacional de passageiros
Descrição	Aprimoramento do processo de regulação da prestação dos serviços de transporte terrestre e da exploração da infraestrutura sob concessão ou permissão e do transporte de cargas especiais e perigosas Os procedimentos executados são: regulação econômica: Desenvolver estudos, metodologias e ferramentas que forneçam suporte para a regulamentação e operação da atividade econômica de transporte terrestre. A cláusula econômica dos contratos contempla importantes aspectos relacionados às tarifas de transportes terrestres, quais sejam: reajustes tarifários,

	revisões periódicas nas tabelas conforme cronograma contratual, e revisões extraordinárias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	ANTT
Unidades Executoras	
Áreas responsáveis por ou gerenciamento ou execução	SUEME – Superintendência de Estudos e Acompanhamento de mercado
Coordenador nacional da ação	Roberto Vaz da Silva
Responsável pela execução da ação no nível local	

Meta e Resultado da ação no exercício: Estudo Realizado

Previsto		Realizado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
1	600.000,00	1	600.000,00

Principais resultados pela ação direta:

As atividades desta ação governamental foram realizadas em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, pelo convênio nº 20/05, destinado a realizar estudos dos fluxos de dados e dos processos inerentes ao cálculo de coeficientes técnicos no transporte semi-urbano de passageiros e sobre os parâmetros de desempenho operacional de linhas regulares de transporte semi-urbano e rodoviário de passageiros.

Neste convênio, além dos objetos anteriores, visa também, desenvolver estudos para a identificação, mapeamento, caracterização e análise de cenários logísticos em estratégicos corredores de transportes e a análise dos modelos de financiamento para empreendimentos em transportes terrestres em corredores de notável interesse público e privado. Como o objeto vai além das definições da ação 4922, fez-se necessário a

utilização de recursos da ação 6266, que tem como objeto o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de rodovias federais.

No contexto do desenvolvimento da parceria o trabalho foi dividido em projetos. O Projeto I – Cenários Logísticos para Fluxos de cargas em Estratégicos Corredores de Transporte, os estudos têm como um dos focos a avaliação econômica e a identificação de prioridades relativas a projetos estratégicos de transporte terrestre – ferrovias e rodovias.

Foram definidos quatro corredores a serem estudados: Corredor da BR 163; Região Central do Brasil; corredor Mato Grosso do Sul; e corredor São Paulo/Uruguaiana (Corredor do MERCOSUL).

Os estudos referentes aos corredores da BR 163 e Região Central do Brasil estão concluídos, com todos os relatórios disponibilizados à Agência.

Neste momento a UFSC está desenvolvendo o estudo referente ao corredor de Mato Grosso do Sul e tão logo esteja concluído serão iniciados os estudos referentes ao corredor do MERCOSUL.

O Estudo de todos os corredores acima mencionados propiciará à ANTT um conhecimento mais preciso da rede de transporte das regiões e de seus problemas/prioridades, fornecendo subsídios para identificação de novos projetos de outorga.

Adicionalmente, prevê-se que a realização das pesquisas previstas alimentará o banco de dados do Sistema de Logística – SISLOG.

O desenvolvimento das atividades previstas para o Projeto II – Instrumento de Apoio à Análise de Coeficientes Técnicos para Avaliação Operacional de Linhas que atendem aos Fluxos Interestaduais e Internacionais de Passageiros, conta com os seguintes objetivos:

- Concepção de um Sistema de Coeficiente Tarifário – SCT, para o Sistema de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, com foco, nas Linhas do subsistema Semi-Urbano.
- Estudos de parâmetros de desempenho operacional e de mercado de linhas regulares de transporte semi-urbano e rodoviário de passageiros.

O SCT integrará dados de cadastro das permissionárias, com informações operacionais, econômico-financeiras, bem como permitirá a manutenção de um banco de dados de coeficientes tarifários e tarifas por empresa.

Os estudos e as pesquisas estão permitindo a sistematização dos dados e dos processos inerentes ao cálculo dos coeficientes técnicos e parâmetros operacionais contribuindo para o aprimoramento e automatização do cálculo do reajuste tarifário. Isso, permitirá que as permissionárias enviem informações mensalmente à ANTT via internet, disponibilizando aos técnicos ferramentas de depuração, controle, consultas e emissão de relatórios gerenciais.

Este sistema encontra-se em fase de conclusão, faltando apenas algumas adequações para o seu término. Ressalta-se, ainda, que toda metodologia utilizada no desenvolvimento do SCT, encontra-se no Manual de Cálculo Tarifário, que também foi disponibilizado pela UFSC.

O Manual de Cálculo Tarifário encontra-se no sítio da ANTT no seguinte endereço: www.antt.gov.br/InformacoesTecnicas/ManualdeCalculoTarifario.pdf.

Quanto aos estudos de parâmetros de desempenho operacional e de mercado de linhas inicialmente foram realizados estudos objetivando o estabelecimento de uma amostra representativa para a pesquisa. O levantamento considerou aspectos relacionados à tipologia e porte das empresas de transporte, características operacionais das linhas (extensão das linhas, número de seções), regionalização e outros aspectos relevantes para a obtenção de uma amostra significativa.

Foram selecionadas trinta e quatro linhas de seis empresas do sistema rodoviário de longa distância em todo o país, além de trinta e duas linhas do transporte semi-urbano de nove empresas que atuam nos corredores do entorno de Brasília, e nas ligações entre Timon (MA) e Teresina (PI); Mafra (SC) e Rio Negro (PR); e Além Paraíba (MG) e Jamaraprá (RJ).

A partir das informações, foram apresentados os resultados dos cálculos dos indicadores de desempenho operacional e de mercado, para as linhas selecionadas.

Os estudos resultaram em um banco de dados que permitirá a realização de estudos e simulações de cenários no setor de transporte de passageiros nos subsistemas de longo curso e semi-urbano.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Finalmente em 2007 a ANTT conseguiu ajustar a estrutura programática do orçamento anual para 2008 à expressão de suas atividades, alterações essas negociadas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde o exercício de 2004. Contribuiu primordialmente para o alcance desse objetivo o entendimento e recomendação explícita da Secretaria Federal de Controle Interno - SFCI da CGU em seus relatórios sobre essa necessidade.

Em decorrência dessa recomendação, em 22/01/2008, a ANTT recebeu o Ofício n 167 11/SPI/MP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em que presta informações sobre as propostas de alterações na estrutura de indicadores de avaliação de programas e ações, em resposta ao Ofício nº 09/2008, de 07/01/2008, e Ofício nº 353/2007 – TCU/SECEX-1.

Como o reconhece em suas conclusões, essas demandas foram incorporadas ao Projeto de Lei do PPA 2008-2011, conforme a expectativa deste Órgão. Apresenta-se adiante quadro resumo com a estrutura dessas ações para 2008.

A adequação das ações e seus produtos esperados permitirá certamente uma melhor avaliação do desempenho desta Agência na utilização dos recursos públicos alocados às suas atividades.

Entretanto, um passo qualitativo já se mostrou necessário acrescer à essa estrutura nos moldes alcançados. A própria SFCI em no TC nº 012.691/2006-0 em sua análise identifica a necessidade da Agência dispor de indicadores de desempenho de uso interno que poderiam aferir, adequadamente, a eficiência, eficácia e economicidade de algumas ações de desempenho mais complexas de avaliar pelos indicadores de produto esperado espelhado pelas respectivas ações orçamentárias.

Em suas considerações finais recomenda o engajamento da ANTT ao projeto do CEFTRU para o MT no sentido de avaliar a aplicabilidade dos indicadores desenvolvidos para os programas e ações da Agência.

Tendo em vista que não se constatou do resultado apresentado pelo projeto indicadores que se enquadrassem nessa recomendação, a ANTT desenvolverá ao longo

deste exercício um conjunto de indicadores de desempenho que efetivamente possam ampliar a dimensão do entendimento e estimativa dos resultados do seu esforço principalmente em áreas de atuação em que os parâmetros de resultado do orçamento não proporcionam essa avaliação.

Com base em Programas, Ações e montantes de recursos geridos pela Agência, identificou-se os seguintes indicadores para avaliar o desempenho das atividades desenvolvidas em 2007:

Indicadores de Eficiência:

Ação	Modo de cálculo	Cálculo *	Valor
2907	montante da despesa realizada no desenvolvimento das ações de fiscalização executadas diretamente, por intermédio das Unidades Regionais e dos Postos de Fiscalização/Atendimento em comparação com a dotação do período	$\frac{7.889.772}{8.530.000}$	0,92
2348	montante da despesa realizada no desenvolvimento das ações de fiscalização quer diretamente ou por intermédio das Unidades Regionais e dos Postos de Fiscalização/Atendimento em comparação com a dotação do período.	$\frac{1.922.915}{2.000.000}$	0,96
6213	montante da despesa realizada no desenvolvimento de estudos em comparação com a dotação do período.	$\frac{157.116}{300.000}$	0,52
6266	montante da despesa realizada no desenvolvimento desses estudos em comparação com a dotação do período	$\frac{514.548}{700.000}$	0,73
2346	montante da despesa realizada no desenvolvimento das ações de fiscalização feitas diretamente por intermédio das Unidades Regionais ou dos Postos de Fiscalização/Atendimento em comparação com a dotação do período	$\frac{11.149.450}{12.500.000}$	0,89

2347	montante da despesa realizada no desenvolvimento das ações de fiscalização efetuadas diretamente, por intermédio das Unidades Regionais ou dos Postos de Fiscalização/Atendimento em comparação com a dotação do período	$\frac{3.824.425}{4.000.000}$	0,95
4922	montante da despesa realizada no desenvolvimento desses estudos em comparação com a dotação do período	$\frac{600.000}{600.000}$	1

* Valores em R\$ 1,00

Indicadores de Eficácia:

Ação	Modo de cálculo	Cálculo *	Valor
2907	total de concessionárias fiscalizadas em relação ao conjunto de concessionárias.	$\frac{6}{6}$	1
2348	total de concessionárias fiscalizadas em relação ao conjunto de concessionárias	$\frac{12}{12}$	1
6213	total de estudos realizados para suporte à regulamentação das concessões da infra-estrutura ferroviária e de sua operação em comparação com a meta para o período	$\frac{2}{2}$	1
6266	total de estudos realizados para suporte à regulamentação das concessões da infra-estrutura rodoviária em comparação com a meta para o período.	$\frac{2}{1}$	2

2346	total de veículos fiscalizados pertencente ao universo de permissionárias do transporte de passageiros quer diretamente, por intermédio das Unidades Regionais, Postos de Fiscalização/Atendimento nos terminais rodoviários ou nas rodovias, em comparação com a meta para o período	$\frac{362.862}{200.000}$	1,81
2347	total de veículos fiscalizados com relação à provisão do Vale Pedágio, ao Excesso de Peso ao Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) e ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), pertencentes ao universo de transportadores de cargas, em comparação com a meta para o período	$\frac{7.274.756}{6.900.000}$	1,05
4922	total de estudos realizados para suporte à regulação do transporte de passageiros e para a análise do transporte de cargas e seu mercado em comparação com a meta para o período	$\frac{1}{1}$	1

* Valores em unidades

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

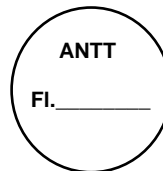
Este item não se aplica à ANTT.

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Este item não se aplica à ANTT.

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Este item não se aplica à ANTT.



**Os próximos itens seguem as solicitações dos Anexos II e IX da
DN-TCU – 85/2007**

9. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

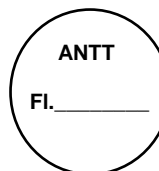
ANT

Fl. _____

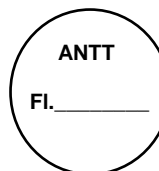
ANTT

Fl. _____

TIPO*	CÓDIGO SIAFI	PROGRAMA / AÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO	BENEFICIÁRIO	CNPJ	SITUAÇÃO DA AVENÇA
1	525697	0224/6213	011/ANTT/2005	Desenvolvimento do sistema de acompanhamento e fiscalização do transporte ferroviário.	5/9/2005	1.593.789,00	159.379,00	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	ADIMPLENTE
1	539519	0227/4922	020/ANTT/2005	Estudos e análises de cenários logísticos em corredores de transportes; análise dos modelos de financiamento e estudos inerentes ao cálculo de coeficientes no transporte semi-urbano de passageiros.	29/12/2005	2.312.736,00	809.458,00	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	ADIMPLENTE
1	542639	0224/2907	021/ANTT/2005	Aprimoramento dos processos de gestão e fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias federais.	3/1/2006	2.199.725,00	519.931,26	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	ADIMPLENTE
1	557823	0227/2346	001/ANTT/2006	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do Terminal Rodoviário de Belo-Horizonte/MG.	25/4/2006	249.548,00	62.387,00	CEFET - MG	17.220.203/0001-96	ADIMPLENTE
1	559169	0224/2907	002/ANTT/2006	Apoio à fiscalização dos contratos de concessão de rodovias federais na região sudeste.	8/6/2006	2.266.875,24	726.391,76	UNIVERSIDADE FED. DO RIO DE JANEIRO	33.663.683/0001-16	ADIMPLENTE



1	562602	0227/2346	003/ANTT/2006	Apoio e extensão ao monitoramento do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, no âmbito da SUPAS	30/6/2006	2.030.251,39	507.562,84	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	ADIMPLENTE
1	564100	0227/2346	005/ANTT/2006	Desenvolvimento de instrumentos de gestão operacional e institucional do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	25/7/2006	2.995.747,30	1.497.873,64	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	ADIMPLENTE
1	571212	0224/2907	008/ANTT/2006	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Porto Alegre/RS.	18/10/2006	224.000,00	159.000,00	UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	92.969.856/0001-98	ADIMPLENTE
1	572721	0227/2346	009/ANTT/2006	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Ouro Preto/MG.	8/11/2006	220.442,00	165.331,50	UNIVERSIDADE FED. DE OURO PRETO	23.070.659/0001-10	ADIMPLENTE
1	574935	0227/2346	011/ANTT/2006	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Recife/PE.	5/12/2006	227.041,05	107.520,52	UNIVERSIDADE FED. DE PERNAMBUCO	24.134.488/0001-08	ADIMPLENTE
1	577195	0227/2346	012/ANTT/2006	Monitoramento permanente dos serviços de transporte de passageiros no terminal rodoviário de Vitória/ES.	18/12/2006	293.267,00	219.950,25	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ES	32.479.123/0001-43	ADIMPLENTE
1	590635	0224/2907	001/ANTT/2007	Desenvolvimento e implantação de metodologia e procedimentos padrão para as atividades relacionadas à gestão da infraestrutura rodoviária federal concedida.	26/3/2007	2.202.920,00	1.468.653,33	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE BRASILIA	00.038.174/0001-43	ADIMPLENTE



1	591222	0224/8694	002/ANTT/2007	Apoio à fiscalização da infra-estrutura ferroviária e a apuração de acidentes graves no transporte ferroviária.	26/4/2007	4.126.988,00	619.048,00	UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA	83.899.526/0001-82	ADIMPLENTE
1	592345	0227/2346	003/ANTT/2007	Apoio a equipe de fiscalização no Estado de Minas Gerais, monitoramento permanente do serviço de transporte de passageiros.	15/6/2007	249.516,00	187.137,00	CENTRO FED. EDUCAÇÃO TEC. CEFET	17.220.203/0001-96	ADIMPLENTE
1	593053	0227/2346	004/ANTT/2007	Monitoramento do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros em terminais do Distrito Federal e entorno.	23/7/2007	2.221.969,31	1.355.401,29	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE BRASILIA	00.038.174/0001-43	ADIMPLENTE
1	593427	0224/2907	005/ANTT/2007	Aplicação do modelo nota-certa às rodovias federais concedidas.	10/9/2007	255.000,00	110.000,00	UNIVERSIDADE FED. RIO GRANDE SUL	92.969.856/0001-98	ADIMPLENTE
1	593488	0227/2346	007/ANTT/2007	Aprimoramento dos instrumentos de gestão operacional e institucional do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	20/9/2007	3.639.757,50	1.390.061,00	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE BRASILIA	00.038.174/0001-43	ADIMPLENTE
1	593936	0224/8694	006/ANTT/2007	Realização de estudos/ações englobados em dois grupos, com base no protocolo de intenções 001/2006, firmado com Ministerio do Exercito.	26/9/2007	5.411.543,99	600.000,00	DEPARTAMENTO ENG. CONSTRUÇÃO	07.521.315/0001-23	ADIMPLENTE

* **Tipo: 1 - Convênio****Obs.1: Todos os convênios acima não possuem contrapartida****Obs.2: Não houve Tomada de Contas Especial no exercício de 2007****Obs.3: Não houve contra-partida referente aos convênios informados**

10. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

10.1. Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

10.1.1. Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE

Os recursos externos alocados no orçamento da ANTT em 2007 foram originários do Contrato de Empréstimo nº 7253 – BR, Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE, assinado em 04 de outubro de 2005, entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e a União.

Foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio n.º 01/2006, contendo o ingresso de recursos equivalentes ao crédito suplementar, passando de US\$ 1,07 milhão de dólares para US\$ 2,57 milhões de dólares, mediante o repasse pelo Ministério dos Transportes dos valores constantes no Orçamento Geral da União, conforme estabelecido no cronograma de desembolso, previamente definido.

No âmbito da ANTT, o PACE prevê ações para o fortalecimento da capacidade institucional da Agência e melhoria do arcabouço regulatório nos setores de transporte rodoviário e ferroviário e de passageiros interestadual e internacional, conforme descrito a seguir.

Em 2007, foram contratados 04 (quatro) serviços de consultoria:

- Atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no valor de R\$ 96.173,00, firmado com empresa Pós Imagem Design e Comunicação Corporativa Ltda., objeto do contrato n.º 11/2007, de 4/7/2007;
- Mapeamento de Competências da ANTT, no valor de R\$ 128.000,00, firmado com o Consultor Daniel Abadi Orlean, objeto do contrato n.º 19/2007, de 8/8/2007;

- Desenvolvimento de Módulos para Implementação do Plano Padrão de Contabilidade no Sistema de Informações para Regulação Econômica e Fiscalização Financeira (SIREF), no valor de R\$ 617.079,46, firmado com a empresa Sysfer Consultoria e Sistemas S/C Ltda., objeto do contrato n.º 22/2007, de 4/9/2007; e
- Workshop “Análise Financeira para Projetos de Infra-Estrutura”, para realização do serviço de tradução simultânea inglês/português/inglês, no valor de R\$ 5.200,00, firmado com a empresa RC Traduções de Idiomas Ltda., objeto do Contrato n.º 008/2007, de 31/5/2007.

Foram concluídos os serviços dos seguintes contratos financiados com recursos do PACE:

- Produção de Vídeo, de Cunho Institucional, para Ambientação e Treinamento dos Novos Servidores da ANTT, no valor de R\$ 235.489,88, firmado com a empresa DPC Filmes Ltda., objeto do Contrato nº 17/2006, de 09/10/2006; e
- Produção de Material Impresso, de Cunho Institucional, para Ambientação e Treinamento dos Novos Servidores da ANTT, no valor de R\$ 237.300,00, realizado com a empresa Primeira Página Comunicação e Editora Ltda., objeto do Contrato n.º 073/2006, de 29/12/2005.

10.1.2. Resultados Alcançados pelo PACE em 2007

A assinatura do contrato de Empréstimo nº 7253 -BR para o Projeto de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Equilibrado (PACE), em 4 de outubro de 2005, possibilitou a continuidade do apoio técnico e financeiro do Banco Mundial no fortalecimento institucional da ANTT, no aprimoramento dos novos planos de outorga no setor de transporte terrestre e das normas de regulação e fiscalização dos serviços concedidos.

Com o apoio financeiro do PACE, foram atendidas prioridades nas diversas áreas de atuação da ANTT, sendo uma delas a produção gráfica e impressão do relatório “Atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, apresentando os fatos marcantes de suas atividades e principalmente os fatores de transformação que a criação da Agência trouxe para o setor dos transportes terrestres. O trabalho envolveu as seguintes etapas: compilação de textos, criação de projeto gráfico, produção editorial com diagramação, editoração eletrônica, elaboração de ilustrações, tabelas e gráficos, produção fotográfica, tratamento de imagens, revisão de originais e de fotolitos, geração de bonecas da arte final, com gravação em arquivo digital, elaboração de fotolito com prova eletrônica e impressão.

No que tange ao desenvolvimento de pessoal da Agência e atendendo ao Decreto n.º 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, o qual institui a Política e as Diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e regulamenta dispositivos da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, está em andamento o serviço relativo ao Mapeamento de Competências, cujos objetivos são: i) sistematizar e otimizar a capacitação por intermédio da formulação de planos de capacitação que reflitam as necessidades reais dos servidores; ii) promover o desenvolvimento de pessoas com agregação de valor para a organização e foco nos resultados; iii) identificar e aproveitar os talentos internos; iv) formatar o banco de talentos; v) adotar sistemas alternativos de capacitação a baixo-custo; vi) potencializar os processos de trabalho com a integração de conhecimentos, habilidades e atitudes; vii) otimizar os investimentos em capacitação; e viii) envolver os servidores no processo de definição das prioridades de capacitação.

Visando adequar Sistema de Informação para Regulação Econômica e Fiscalização Financeira – SIREF ao Plano de Contas, possibilitando a integração com o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e extrair informações necessárias para se efetuar uma fiscalização/regulação mais efetiva junto às permissionárias/concessionárias do serviço público, entre outros, foi contratada a empresa Sysfer Consultoria & Sistemas Ltda. para desenvolver “Módulos para Implementação do Plano Padrão de Contabilidade no Sistema de Informações para Regulação Econômica e Fiscalização Financeira (SUB-SIREF)”

10.2. Public-Private Infrastructure Advisory Facility - PPIAF

Foi encerrado em 10 de dezembro de 2007 o Contrato do Public Private Infrastructure Advisory Facility – PPIAF relativo ao “Desenvolvimento de um Plano de Contas Padronizado e do Desenho Conceitual do Sistema de Informações para a ANTT”, no valor de US\$ 340.002,00, realizado com o Consórcio Macroconsulting S. A e Pricewaterhouse & Co Asesores de Empresas S. R. L, objeto do Contrato n.º 8002500/2005, de 02/12/2005.

10.3. Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado – 2007

Do ponto de vista orçamentário, em 2007, os programas e projetos financiados com recursos externos do Banco Mundial – BIRD apresentaram a seguinte distribuição:

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida Nacional		Valor das transferências dos recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
2B98 -- Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio a Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE										
Custeio										
Fonte 148		840.000,00	579.766,00							
Fonte 1100				160.000,00	128.737,00					

10.4. PROGRAMA DE REDUÇÃO DE CUSTOS LOGÍSTICOS - PREMEF

Em 6/12/2004, foi aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, a operação de crédito externa destinada ao Programa de Redução de Custos Logísticos, na modalidade de enfoque setorial amplo – Sector Wide Approach – SWAp, nas ações do componente “Assistência Técnica”, no valor de US\$ 501, 25 milhões de dólares.

A diretoria do Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, aprovou o contrato de empréstimo SWAp, em 06/06/2006, tendo por objetivo a implementação do projeto transporte rodoviário – PREMEF, incluído na primeira fase do programa de reabilitação e manutenção da malha rodoviária federal, parte integrante do programa de redução de custos logísticos, para os anos de 2008 a 2011.

O Programa de Redução de Custos Logísticos contempla o Ministério dos Transportes – MT, o Departamento Nacional de Infra- estrutura – DNIT e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, cabendo à Agência, a parcela equivalente a US\$ 5,0 milhões de dólares.

Os recursos previstos para a ANTT se destinam ao atendimento das atividades de Elaboração de Planos de Outorgas de Rodovias e Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros, no valor de US\$ 3,0 milhões de dólares e o Fortalecimento Institucional, no valor de US\$ 2,0 milhões de dólares, conforme detalhamento descrito a seguir:

1. Equipamento – Consolidação da estrutura de informação da Agência , incluindo provisão de servidores, computadores e sistemas de redes;
2. Serviços de Consultoria – Aprimoramento dos marcos regulatórios e elaboração de um plano de formação para o pessoal concursado da ANTT;
3. Estruturação e consolidação de sistemas operacionais, incluindo gerenciamento do transporte rodoviário internacional, gerenciamento de tráfego das concessões rodoviárias, gestão de pessoal e gerenciamento da fiscalização de rodovias e implantação de processos e estrutura administrativa nas unidades regionais;
4. Estudos – consolidação do sistema de informação e estabelecimento de indicadores de desempenho dos empreendimentos regulados pela ANTT;

5. Treinamento – Formação do pessoal concursado da Agência;

6. Plano de Outorgas – 3º etapa das concessões rodoviárias e concessão administrativa patrocinada.

Vale ressaltar que já foi formalizado o contrato entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, em 03 de dezembro de 2007, sob o n.º 7383-BR.

10.4.1. Resultados Relativos ao PREMEF em 2007

Para o atendimento das atividades de elaboração de planos de outorgas de rodovias e transporte internacional e interestadual de passageiros, foi elaborada a Minuta do Convênio com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a ANTT, visando o repasse de verbas necessárias à implementação do “Programa de Redução de Custos Logísticos” – PREMEF, contemplando a parcela relativa à Agência, no valor de US\$ 5,0 milhões de dólares. Como já citado anteriormente, houve a formalização do contrato entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial.

11. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Este item não se aplica à ANTT.

12. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para fins de dar cumprimento à suas atribuições regimentais, mantém Unidades Regionais nas Capitais do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Maranhão.

Além das Unidades Regionais, foram criados 119 Postos de Fiscalização/Atendimento nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, localizados em sua grande maioria, em cidades do interior dos Estados, com reduzida infra-estrutura comercial.

Face à localização dos referidos Postos e, a fim de dotá-los de condições capazes de atender às suas demandas, os gastos necessários para o seu funcionamento e manutenção assim como despesas miúdas de pronto pagamento estão sendo realizados por meio de suprimento de fundos – Cartão de Pagamento do Governo Federal;

Dos 89 Postos que dispunham até ao final do exercício de 2007 de servidores portadores de Cartão de Pagamento do Governo Federal, 69 efetuaram gastos por meio de suprimento de fundos;

Na Sede e Escritórios Regionais os Cartões de Pagamento são utilizados estritamente para concessão de suprimento de fundos para fazer face ao pagamento de despesas emergenciais que não tenham caráter de continuidade e aquelas não atendidas por meio do processamento normal da despesa (empenho, liquidação e pagamento), sendo que nenhum Diretor (ou Assessor), tem ,ou teve, Cartão desde a instalação da Agência em fevereiro de 2002.

A orientação desta Agência para os supridos, é procurar realizar despesas em estabelecimentos comerciais que trabalham com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, evitando assim a realização de saques, cumprindo dessa forma, a finalidade do Cartão de Pagamento.

Os gastos realizados por meio de suprimento de fundos, com a utilização de saques, tanto na Sede da Agência quanto nas suas Regionais e Postos de Fiscalização/Atendimento foram, de uma forma geral, para atender àquelas despesas de pequeno valor tais como: pagamento de pedágio em rodovias estaduais e municipais, cópias xerográficas de processos de ações tramitando nos Tribunais de Justiça, consertos eventuais de viaturas realizados durante viagens de fiscalização, serviços de pequeno vulto, material de limpeza, higiene e pequenos reparos para manutenção e conservação dos Postos de Fiscalização/Atendimento, situações em que o estabelecimento comercial não operava com o Cartão de Pagamento ou ainda quando o valor da despesa era inferior ao mínimo aceito para utilização de Cartão na modalidade de crédito.

Observa-se que a porcentagem de gastos na modalidade "saque" em 2007 (41% dos gastos totais realizados com suprimento de fundos), diminuiu substancialmente em relação ao exercício anterior (quando se registrou 60%), como consequência das orientações dadas aos supridos.

A fim de dar cumprimento ao que estabelece o Decreto 5.355, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foram realizados os seguintes gastos com o referido cartão durante os exercícios de 2005 a 2007:

DESPESAS COM CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

SÉRIE HISTÓRICA DAS DESPESAS PAGAS MEDIANTE FATURA

2005	2006	2007
16.219,12	55.095,76	91.630,29

DESPESAS PAGAS MEDIANTE FATURA EM 2007

RESPONSÁVEL	UNIDADE	VALOR	JUSTIFICATIVA
PABLO DOS SANTOS CARVALHO LIMA	Posto Maceió	265,60	Os gastos realizados mediante Cartão de Pagamento do Governo Federal na modalidade de crédito foram para atendimento àquelas despesas de pequeno vulto emergenciais e sem caráter de continuidade para as
LUCIANA TESSIA MORAES MELO	Posto Teresina	150,86	
ISAIAS LOPES DE SANTANA	Posto V.Conquista	35,84	
ELIUD NUNES MENDES	Posto Imperatriz	329,38	
GUSTAVO ANGELO VIEIRA	Posto C.Itapemirim	178,06	
LIVINO CLEMENTINO PEREIRA	Posto Salgueiro	251,22	
IZAEL ANTONIO JUNKES	Posto Florianópolis	82,47	
HAROLDO MAIA DE ALMEIDA	Posto Pirapora	206,27	
WALDEREZ D AVILA GARCEZ	Esc Reg.Pto Alegre	222,40	
HILTON SOARES SOUZA	Posto Belém	854,31	
KLEBER MIRANDA DE ARAUJO	Posto Natal	230,54	
FABIO HENRIQUE T. NOGUEIRA	Posto P. Caldas	102,90	
THIAGO MARCELO DE ALMEIDA	Posto P. Alegre	526,15	
WOLFRAM NERY DE AMORIM	Posto Manaus	1.379,76	
PAULO RYCHARDSON BESERRA	Posto Mossoró	269,23	
FABIOLA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Posto Passos	77,55	
MANOEL MATIAS DA SILVA NETO	Posto Natal	171,15	
TARSO DIAS PINHEIRO	Posto Parnaíba	341,56	
FLORENCIO FERREIRA SOARES	Posto Fr ^a . Santana	75,87	
MARCOS PINHEIRO DOS SANTOS	Posto Aracajú	720,12	
ADAO CABRAL FORMIGA (*)	Sede -Brasília	29.223,02	
MARCELO PUCHETTI	Esc Reg. São Paulo	11.861,95	
ORLANDO VIEIRA	Posto Joinville	78,94	
VALDENICE FAUSTINO PERES	Posto Ourinhos	76,08	

GIOVANI MACHADO GONÇALVES	Posto Goiânia	167,46	quais não havia estoque nos. Almoxarifados da Agência, tais como material de expediente, e material de limpeza e higiene, assim como pequenos reparos para a manutenção e conservação dos Postos de Fiscalização/ Atendimento
SAMUEL JOSE GUIZO	Posto Campinas	284,48	
JOSE ANTONIO MARCON SOARES	Posto Pto Alegre	15,89	
JOSE INACIO VIEIRA	Posto P. Bueno	83,51	
JOSE FELIX BEZERRA	Posto Peritoró	562,04	
ALESSANDRA MARA CURY LICO	Posto Lins	111,66	
FREDERICO AUGUSTO LEDESMA CONTA	Posto R. Preto	202,73	
SERGIO RENATO F ALMEIDA	Posto Pelotas	2.842,45	
FRANCISCA VERONICA DE MORAIS	Esc.Reg.Fortaleza	4.313,54	
CLEOPAS COELHO CUNHA	Esc.Reg.São Luis	1.437,70	
HEITOR JOSE CERQUEIRA	Posto Juiz Fora	963,94	
FABIO ANTONIO S BRONZATO	Posto S.J.Campos	245,13	
CARLOS EDUARDO SANTANA	Posto S.J.R.Preto	94,83	
RODRIGO PIMENTA DE LIMA	Posto Atibaia	50,98	
EWERTON LARANJO MENDONÇA	Esc.Reg.B.Horizonte	1.877,38	
LUCIANO NENDZA DIAS	Posto P.Prudente	84,77	
NOEL MARQUARDT PEREIRA	Posto Curitiba	115,41	
JOSE DE CARVALHO	Posto Londrina	1.105,38	
DEIZE MARINA A CASTANHEIRA	Esc.Reg.B.Horizonte	3.258,05	
JOAO PAULO DE SOUZA	Posto Franca	351,73	
JOSE RENATO BRAGA WERNECK	Posto São Mateus	62,75	
ALBERTO SERGIO M LEAL	Posto Recife	585,24	
MICHAEL SOARES H CAVALCA	Posto Salvador	298,38	
FERNANDO ANTONIO R FONSECA	Posto Oliveira	138,27	
ROGERIO FERNANDES	Posto Teófilo Otoni	342,90	
LUCIANO MARTINS VIEIRA	Posto Camboriú	491,15	
LUIZ CLAUDIO DA SILVA	Posto Prata	1,00	
ALEKHINE FLAUBERT FERREIRA REIS	Posto Santos	247,64	
LUCIANI DULLIUS S MARTINS	Esc.Reg.Pto Alegre	4.584,05	
PAULO CESAR CAIXETA	Posto São Marcos	50,70	
RONALDO MENDONÇA DE CARVALHO	Posto Vitória	139,19	
QUELI TATIANA DA SILVA ROSA	Esc.Reg.Pto Alegre	6.927,26	
ALEXANDRE E SILVA PRESTO	Posto Al. Paraíba	186,88	
CLEMILSON DOMINGOS R SANTANA	Posto Sobral	259,60	
JORGE PEREIRA GOMES	Posto Caruarú	443,07	
ALEXANDRE TEDESCO	Posto Chapecó	291,17	
LUIZ TSUTOMU MATSUMURA	Esc.Reg.São Paulo	136,00	
JULIO JOSE DOS SANTOS NETO	Posto Foz Iguaçu	180,00	
ANTONIO CARLOS LIMA CARVALHO	Posto Boa Vista	42,20	
LEONARDO DE MOURA NITZKE	Posto Uruguaiana	302,74	
MARCOS DE MATOS SAMPAIO	Posto Juaz. Norte	86,38	
CARLOS JOSE GOMES OLIVEIRA	Posto Recife	553,70	
JOAO EMERSONM LOPES DE SOUZA	Posto Juazeiro	37,43	
CLAUDIA ELISA H PIRATH	Posto São Marcos	254,08	
GUSTAVO JOSE B FERREIRA	Posto Petrolina	524,02	
SYLVIA MARLANY SOARES MARTINS	Posto Dourados	59,50	
NEY ALEXANDRE A MOREIRA	Posto C. Grande	192,72	
ANA PAULA DOMINGOS DOS SANTOS	Posto Curitiba	140,39	
LAURINDO ANTONIO PERFEIRA	Posto Seropédica	109,00	

PAULO CEZAR OLIVEIRA	Esc.Reg.Rio Janeiro	5.855,95	
MARIA CRISTINA THOME MAIS	Posto Petrópolis	3,98	
MILTON D OLNE LAGO	Posto Areal	1.664,21	
MARCOS TAVARES BARBOSA	Posto Três Rios	479,46	
MARIA ELISA F TOURINHO	Esc.Reg.Rio Janeiro	32,00	
CESAR AFONSO CHAVES	Posto Rezende	46,99	
TOTAL		91.630,29	

(*): A diferença de R\$ 3.456,16, entre o valor apresentado na conta 199962402 (R\$ 32.679,18) e o registrado acima para o suprido Adão Cabral Formiga (29.223,02), foi decorrente do cancelamento da ordem bancária 2007OB900074.

SÉRIE HISTÓRICA DAS DESPESAS PAGAS MEDIANTE SAQUE

2005	2006	2007
15.139,00	82.909,00	64.730,00

DESPESAS PAGAS MEDIANTE SAQUES EM 2007

RESPONSÁVEL	UNIDADE	VALOR	JUSTIFICATIVA
ISAIAS LOPES DE SANTANA	Posto Vit.Conquista	10,00	Os gastos realizados por meio de suprimento de fundos, na modalidade de saque, foram para atender despesas de pequeno valor tais como: pagamento de pedágio em rodovias estaduais e municipais, cópias xerográficas de processos tramitando nos Tribunais de Justiça, consertos de viaturas realizados durante viagens de fiscalização, serviços de pequeno vulto, material de limpeza e higiene, pequenos reparos para manutenção e conservação dos Postos de Fiscalização
GUSTAVO ANGELO VIEIRA	Posto C.Itapemirim	155,00	
HAROLDO MARIA DE ALMEIDA	Posto Pirapora	445,00	
WALDEREZ D AVILA GARCEZ	Esc. Reg.Pto Alegre	30,00	
KLEBER MIRANDA DE ARAUJO	Posto Natal	80,00	
FABIO HENRIQUE T NOGUEIRA	Posto P. Caldas	25,00	
THIAGO MARCELO DE ALMEIDA	Posto P. Alegre	130,00	
WOLFRAM NERY DE AMORIM	Posto Manaus	250,00	
FABIOLA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Posto Passos	155,00	
MANOEL MATIAS DA SILVA NETO	Posto Natal	130,00	
TARSO DIAS PINHEIRO	Posto Parnaíba	210,00	
FLORENCIO FERREIRA SOARES	Posto Frª Santana	60,00	
MARCOS PINHEIRO DOS SANTOS	Posto Aracajú	240,00	
ADAO CABRAL FORMIGA	SEDE - Brasília	15.650,00	
MARCELO PUCHETTI	Esc. Reg.São Paulo	7.528,00	
VALDENICE FAUSTINO PERES	Posto Ourinhos	44,00	
GIOVANI MACAHDO GONÇALVES	Posto Goiânia	130,00	
SAMUEL JOSE GUIZO	Posto Campinas	90,00	
JOSE ANTONIO MARCON SOARES	Esc. Reg.Pto Alegre	762,00	
ALESSANDRA MARA CURY LICO	Posto Lins	20,00	
JOSE MARIO CENDRETTI	Posto Tietê	50,00	
FREDERICO AUGUSTO L. CONTA	Posto R. Preto	100,00	
SERGIO RENATO F ALMEIDA	Posto Pelotas	403,00	
FRANCISCA VERONICA DE MORAIS	Esc. Reg.Fortaleza	2.207,00	
CLEOPAS COELHO CUNHA	Esc. Reg.São Luiz	545,00	

HEITOR JOSE CERQUEIRA	Posto Juiz Fora	246,00	/Atendimento, situações em que o estabelecimento comercial não operava com o Cartão ou ainda quando o valor da despesa era inferior ao mínimo aceito para utilização de Cartão na modalidade de crédito; o maior volume de saques realizados por alguns supridos da Unidade Regional do Rio de Janeiro (Unidade Gestora), ocorreu em virtude da necessidade de evitar que ausências mais frequentes desses servidores do local de trabalho acarretassem em prejuízo das atividades daquela Unidade; assim, após pesquisa de preços dos gastos a realizar, os saques foram efetuados pelos supridos e designado um auxiliar para se deslocar até ao estabelecimento e efetivar o pagamento.
CARLOS EDUARDO SANTANA DE SOUZA	Posto S.J.R.Preto	76,00	
RODRIGO PIMENTA DE LIMA	Posto Atibaia	24,00	
EWERTON LARANJO MENDONÇA	Esc.Reg.B.Horizonte	1.507,00	
LUCIANO NENDZA DIAS	Posto P.Prudente	110,00	
NOEL MARQUARDT PEREIRA	Posto Curitiba	420,00	
JOSÉ DE CARVALHO	Posto Londrina	348,00	
DEIZE MARINA ALVES CASTANHEIRA	Esc.Reg.B.Horizonte	2.867,00	
JOÃO PAULO DE SOUZA	Posto Franca	120,00	
JULIO CESAR RODRIGUES	Posto Leopoldina	355,00	
JOSÉ RENATO BRAGA WERNECK	Posto São Mateus	140,00	
FERNANDO ANTONIO RESENDE	Posto Oliveira	386,00	
LUCIANO MARTINS VIEIRA	Posto Camboriú	406,00	
ALEKHINE FLAUBERT FERREIRA	Posto Santos	89,00	
LUCIANI DULLIUS SATURNINO MARTINS	Esc. Reg.Pto Alegre	1.060,00	
QUELI TATIANA DA SILVA ROSA	Esc.Reg.Pto Alegre	3.313,00	
CLEMILSON DOMINGOS RESENDE	Posto Sobral	255,00	
JOSUE PENICHE	Posto Chuí	108,00	
LUIZ TSUTOMU MATSUMURA	Esc. Reg.São Paulo	329,00	
JULIO JOSE DOS SANTOS NETO	Posto Foz Iguaçu	65,00	
ANTONIO CARLOS DE LIMA	Posto Boa Vista	120,00	
LEONARDO DE MOURA NITZKE	Posto Uruguaiana	228,00	
MARCOS DE MATOS SAMPAIO	Posto Juaz. Norte	315,00	
CLAUDIA ELISA HINSCHING PIRATH	Posto São Marcos	130,00	
SYLVIA MARLANY SOARES	Posto Dourados	224,00	
NEY ALEXANDRE ALENCAR MOREIRA	Posto Cpo. Grande	25,00	
ANA PAULA DOMINGOS DOS SANTOS	Posto Curitiba	85,00	
ALEXANDRE MOTTA JUSTO	Esc.Reg.Rio Janeiro	10,00	
LAURINDO ANTONIO PEREIRA SOUZA	Posto Seropédica	518,00	
PAULO CEZAR OLIVEIRA	Esc.Reg.Rio Janeiro	14.360,00	
MARIA CRISTINA T M PALMA	Posto Petrópolis	240,00	
MILTON D OLNE LAGO	Posto Areal	220,00	
MARCOS TAVARES BARBOSA	Posto Três Rios	652,00	
MARIA ELISA FONTES TOURINHO	Esc.Reg.Rio Janeiro	4.010,00	
KLEBER CAETANO A TRINDADE	Posto Petrópolis	352,00	
SIMONE TEIXEIRA ARAUJO	Esc.Reg.Rio Janeiro	1.050,00	
CESAR AFONSO CHAVES	Posto Rezende	518,00	
TOTAL		64.730,00	

Encontram-se no Anexo I, planilhas demonstrando os gastos mensais realizados por cada suprido na modalidade de crédito e saque, em separado, assim como os seus somatórios globais.

Também, no Anexo II, foram anexadas cópias das comprovações mensais de gastos com suprimento de fundos por intermédio de Cartão de Pagamento dos 7 servidores que efetuaram despesas superiores a R\$5.000,00 durante o exercício de 2007, assim como o detalhamento e justificativa das despesas com valor unitário superior a R\$200,00.

O Anexo III contém planilha relacionando os servidores que receberam em 2007 suprimentos de fundos mediante Ordem Bancária de Pagamento, com as respectivas justificativas.

Por último, cabe salientar que as contas Tipo “B” foram todas encerradas e substituídas por Cartões de Pagamento durante o curso de 2005.

13. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

13.1. Atuação da SFC/CGU/PR em 2007

O Relatório de Gestão da ANTT, do exercício de 2006, foi aprovado pela Diretoria mediante a Deliberação nº. 070/07, de 14/03/2007, e o respectivo Processo de Prestação de Contas, de nº. 50500.007163/2007-35, foi encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno pelo Ofício nº. 097/DG, de 14/03/2007.

A Secretaria Federal de Controle Interno, pelo Ofício nº 10863/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 13.4.2007, apresentou a equipe de auditoria para a realização da Auditoria de Avaliação da Gestão – Prestação de Contas, do exercício de 2006, a qual foi feita nos meses de março e abril de 2007.

Pelo Ofício nº. 21.667/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 6/7/2006, a SFC encaminhou o Relatório e Certificado de Auditoria de nº. 190543, juntamente com o Parecer do Dirigente de Controle Interno.

De acordo com o Certificado de Auditoria emitido pelo Órgão de Controle Interno, foi considerada REGULAR COM RESSALVAS a gestão do Superintendente de Administração e Recursos Humanos e REGULAR a gestão dos demais gestores, referente às contas da ANTT do exercício de 2006.

13.2. Recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno

Os Planos de Providências relativos às Recomendações formuladas pela Equipe de Auditoria da SFC/CGU, e constantes do Relatório de Auditoria SFC/CGU nº. 190.543, foram encaminhados pela SFC/CGU à ANTT mediante o Ofício nº. 22619/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 16/07/2007, contendo 12 (doze) recomendações.

Referidos Planos foram restituídos à SFC/CGU pelo Ofício nº. 398/DG, de 15/8/2007, com as informações das respectivas áreas e as providências adotadas para o atendimento daquelas recomendações, conforme descritos a seguir.

Unidade jurisdicionada responsável pela apresentação das contas: ANTT
Relatório nº: 190543

1. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 1.1.1.1

1.1. Recomendação:

Em que pese a complementação da justificativa encaminhada pelo Gestor, a equipe de auditoria entende que as informações relativas às validações com discordância, constantes do SIGPlan, sejam devidamente justificadas pelo respectivo Gerente no próprio Sistema.

1.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo

1.3. Providências a serem implementadas:

Sempre que houver validação com discordância serão feitas as justificativas correspondentes.

1.4. Prazo limite de implementação: Imediato

2. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 3.2.1.1

2.1. Recomendação:

Em que pese a complementação da justificativa encaminhada pelo Gestor, a equipe de auditoria recomenda que a Agência implemente mecanismo de controle quando da abertura de Ficha Cadastral do servidor, o que permitirá que os pagamentos referentes à Auxílio alimentação estejam compatíveis com o endereço de residência do servidor e sua lotação.

2.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) Discordo

2.3. Providências a serem implementadas:

Justificativa: Informamos que os valores referentes ao benefício do auxílio alimentação estão sendo pagos corretamente, de forma automática pelo sistema SIAPE, de acordo com a lotação do servidor. Cabe-nos esclarecer que a ANTT lida com uma situação atípica, uma vez que tem servidores distribuídos por todas as partes do território nacional. Assim, para efetuar o pagamento, o Sistema leva em consideração o estado no qual o servidor está lotado, ou seja, onde desenvolve suas atividades.

2.4. Prazo limite para implementação: Não há.**3. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 3.3.1.1****3.1. Recomendação:**

Em que pese a complementação da justificativa encaminhada pelo Gestor, a equipe de auditoria recomenda que:

a) nas prestações de conta haja melhor esclarecimento dos cancelamentos e devoluções das diárias não utilizadas, principalmente nas diárias terrestres.

b) seja observado o Decreto nº 5.992/2006.

3.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente

3.3. Providências a serem implementadas:

Justificativa: No Anexo I ao Relatório nº. 190543 (Demonstrativo das Constatações), especificamente no item 3.3.1, constam não só as justificativas apuradas pela própria equipe de auditoria - a qual conclui não haver falha na concessão de diárias com saídas nos finais de semana, uma vez que todas elas foram por necessidade do trabalho ou indisponibilidade de vôos - assim como aquelas apresentadas pela SUPLA, que foram consubstanciadas com cópia de documentos que no nosso entender demonstram o cumprimento da legislação pertinente a diárias, particularmente no que se

refere a cancelamento e devolução de diárias e passagens não utilizadas, tanto aéreas quanto terrestres;

No que se refere a não apresentação de bilhetes de passagens (que os servidores justificaram informando o seu extravio), esta SUPLA/GEFIN expediu em 27 de março de 2007, por intermédio da ASCOM, comunicado a todos os servidores da ANTT enfatizando a necessidade de que os canchotos de embarque sejam preservados e integrados as respectivas prestações de contas.

No que tange ao Decreto nº. 5.999/2006, citado na recomendação do item b), a Unidade vem observando seus mandamentos, razão pela qual se entende não haver necessidade de nenhuma outra providencia, além daquela já tomada.

3.4. Prazo limite de implementação: não há.

4. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 3.3.2.1

4.1. Recomendação:

Recomenda-se a SUADM/ANTT que atualize o cadastro e Pastas Pessoais do servidor, quando do seu ingresso na Agência, observando se há a necessidade de concessão de auxílio transporte, para melhor formalização do processo na concessão de Ajuda de Custo.

4.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo

4.3. Providências a serem implementadas

Quando do ingresso nesta Agência, o servidor preenche uma ficha cadastral com seus dados pessoais, bem como, se for o caso, um formulário onde declara seu interesse em ser beneficiário do auxílio transporte. No entanto, para fins de atualizações, estamos procedendo levantamento nas pastas funcionais para verificar, dentre outros, esse item. Cabe-nos esclarecer que esse levantamento está sendo realizado concomitantemente com as atividades da Gerência de Recursos Humanos e que não podem sofrer solução de

continuidade. Assim, pretende-se que esse trabalho possa estar concluído até o final do corrente ano.

4.4. Prazo limite para implementação: 31.12.2007

5. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 4.1.1.1

5.1. Recomendação:

Em que pese a complementação da justificativa encaminhada pelo Gestor, a equipe de auditoria entende que a ANTT deve se abster de criar restrições quanto ao local de prestação de serviços em seus editais de credenciamento, caso não haja efetiva motivação.

5.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente

5.3. Providências a serem implementadas:

Justificativa: Não concordamos que o Edital de Credenciamento realizado por esta Agência continha cláusulas restritivas, uma vez que o edital atendeu a todas as recomendações técnicas e jurídicas. Da mesma forma, o procedimento para a contratação via dispensa de licitação obedeceu inteiramente os princípios licitatórios, sendo necessário frisar, uma vez mais que, conforme consta no processo, várias tentativas foram efetivamente adotadas para atingir-se a ampla competição, mesmo em se tratando de credenciamento para tradutores juramentados, que resultaria em contratação direta.

Na eventualidade de ocorrer nova necessidade de contratação de tradutor juramentado, a área solicitante será recomendada a indicar que os serviços de tradução podem ser executados no local do domicílio/residência do tradutor.

5.4. Prazo limite para implementação: Imediato.

6. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 4.1.1.2

6.1. Recomendação:

Em que pese a complementação da justificativa encaminhada pelo Gestor, a equipe de auditoria entende que a comprovação de vantagem, quando da adesão às atas de registro de preço, seja cuidadosamente realizada observando os aspectos mencionados.

6.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente.

6.3. Providências a serem implementadas:

Justificativas: A concordância parcial desse item deve-se ao fato de que a comprovação das vantagens na adesão do registro de preços em causa obedeceu a todas as orientações mencionadas no art. 8º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, conforme justificado pela Superintendência de Administração e Recursos Humanos – SUADM.

Nada obstante, aquela Superintendência, nas próximas adesões de equipamentos de informática, buscará, juntamente com a área de informática, a elaboração de planilhas e justificativas para facilitar ainda mais a constatação da vantagem, haja vista que a ampliação de justificativa, neste caso, não trará prejuízos processuais a esta Agência.

6.4. Prazo limite para implementação: Imediato.

7. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 4.1.2.1

7.1. Recomendação:

001 - Recomenda-se ao gestor a adoção de metodologias de controle de prazos, tramitação processual e padronização de instrumentos para celebração dos contratos.

002 - Especificamente em relação ao edital examinado, recomenda-se a estrita aplicação dos prazos estabelecidos no edital e na legislação, a fim de que se evitem soluções de continuidade no fornecimento dos bens.

003 - Recomenda-se, ainda, nas próximas licitações similares, um maior detalhamento do objeto, para que se evitem interpretações diversas por parte dos licitantes, além da aplicação dos prazos estabelecidos em edital e na legislação aplicável.

7.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) Discordo

7.3. Providências a serem implementadas:

Justificativa: Em que pese a recomendação da Equipe de Auditoria reitera-se que não foi desrespeitado nenhum prazo imposto pela lei na condução do processo em causa. Cumprindo frisar que a dificuldade para a realização do objeto resultante do mencionado Pregão deveu-se à ineficiência e incapacidade de algumas empresas que não cumpriram suas propostas, motivo porque estão sendo devidamente apenadas.

7.4. Prazo limite para implementação: (não há).**8. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 4.1.2.2****8.1. Recomendação:**

Em que pese a complementação da justificativa encaminhada pelo Gestor, a equipe de auditoria entende que seja observado o dispositivo anteriormente transcrito, art 2º, I do Decreto 3.931/2001, já que o material comprado deverá ser adquirido com frequência.

8.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo Parcialmente.

8.3. Providências a serem Implementadas:

Justificativas: Os preços obtidos no mencionado pregão foram vantajosos para a Administração e resultantes de ampla competição, tanto que o valor apurado na licitação foi inferior ao obtido na estimativa realizada na fase interna do Pregão nº 13/2006.

Nas aquisições futuras, será avaliada a possibilidade da realização ou adesão a registro de preços para essa finalidade.

8.4. Prazo limite para implementação: Imediato.

9. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 4.2.1.1

9.1. Recomendação:

Recomenda-se que a Agência atente para as limitações existentes na aplicação do art. 25 da Lei 8.666/93 ao treinamento de servidores, principalmente se o treinamento se caracterizar por curso básico ou convencional, apesar de a situação apresentada não ter causado prejuízo.

9.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) Discordo

9.3. Providências a serem implementadas:

Justificativa: Discorda-se da recomendação da Equipe de Auditoria face ao que consta do processo mencionado, uma vez que, como justificado reiteradas vezes, a contratação do SENAI/DF teve como fundamento a hipótese de contratação direta, que engloba tanto as hipóteses de dispensa quanto inexigibilidade de licitação.

No caso específico, ficou comprovado e demonstrado que o erro material havido referiu-se à troca do art. 25 pelo art. 24, todos da Lei nº 8.666, de 1993, ou seja, tanto num quanto noutro caso, o resultado prático seria a contratação direta.

Assim, uma vez que a falha material havida foi plenamente retificada pela autoridade competente, devidamente publicada no DOU de 28.5.2007, somado ao fato de que não houve nenhum prejuízo a esta Agência, conforme reconhecido pela própria Secretaria Federal de Controle, entende-se adotadas as providências. Assim, solicitamos a alteração da classificação do achado de "CONSTATAÇÃO", a qual gerou a ressalva no Certificado, para a condição de "INFORMAÇÃO".

9.4. Prazo limite para implementação: já implementada a correção.

10. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 4.2.2.1

10.1. Recomendação:

Recomenda-se ao gestor a adoção de uma metodologia que permita a remuneração do contratado de acordo com seu desempenho no atendimento às demandas que lhe são efetuadas, com evidentes reflexos na qualidade do atendimento e impessoalidade da avaliação do contratado.

10.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente

10.3. Providências a serem implementadas:

Justificativas: O Contrato firmado pela ANTT com a empresa Davos Engenharia e Representações Ltda., para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas elétrico, hidrossanitário e nas instalações do sistema de combate a incêndio do Ed. Sede da ANTT e manutenção corretiva nas instalações locadas pela Agência no Setor de Indústrias Gráficas é por valor global, pelo período de 12 meses, com o pagamento mensal de parcelas fixas, visto que a licitação foi julgada com base no menor preço global mensal.

Nesse caso, a remuneração do contrato não poderá ser vinculada ao resultado da avaliação do desempenho da contratada no atendimento às demandas que lhe são encaminhadas. Por outro lado, o desempenho da contratada é um dos indicadores que pode levar à rescisão do contrato.

Está sendo estudado o aprimoramento do sistema de acompanhamento e avaliação da prestação dos serviços de manutenção contratados pela ANTT.

10.4. Prazo limite para implementação: 31.01.2008

11. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 4.3.1.1**11.1. Recomendação:**

Em que pese a complementação da justificativa encaminhada pelo Gestor, a equipe de auditoria entende que a ANTT deve exigir dos convenientes, quando da apresentação do Plano de Trabalho, orçamento detalhado dos custos, identificando os valores associados a cada atividade prevista no convênio, bem como os respectivos quantitativos.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo.

11.2. Providências a serem Implementadas:

Em anexo, o Plano de Trabalho e Convênio assinado com a FUB, publicado no Diário Oficial da União de 23.7.2007, com as providências recomendadas pela Secretaria Federal de Controle. Os itens do Plano são claramente identificados, bem com os custos a ele associados. Além disso, no corpo do convênio, na Cláusula de Pagamento, a liberação de parcelas é associada à entrega e aprovação, por parte do Gestor, dos Produtos. Assinalamos que todos os Convênios a serem propostos terão o nível de detalhamento recomendado.

Prazo limite de implementação: Imediato.

12. ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 4.3.2.1**12.1. Recomendação:**

A Entidade deve exigir dos convenientes a identificação do título e número do convênio em todas as Notas Fiscais apresentadas, conforme art. 30 da IN nº 01/97.

12.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo.

12.3. Providências a serem Implementadas:

Já foi encaminhado à Fundação Universitária de Brasília, o Ofício nº. 3150/2007/SULOG, de 27.6.2007, comunicando a necessidade de anotar, nos originais dos documentos de despesa do Convênio nº. 014/ANTT/2005, o nome e o título do convênio.

12.4. Prazo limite de implementação: já implementada.

OBSERVAÇÃO: As informações acima são as constantes dos Planos de Providências encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno, pelo Ofício nº. 398/DG, de 15/8/2007, onde se verifica que as Recomendações efetuadas por aquela Secretaria foram todas atendidas, já naquela ocasião, observando-se que a implementação da Recomendação do item 3.1.1.1, qual seja, que a ANTT “promova novas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão” também foi atendida, tendo em vista as constantes gestões, nesse sentido, registrando apenas que os resultados dessas gestões independe exclusivamente da ANTT, mas sim daquele Ministério.

AUDITORIAS REALIZADAS PELA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

1. A Secretaria Federal de Controle Interno, pelo Ofício nº 10863/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 13.4.2007, apresentou a equipe de auditoria para a realização da Auditoria de Avaliação da Gestão – Prestação de Contas, do exercício de 2006, a qual foi feita nos meses de março e abril de 2007.
2. A Secretaria Federal de Controle Interno, pelo Ofício nº 14.374/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 14.5.2007, apresentou a equipe de auditoria para a realização da Auditoria sobre os atos e fatos de gestão, referentes ao período compreendido entre a data de assinatura do

Contrato (outubro/2005) e 31/12/2006, no Contrato de Empreéstimo BIRD nº. 7253-BR-Projeto de Assistência Técnica para Crescimento Sustentável e Equitativo – PACE, no mês de maio de 2007.

3. Pelo Ofício nº. 34506/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 17.10.2007, a Secretaria Federal de Controle Interno apresentou a equipe de auditoria para realização dos exames sobre os atos e fatos da gestão do exercício de 2007 – Auditoria de Acompanhamento.

4. Pelo Ofício nº. 42120/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 17.12.2007, a Secretaria Federal de Controle Interno informou que o exame dos atos e fatos da gestão do exercício de 2007 serão prorrogados até 31 de janeiro de 2008. Nesta fase dos trabalhos foram examinados atos relativos aos contratos de concessão rodoviária da empresa NOVADUTRA - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. e Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S. A. – ECOSUL, além dos exames dos atos relacionados ao Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

13.3. Outras Diligências da SFC/CGU/PR

1. Ofício nº. 7866/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 19.3.2007: solicita cópia do Plano de Outorgas de linhas de transporte rodoviário de passageiros, abrangendo as linhas interestaduais e internacionais, datas de encaminhamento ao Ministério dos Transportes e previsão de abertura dos processos licitatórios.

Atendida pelo Ofício nº. 139/DG, de 11.4.2007.

2. Ofício nº. 7870/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 19.3.2007: solicita cópia dos relatórios de uso de todos os veículos da ANTT no estado do Rio de Janeiro e de um resumo das viagens aéreas de servidores ocorridas entre Brasília e Rio de Janeiro, no exercício de 2004.

Atendida pelo Ofício nº. 144/AUDIT, de 12.4.2007.

3. Ofício nº. 7868/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 29.5.2007: solicita informações sobre todas as concessões de entradas federais no estado do Rio Grande do Sul

Atendida pelo Ofício nº. 241/DG, de 29.5.2007.

4. Ofício nº. 17723/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 8.6.2007: solicita informações sobre os contratos firmados entre a ANTT e as empresas relacionadas em anexo ao ofício.

Atendida pelo Ofício nº. 293/DG, de 25.6.2007.

5. Ofício nº. 21278/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 10.7.2007: solicita informações relativas a direitos de passagem entre operadoras ferroviárias de cargas e tabelas de tarifas, além de cópias dos contratos operacionais específicos e seus aditivos, e das tabelas de tarifas praticadas pela Estrada de Ferro Carajás.

Atendida pelos Ofícios nºs. 358/DG, de 20.7.2007 e 359/DG, de 23.7.2007.

13.4. Disponibilização de documentos na internet.

De acordo com a Portaria CGU nº. 262, de 30/08/2005, e o artigo 20-B do Decreto nº. 3.591, de 06/09/2000, acrescido pelo Decreto nº. 5.481, de 30/06/2005, o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial, das contas da Agência, encontram-se disponibilizados no sitio da ANTT, na Internet - www.antt.gov.br - no link "Processos de Contas Anuais"

13.5. Portal Transparência Pública

Estabelece o Art. 1º do Decreto nº. 5.482, de 30/06/2005, que "O Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, sítio eletrônico à disposição na Rede Mundial de Computadores - Internet tem por finalidade veicular dados e informações detalhados sobre a execução orçamentária e financeira da União..."

De acordo com o § 2º, "Os órgãos e entidades da administração pública federal deverão fornecer à Controladoria-Geral da União, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da execução orçamentária, os dados necessários para a plena consecução dos objetivos do Portal da Transparência."

E no art. 2º deste Diploma ficou estabelecido que "Os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, deverão manter em seus respectivos sítios eletrônicos, na Rede Mundial de Computadores - Internet, página denominada Transparência Pública, para divulgação, de dados e informações relativas à sua execução orçamentária e financeira, compreendendo, entre outras, matérias relativas a licitações, contratos e convênios."

A ANTT, em atendimento à legislação acima, criou em seu sítio, na internet, o link "Transparência Pública", para a disponibilização dos dados exigidos.

14. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

14.1. Atuação do TCU

A Auditoria Interna da ANTT, nos termos da Deliberação nº. 72/2002, vem acompanhando as demandas originárias do Tribunal de Contas da União e o seu atendimento pelas diversas áreas da Agência. No quadro a seguir estão relacionadas as Diligências e Audiências recebidas do Tribunal de Contas da União – TCU, no exercício de 2007, no total de 17 (dezessete), sendo 1 (uma) da Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP; 1 (uma) da 1ª Secretaria de Controle Externo - 1ª Secex; e 15 (quinze) da Secretaria de Fiscalização de Desestatização - SEFID, bem como os respectivos Ofícios de atendimento, mediante os quais foram encaminhados aquele Tribunal as informações e/ou dados solicitados.

14.2. DILIGÊNCIAS EFETUADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

EXERCÍCIO DE 2007

TC nº	Diligência		Síntese	Observações
	Data	Nº		
006.080/2007-6	14.3.2007	20/SEFID	Solicitação de informações acerca de reclamação de usuário sobre as condições da BR-029 em trecho concedido à Concessionária Osório-Porto Alegre (Concepa)	Pelo Ofício nº 126/DG, de 3.4.2007 foi enviado à SEFID/TCU o Memo nº 108/2007/SUINF/GEFEI, de 2.4.2007, contendo as informações relacionadas aos trechos rodoviários solicitados pelo TCU.
005.132/2004-5	17.4.2007	26/SEFID	Solicitação de informações acerca das providências adotadas para o efetivo cumprimento do Acórdão nº 567/2006-TCU-Plenário.	Pelo Ofício nº 192/DG, de 7.5.2007 foi enviado à SEFID-TCU a Nota Técnica nº 20/2007/SUINF/GEEX, de 7.5.2007, contendo as informações a respeito das ações já realizadas e as providências que serão adotadas por ocasião da revisão do PER, para o efetivo cumprimento do Acórdão nº 567/2006-TCU.
009.509/2007-1	17.4.2007	1063/SEFID	Informações das providências, a cargo da ANTT, que foram determinadas à América Latina Logística S.A (ALL) para solução do problema apurado através da Manifestação nº 09300, de supostas irregularidades praticadas pela América Latina Logística S.A (ALL) contra o patrimônio ferroviário da Ferrovia Bandeirantes (FERROBAN) a cerca de retirada do ramal de Varginha para aplicação em outras localidades.	Pelo Ofício nº 191/DG de 7.5.2007, foi enviado à SEFID-TCU o Memo nº 144/GEFIC/SUCAR, contendo as informações relacionadas às providências adotadas pela Agência, com relação às supostas irregularidades perpetradas pela ALL contra o patrimônio da FERROBAN (realização de inspeção e notificação à Ferrobán)

029.555/2006-3	26.4.2007	1076/SEFID	Solicitação de informações acerca dos fatos narrados pelo Sr. Procurador Ricardo Santos de Portugal nos autos do processo de Auditoria Operacional na Ponte Costa e Silva (Rio-Niterói) e das providências, a cargo da ANTT, foram determinadas à Concessionária da Ponte Rio-Niterói para solução das irregularidades eventualmente apuradas	No dia 22.5.2007 foi enviado à SEFID-TCU o Ofício nº 228/DG, contendo o Memo nº 079/2007/SUINF, de 18.5.2007, contendo as informações acerca dos fatos narrados pelo Sr. Procurador Ricardo Santos Portugal.
003.183/2006-1	3.5.2007	1087/SEFID	Solicitação de informações em planilha eletrônica Excel: a) relatório analítico referente ao SISFROTA, para o exercício de 2004, 2005 e 2006, contendo os registros de chassi, com seu respectivo número, carroceria, placa do veículo por tipo de categoria (convencional com sanitário, convencional sem sanitário, executivo, semileito, misto, leito sem ar condicionado e leito com ar condicionado), por empresas; b) relatório analítico referente ao SISFRET, para os exercícios de 2004, 2005, 2006, contendo os registros de placa do veículo por empresa, apenas para aquelas que prestem serviços como permissionárias e autorizadas.	Pelo Ofício nº 208/DG, de 15.5.2007 foi enviado à SEFID-TCU cópia do Memo nº 97/2007/SUPAS, de 14.5.2007 e um CD contendo as informações solicitadas, em planilhas eletrônicas.
002.834/2005-2	9.5.2007	1095/SEFID	Solicitação de informações sobre as conclusões das comissões constituídas pelas Portarias nº057/SUPAS/ANTT/2006 e 139/SUPAS/ANTT/2006, em atendimento ao item 1.1 do Acórdão 2.199/2005-TCU-Plenário, e sobre o cumprimento da determinação constante no subitem 1.2 da mesma deliberação.	Pelo Ofício nº 239/DG, de 29.5.2007 foi enviado à SEFID-TCU o Memo nº 101/SUPAS, de 24.5.2007, contendo informações a respeito das providências tomadas em relação ao item 1.1 do Acórdão 2.199/2005 e do item 1.2 do mesmo acórdão para atendimento da Diligência.
003.121/2003-4	3.5.2007	1088/SEFID	Solicitação de informações acerca das medidas adotadas visando o cumprimento das determinações proferidas no Acórdão nº 297/2004-TCU-Plenário, de 24.3.2004, reformado pelo Acórdão nº2188/2006-TCU-Plenário, de	Foi enviado à SEFID-TCU O Ofício nº 240/DG, de 29.5.2007 o qual contém o Despacho elaborado pela AUDIT, e seus anexos, contendo as informações solicitadas pela SEFID.

			22.11.2006.	
008.237/2004-0	21.5.2007	1110/SEFID	<p>AUDIÊNCIA: Encaminhar ao TCU as razões de justificativas a respeito de:</p> <p>a) por descumprir a determinação inserida no item 9.1 do Acórdão nº 2.588/2004-TCU-2ªC, de 8.12.2004 (apresentar estudos para o caso da inadimplência da Novoeste e informar as medidas cabíveis adotadas).</p> <p>b) por não instaurar o devido processo administrativo, previsto na Resolução da ANTT nº 152, de 16.1.2003 (apurar pendências do TAC e autorizar operações da Novoeste).</p>	No dia 12.6.2007 foi enviado à SEFID-TCU Ofício nº 276/DG e seus anexos, apresentando as justificativas e os esclarecimentos solicitados pelo TCU.
017.394/2007-6	3.7.2007	1163/SEFID	Solicitação de informações do processo que trata de Representação autuada por força de informações da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul (PR), quanto à localização de praça de pedágio a ser instalada no trecho rodoviário entre Curitiba e São Paulo (Rodovia Régis Bitencourt).	Pelo Ofício nº 345/DG, de 12.7.2007 foi enviada à SEFID-TCU cópia do Memo nº 98/SUINF, de 11.7.2007, versando sobre a matéria apresentada pelo TCU.
021.654/2007-3	30.8.2007	1266/SEFID	Solicitação de manifestação da ANTT acerca das informações de representantes da Comunidade de Seropédica (RJ), em especial sobre as alternativas propostas para a localização das cabines de bloqueio a serem instaladas pela NovaDutra.	Pelo Ofício nº 529/DG, de 10.10.2007 foi enviado à TCU-SEFID a Nota Técnica nº 084/GEREX/SUINF/2007, de 3.10.2007, contendo a manifestação da SUINF sobre o a matéria.

024.842/2007-7	16.10.2007	1338/SEFID	Representação referente à matéria publicada em 24/8/2007 na Revista Ferroviária, que noticia a moção feita pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo ao Presidente da República a respeito de supostas irregularidades cometidas pela Ferrovia Bandeirantes S.A (Ferrobán) na aplicação dos recursos destinados pelo governo, solicita de informações acerca da procedência dos fatos narrados, e se for o caso, informe quais providências estão sendo adotadas para a solução dos problemas eventualmente apurados.	Pelo Ofício nº 588/DG, de 7.11.2006 foi enviado à SEFID-TCU os Despachos SUREF, de 1.11.2007 e de 30.8.2007 (folhas 217/218); o Despacho SUCAR, de 15.8.2007 (folha 215) e do Parecer/ANTT/FBANC/Nº 0265-1.3/2005.
027.729/2007-3	7.11.2007	1384/SEFID	Solicitação de complementação de informações encaminhadas pela ANTT mediante o Ofício nº 545/DG, de 18.10.2007 referente ao estudo de viabilidade e ao projeto básico das linhas juntamente com todas as planilhas utilizadas em Excel.	Pelo Ofício nº 617/DG, de 19.11.2007 foi enviado à SEFID-TCU Nota Técnica nº 04/2007/SUEME/ANTT, contendo as informações sobre a matéria.
027.652/2007-6	12.11.2007	4380/SEFIP	Representação acerca da instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 50500.073033/2005-29 por improbidade administrativa de servidor da ANTT.	Pelo Ofício nº 654/DG, de foi enviado à SEFIP-TCU o Memoº 367/GERHU/SUADM, de 29.11.2007 e as fichas financeiras que constam as apurações dos valores já ressarcidos pelo servidor, atendendo as informações solicitadas pelo TCU.
012.888/2007-3	21.11.2007	496/1ª Secex	Solicitação de esclarecimentos e documentos com relação às denúncias de desmanches da Malha Paulista, nas regiões de Campinas, Rio Claro e Iperó.	Pelo Ofício nº 673/DG, de 6.12.2007 foi enviado à SECEX-1ª cópia dos contratos de concessão de arrendamento de bens da Malha Paulista, atendendo assim ao disposto da letra "e" do Ofício nº 496/2007/TCU/SECEX-1. Pelo Ofício nº. 011/DG, de 9.1.2007, foram encaminhados os demais documentos solicitados pelo TCU

012.887/2007-6	26.11.2007	1397/SEFID	Representação contra ANTT por possível omissão na fiscalização do contrato de concessão ferroviária da ALL-América Latina Logística	Pelo Ofício nº 698/DG, de 18.12.2007, foi enviado à SEFID-TCU o Memo nº 385/SUCAR, de 14.12.2007, contendo os esclarecimentos sobre os itens apontados pelo TCU.
003.903/2006-4	10.12.2007	1436/SEFID	Solicitação de informações sobre as conclusões resultantes das apurações determinadas pelas deliberações nº 317, de 1.8.2007 e 320, de 8.8.2007, da diretoria colegiada da ANTT, relativamente à regularidade das linhas de prefixos nº 12-0371-70 e nº 12-0440-75, que interligam Brasília a Águas Lindas de Goiás, como também informe as medidas porventura adotadas e, caso não tenham sido concluídas tais apurações, o prazo estimado para a conclusão dos trabalhos.	Pelo Ofício nº 714/DG, de 21.12.2007 foi enviado à SEFID-TCU a Nota Técnica nº 839/2007/SUPAS, de 20.12.2007 contendo as informações sobre a tramitação dos Processos Administrativos.
s/número	21.11.2007	1409/SEFID	Solicitação de informações, em tabelas anexas preenchidas, em formato Excel, com os dados relativos a investimentos feitos ao longo do período dos anos de 2004 a 2007 (em valores correntes), ao resultado físico decorrente de tais investimentos, à execução financeira e à situação do quadro de pessoal dessa Agência.	As tabelas solicitadas pelo TCU foram enviadas pelos Ofícios nºs 723/DG, de 27.12.2007, e 035/DG, de 22.1.2008, à SEFID.

14.3. Julgamento pelo Tribunal de Contas da União de processos de interesse da ANTT – Exercício de 2007

O Tribunal de Contas da União, no exercício de 2007, procedeu aos seguintes julgamentos, nos processos de interesse da ANTT.

1. Acórdão nº 101-TCU-Plenário, de 7.2.2007 (TC 014.654/2006-5)

Síntese: Acompanhamento sobre o primeiro estágio do procedimento de outorga de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão patrocinada, objetivando a restauração, manutenção, operação e aumento da capacidade de trechos rodoviários da BR-116 e BR-324 localizados no Estado da Bahia.

O TCU aprovou os procedimentos relativos ao primeiro estágio do acompanhamento.

Determinações para a ANTT: Não houve.

2. Acórdão nº 102-TCU-Plenário, de 7.2.2007 (TC 022.096/2005-9)

Síntese: Acompanhamento do processo de outorga da subconcessão onerosa da administração e exploração do serviço público de transporte ferroviário, com arrendamento, por um período de 30 (anos), do trecho da Ferrovia Norte-Sul - FNS entre Açailândia/MA e Palmas/TO, numa extensão total de 720 km, concedido à Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A., empresa estatal vinculada ao Ministério dos Transportes.

Determinações à ANTT:

“9.1. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com fulcro na Lei nº 10.233/2001 e no contrato de concessão celebrado, em 8/6/2006, entre a União, por intermédio dessa Agência, e a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., para a construção, a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de cargas e de passageiros na Ferrovia Norte-Sul, com destaque para as disposições contidas na cláusula primeira, §§ 5º a 7º, que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da ciência desta deliberação, proceda à análise do processo de outorga da subconcessão onerosa da administração e exploração do serviço público de transporte ferroviário, com arrendamento, do trecho da referida Ferrovia entre Açailândia/MA e Palmas/TO, numa extensão total de 720 km, informando a este Tribunal as conclusões obtidas e as providências porventura adotadas, com manifestação em especial no que concerne:

9.1.1. às premissas adotadas nos estudos de viabilidade econômico-financeira da subconcessão da Ferrovia Norte-Sul, considerando as inconsistências apontadas no Relatório que fundamenta este Acórdão, mormente no que se refere à destinação dos recursos auferidos com a outorga, ao valor das tarifas adotadas, ao cálculo da taxa de desconto do projeto, à taxa de câmbio utilizada, à produção a ser considerada em função da retração do mercado e da capacidade de escoamento do Porto de Itaqui, em São Luís/MA, e ao cálculo da rubrica “Outras Receitas”;

9.1.2. ao Edital de Licitação nº 001/2006, principalmente no que se refere:

9.1.2.1. ao papel da ANTT e da Valec no processo de subconcessão, ante o disposto na Lei nº 10.233/2001 e na Lei nº 8.987/1995 e tendo em vista a existência de inúmeras cláusulas do edital, bem como na minuta de contrato correspondente, incumbindo referida empresa, mesmo depois de realizada a subconcessão e concluída a construção dos trechos ferroviários a seu cargo, de diversas obrigações e direitos relacionados à administração, à exploração da FNS e à fiscalização do contrato de subconcessão nos moldes de um ente regulador;

9.1.2.2. ao critério estabelecido para a revisão do contrato de subconcessão, contido na cláusula 9.2 do Anexo I do edital”.

Providências adotadas:

A ANTT procedeu a análise do processo de outorga da subconcessão onerosa da administração e exploração do serviço público de transporte ferroviário, com arrendamento, do trecho da Ferrovia Norte-Sul, entre Açailândia/MA e Palmas/TO, numa extensão total de 720 km, concedido à VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e encaminhou ao Tribunal de Contas da União o Ofício nº. 235/DG, de 24.5.2007, juntamente com a Nota Técnica Conjunta SUCAR/SUREF nº. 001/2007, de 17.5.2007, o Parecer/ANTT/PRG/CAH/Nº. 0285-3.9.11/2007. Informou ao TCU, na ocasião, do posicionamento da ANTT e da necessidade da VALEC rever as cláusulas do Edital e do Contrato.

Posteriormente, mediante o TCU o Ofício nº. 263/DG, de 5.6.2007, enviou cópia do Ofício nº. 275/SUCAR, de 25.5.2007, enviado à VALEC, para revisão das minutas do Edital e do Contrato.

Em 24.9.2007, foi enviado ao TCU o Ofício nº. 492/DG, encaminhando a minuta do Edital de Licitação e Contrato de Subconcessão, e seus anexos, informando que tais documentos já incorporam as alterações propostas pelas áreas técnicas e jurídica da ANTT. Informou, ainda, que foi comunicado à VALEC que não há objeção, por parte da ANTT, do prosseguimento regular das providências sobre o assunto.

3. Acórdão nº 575-TCU-Plenário, de 11.4.2007 (TC 014.824/2000-8)

Síntese: Pedido de Reexame. Decisão 1.648/2002-TCU-Plenário. Contrato de concessão da Rodovia Presidente Dutra. Desmembramento da praça de pedágio de Parateí e criação da praça de pedágio de Jacareí. Determinações dirigidas à ANTT. Elaboração de norma para regular a metodologia de cálculo de receitas auferidas com a alteração na configuração de praças de pedágio. Revisão do contrato de concessão com base na norma a ser elaborada. Pedido de medida cautelar encaminhado pelo ministério público federal. Conhecimento do recurso. Provimento parcial. Indeferimento da medida cautelar.

Determinações à ANTT:

“8.2. determinar à ANTT que:

8.2.1. em futuras modificações da configuração original das praças de pedágio da rodovia Presidente Dutra, como o desmembramento, a criação de novas praças ou a instalação de cabines de bloqueio, observe, entre outras que entender cabíveis em cada caso, as seguintes diretrizes quanto à fórmula de cálculo e de agregação ao fluxo de caixa do adicional de tráfego e de receitas gerado:

8.2.1.1. ressalvados as despesas e os custos vinculados à implementação das referidas modificações, bem como outros casos definidos pela ANTT, desde que devidamente justificados, a receita relativa ao adicional de tráfego gerado nas praças originais deverá ser aplicada em benefício exclusivamente público, vinculado ao motivo público alegado e à finalidade pública pretendida pelas modificações, devendo ser integralmente repassada ao usuário;

8.2.1.2. a receita decorrente do adicional de tráfego gerado somente poderá ser aplicada na realização de obras de melhoria na rodovia e/ou na prestação de serviços de assistência ao usuário na hipótese de tais ações não estarem previstas originalmente no PER, devendo haver vinculação da respectiva ação ao motivo público alegado e à finalidade pública perseguida, bem como estar comprovadamente caracterizado que tais ações sejam úteis, razoáveis e indispensáveis à efetiva adequação do serviço, nos termos do art. 6º da Lei n.º 8.987/1995;

8.2.1.3. nas hipóteses não abrangidas no Item 8.2.1.2 supra, a receita decorrente do adicional de tráfego deverá ser integralmente aplicada na redução tarifária;

8.2.1.4. a forma de aferição e o tratamento a ser dado ao incremento no volume de tráfego verificado nas posições originais das praças de pedágio que comprovadamente venha a ser provocado por fatores externos às modificações na configuração dessas praças devem ser formalmente definidos e justificados;

8.2.2. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, promova, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a revisão no contrato de concessão PG-137/95-00, firmado com a Novadutra, a fim de que seja incorporado ao fluxo de caixa o adicional de tráfego e de receita gerado na praça original de Parateí, em razão do deslocamento da praça de Parateí Norte, autorizado na adequação 2, e da criação da praça de Jacareí, autorizada na adequação 5, segundo as diretrizes contidas no Item 8.2.1 supra, informando a este Tribunal, ao término do aludido prazo, sobre a deliberação adotada e, destarte, sobre as alterações contratuais porventura promovidas;"

9.3. manter, em seus exatos termos, os demais itens da Decisão 1.648/2002-Plenário;

9.4. recomendar à ANTT (Poder Concedente) que:

9.4.1. faça com que a implementação de novas propostas de modificações das praças originais de pedágio da Rodovia Presidente Dutra, fundamentadas no interesse público, seja precedida de debate e negociação entre a Agência, a Concessionária e os legítimos representantes dos usuários;

9.4.2. estude a viabilidade de implementação das medidas contidas no item 7 do PER anexo ao Contrato PG-137/95-00".

Providências adotadas;

O atendimento ao item 8.2.2 requer a definição prévia do volume de tráfego adicional para o cálculo da receita a ser incorporada ao fluxo de caixa em razão do deslocamento da praça de Parateí Norte, autorizado na adequação 2, e da criação da praça de Jacareí, autorizada na Adequação 5. Foram realizadas, pela SUINF, visitas de campo de forma a melhor conhecer a área de interesse; em elaboração metodologia para identificação do volume de tráfego a ser utilizado no cálculo do desconto tarifário,

inicialmente por meio da previsão do tráfego a partir de modelos de regressão múltipla, para, finalmente, baseá-la na interpretação do contrato de concessão e no edital de proposta de tarifa; proposição de um estudo de simulação viária, com pesquisas de campo, para auxiliar na identificação de elementos que não estão abordados na metodologia proposta, e elaboração de uma minuta de edital de licitação para contratação de uma empresa especializada em pesquisas e levantamentos de campo.

No dia 5.11.2007 foi enviado à SEFID/TCU, o Ofício nº 580/DG, contendo a Nota Técnica nº 087/GEREX/SUINF/2007, de 31.10.2007, que versa sobre as providências adotadas pela ANTT e o desenvolvimento dos trabalhos relacionados a alteração na configuração da Praça de Pedágio de Parateí, bem como solicita permissão para que a implementação dos reajustes necessários ocorra por ocasião do próximo reajuste a ser concedido

4. Acórdão nº 1017-TCU-1ª Câmara, de 24.4.2007 (TC 023.854/2006-5)

Síntese: Atos de Admissão de Pessoal

O TCU considerou legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria constantes dos autos.

Determinações para a ANTT: Não houve.

5. Acórdão nº 688-TCU-Plenário, de 25.4.2007 (TC 008.392/2004-8)

Síntese: Auditoria operacional para examinar a atuação do Contran, do Denatran e do DPRF, na promoção da segurança no trânsito, bem como a atuação deste último na fiscalização e patrulhamento das rodovias federais e repressão ao transporte irregular de cargas. Pedido de Reexame.

O TCU não conheceu do Pedido de Reexame interposto pelo Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Rio Grande do Sul, por inexistir sucumbência.

Determinações para a ANTT: Não houve.

6. Acórdão nº 993-TCU-Plenário, de 30.5.2007 (TC 009.471/2005-6)

Síntese: Solicitação do congresso nacional para fiscalização de contrato de concessão firmado entre a união, por meio do ministério dos transportes, e empresa ferroviária.

O TCU conheceu da consulta formulada pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados quanto à solicitação efetuada, informando, dentre outros, que está acompanhando, por meio do TC 008.237/2004-0, para o qual foi proferido o Acórdão nº 2.558/2004 – 2ª Câmara, a atuação da ANTT no processo de reestruturação do setor ferroviário que abrange as concessões às empresas Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., Ferroban – Ferrovias Bandeirantes S.A. e Novoeste – Ferrovias Novoeste S.A., e, em especial, na proteção dos créditos da União devidos pela Novoeste em decorrência dos contratos de arrendamento/concessão ferroviária.

Determinações para a ANTT: Não houve.

7. Acórdão nº 1731-TCU-1ª Câmara, de 19.6.2007 (TC 010.178/2005-3)

Síntese: Julga Regulares com Ressalva as contas do exercício 2004, dando quitação.

Determinações à ANTT:

“2. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT que, em consonância com os seguintes subitens da instrução exarada pela unidade técnica às fls. 393/419 dos autos:

2.1. cumpra, tempestivamente, quando da celebração de futuros convênios, as orientações da Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional IN/STN nº 1/1997 no tocante à elaboração e ao nível de detalhamento do Plano de Trabalho e do Projeto Básico, em especial as enunciadas no art. 2º, caput, §§ 1º e 7º, bem como o modelo de Plano de Trabalho apresentado no Anexo I do referido normativo (subitem 6.4.7);

2.2. consulte o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a implementação de funcionalidade do sistema Siape que possibilite o registro correto da carga horária dos servidores organizados em regime de escala, a exemplo do Ofício ANTT nº 217/GERH, procedendo-se à devida regularização do registro destes servidores no Siape, em caso de resposta positiva, bem como sobre a disponibilidade e obrigatoriedade de utilização do sistema Sispas ou de outro sistema “oficial” de controle de passagens aéreas (subitem 6.4.4);

2.3. utilize o Siafi para registrar, quando da concessão de diárias e passagens aéreas, os períodos em que os servidores estiverem fora da unidade (subitem 6.4.4.5);

“2.4. observe, nos processos de concessão e pagamento de auxílio-moradia, o que disciplina a Instrução Normativa nº 6/1996-MARE, em especial a devida comprovação, por parte do servidor, do pagamento de aluguel objeto da concessão (subitem 6.4.8.3)”

Providências adotadas:

Os registros no SIAFI vêm sendo efetuados. A SUADM reiterou consulta junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a possibilitar o registro correto da carga horária dos servidores organizados em regime de escala. No que tange à concessão do auxílio-moradia, a Gerência de Recursos Humanos observa o disposto na legislação em vigor, em especial, a devida comprovação para o recebimento do benefício

8. Acórdão nº 1.816/2007-TCU-1ª Câmara, de 26.6. 2007 (TC 003.903/2006-4)

Síntese: Adotar providências e com vistas à revisão das modificações de serviço autorizadas nas linhas de prefixo 12-0371-20 e 12-0440-20, em desacordo com as prescrições dos arts. 31, parágrafo único, 49 e 50 do Decreto nº. 952/1993, e que resultaram nas linhas de prefixo 12-0371-70 e 12-0440-75, ambas relativas ao trajeto Brasília-DF-Águas Lindas de Goiás-GO, atualmente operadas pelas empresas Taguatur e Santo Antônio sem o devido processo licitatório previsto no art. 175 da Constituição Federal.

Determinações à ANTT:

“2.1. à ANTT que, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal em vigor, 45 da Lei nº 8.443/1992 e 251 do Regimento Interno do TCU:

2.1.1. adote, no prazo de 30 (trinta) dias, se ainda não o fez, providências efetivas com vistas à revisão das modificações de serviço autorizadas nas linhas de prefixo 12-0371-20 e 12-0440-20, em desacordo com as prescrições dos arts. 31, parágrafo único, 49 e 50 do Decreto nº 952/1993, e que resultaram nas linhas de prefixo 12-0371-70 e 12-0440-75, ambas relativas ao trajeto Brasília-DF-Águas Lindas de Goiás-GO, atualmente operadas pelas empresas Taguatur e Santo Antônio sem o devido processo licitatório previsto no art. 175 da Constituição Federal”

Providências adotadas:

Pela Portaria nº 501/SUPAS, de 8.8.2007, o Superintendente da SUPAS, considerando o termo da Deliberação nº 317/2007, de 1.8.2007 constitui a Comissão de Processos Administrativos para apurar os fatos apontados no processo referente à Empresa Taguatur – Taguatinga Transporte e Turismo Ltda, e fixa um prazo de 120 dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação do Relatório Final.

Pela Portaria nº 502/SUPAS, de 10.8.2007, o Superintendente da SUPAS, considerando o termo da Deliberação nº 320/2007, de 8.8.2007 constitui a Comissão de Processos Administrativos para apurar os fatos apontados no processo referente à Empresa Santo Antônio Transporte e Turismo Ltda, e fixa um prazo de 120 dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação do Relatório Final.

No tocante aos Processos Administrativos, tanto no processo instaurado em desfavor da Santo Antonio (50500.074987/2007-11) quanto no da Taguatur (50500.073968/2007-77) foi expedida e recebida a intimação de instauração do processo; foi pedida cópia dos autos, e, após o recebimento das cópias recomeçou a contagem do prazo para apresentação da defesa-prévia; assim, ambas encontram-se nessa fase.

Importante ressaltar que a Comissão deve observar na condução desses processos, além dos princípios norteadores dos processos administrativos previstos na Lei 9.784/1999, as fases de instauração, de instrução e de decisão definidas na Resolução nº 442/2004, que compreendem, entre outras, as etapas de intimações por aviso de recebimento, 30 dias para defesa, abertura de prazo para a produção de provas, levantamento de informações internas e externas, 10 dias para alegações finais e elaboração de relatório final.

No dia 13.8.2007 foi enviado à SEFID-TCU o Ofício nº 394/DG, contendo a Cópia das Deliberações nº317, de 1.8.2007, que determina a instauração de processo administrativo da linha Brasília-DF - Águas Lindas de Goiás-GO, operada pela Taguatur-Taguatinga Transporte e Turismo e nº320, de 8.8.2007, que determina a instauração de processo administrativo da linha Brasília-DF - Águas Lindas de Goiás-GO, operada pela Empresa Santo Antônio Transporte e Turismo Ltda.

Pelas Portarias nºs. 649/SUPAS/ANTT, de 6.12.2007, e 653/SUPAS/ANTT, de 10.12.2007, os prazos estabelecidos pelas Portarias nºs. 501/SUPAS/ANTT e 502/SUPAS/ANTT, respectivamente, foram prorrogados por 120 (cento e vinte) dias.

9. Acórdão nº 1.610-TCU-2ª Câmara, de 26.6. 2007 (TC 006.080/2007-6)

Síntese: Representação apresentada pela Ouvidoria do Tribunal de Contas da União acerca de reclamação de usuário sobre as condições da BR-029 em trecho concedido à Concessionária Osório-Porto Alegre (Concepa).

O TCU, tendo em vista as informações anteriormente prestadas pela ANTT, decidiu arquivar o processo.

Determinações para a ANTT: Não houve.

10. Acórdão nº 1.405-TCU-Plenário, de 24.7.2007 (TC 008.896/2005-2)

Síntese: Segunda etapa do programa de outorga de concessão de trechos rodoviários. Primeiro estágio. Análise da documentação alusiva ao 1º estágio. Instrução Normativa TCU nº.46/2004. Exame da consistência das premissas adotadas, da exatidão dos cálculos, da estrutura e da correção técnica das planilhas eletrônicas desenvolvidas.

Acórdão:

“9.1. autorizar a publicação dos editais de licitação relativos à 2ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, sem prejuízo da observância das determinações e orientações constantes do Acórdão 2.299/2005-TCU-Plenário, com as modificações introduzidas por meio do Acórdão nº 2.047/2006-TCU-Plenário; 9.1. autorizar a publicação dos editais de licitação relativos à 2ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, sem prejuízo da observância das determinações e orientações constantes do Acórdão 2.299/2005-TCU-Plenário, com as modificações introduzidas por meio do Acórdão nº 2.047/2006-TCU-Plenário;

9.2. orientar à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que, caso entenda pertinente, adote critério único para fins de aplicação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) ao item “5-Equipamentos/sistemas/veículos” do cronograma de investimentos, qual seja a adoção das alíquotas ponderadas informadas pela Fazenda na Nota-Conjunta nº 69/2007/STN/RFB, de 24/5/2007, ou das alíquotas correspondentes a cada componente desse item do investimento, para os cinco primeiros anos da concessão, como defendido pela ANTT”.

9.3. indeferir os requerimentos da empresa Primav Ecorodovias S/A (fls. 680/682 e 715/717, do volume principal) questionando os estudos de viabilidade apresentados pelo Ministério dos Transportes e ANTT;

Providências adotadas:

Atendidas as solicitações e encaminhadas ao TCU para o prosseguimento da análise do processo.

11. Acórdão nº. 2041/2007-Segunda Câmara – TCU (TC 009.509/2007-1)

Síntese: Ações perpetradas pela ALL em face do patrimônio ferroviário.

O TCU conheceu da representação e determinou o arquivamento dos autos.

Determinações para a ANTT: Não houve.

12. Acórdão 2195/2007–1ª Câmara, de 7.8.2007 – TC 012.691/2006-0

Síntese: julga regulares com ressalva as contas dos responsáveis, dando-se-lhes quitação.

Determinações à ANTT:

“1.2. Determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres que:

1.2.1. com relação ao projeto Metodologia Integrada de Suporte, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes, do Ministério dos Transportes, examine a possibilidade de utilização dos indicadores homologados no âmbito do projeto, para avaliação dos programas e ações da Agência, conforme descrito no subitem 4.2, alíneas “d” e “e”, da instrução técnica exarada nos autos (fls. 370/382), informando, nas próximas contas, as conclusões e os resultados deste trabalho;

1.2.2. Informe, a partir das próximas contas, os parâmetros utilizados para definição das metas físicas e a metodologia de coleta de dados adotada para aferição dos resultados dos programas e ações da Agência;

1.2.3. Informe, nas próximas contas, os controles e normas de segurança adotadas pela Agência quanto à entrada e saída de bens patrimoniais, de forma a evitar ocorrências como a relatada no subitem 4.5 da mencionada instrução técnica;

1.2.4. Exija dos detentores de suprimentos de fundos, que utilizam como forma de pagamento de despesas o Cartão de Pagamento do Governo Federal, a prioridade na realização de despesas em estabelecimentos comerciais que trabalhem com este cartão de pagamento, evitando a realização excessiva de saques”.

Providências adotadas:

O Ministério dos Transportes vem desenvolvendo um projeto, através de um Convênio com a FUB (representada pela CEFTRU), intitulado “Método Integral de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2004/2007 no Âmbito do Ministério dos Transportes, como Elemento de Auxílio à Gestão da Política de Transportes”. Tal convênio tem como um dos objetivos a definição de um conjunto de indicadores para avaliação das Ações e Programas do Ministério dos Transportes, com previsão de encerramento de sua 1ª fase em dezembro de 2007.

Após a finalização do projeto supracitado, esta Agência examinará a possibilidade de utilização dos indicadores homologados no âmbito do projeto para avaliação dos programas e ações, e informará as conclusões e resultados desse exame.

Considerando que consta no item 1.5. “recomendar ao Ministério dos Transportes - MT que, com relação ao projeto Metodologia Integrada de Suporte, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes, solicite à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT manifestação sobre cada um dos indicadores homologados que envolvam ações daquela Agência, uma vez que a articulação dos diversos órgãos envolvidos no setor de transportes é fundamental para o sucesso da implementação do novo conjunto de indicadores;” a ANTT solicitou, por e-mail, em 20/09/2007, que o Ministério dos Transportes posicionasse acerca do andamento do projeto, e em resposta, por telefone, foi comunicado que os estudos estavam em fase de finalização e que em breve haveria um seminário de apresentação dos seus resultados. Em 27/11/2007, por e-mail foi encaminhado por esse Ministério a vários órgãos convite para o Seminário Indica Transportes, para marcar o encerramento da primeira fase do projeto dos Indicadores, a ser realizado em 05/12/2007 no auditório do MT.

O Seminário versou sobre a conclusão dos trabalhos e dos seus principais aspectos de utilização apresentando o elenco de 45 (quarenta e cinco) indicadores que como uma “cesta de indicadores” pretende realizar a aferição dos critérios de eficiência, eficácia e economicidade das Ações e Programas para o Setor de Transportes.

Diante do exposto, destaca-se:

A Agência não foi chamada à participação do projeto em nenhuma das suas etapas, nem tampouco após a deliberação do TCU no item 1.5 do Acórdão 2195/2007, que recomenda ao MT a presença da Agência em todas as decisões acerca de cada um dos indicadores homologados que envolvam as suas ações, vez que esse processo é fundamental para o resultado e sua conseqüente implementação;

Pela análise do relatório síntese distribuído na reunião de 05/12/2007 não se conseguiu identificar indicadores que reflitam especificamente as atividades finalísticas desenvolvidas pela Agência, ou que dimensionem sua realidade, incidindo diretamente sobre as atribuições de fiscalização e normatização, e tampouco sobre os resultados da execução das políticas e ações do setor de transporte a seu encargo.

O estabelecimento de indicadores de desempenho para uma agência reguladora deve proporcionar, em primeiro plano, visibilidade institucional suficiente para que a sociedade acompanhe o cumprimento desta com relação a sua missão.

Entende-se dessa maneira que é responsabilidade precípua deste instrumento de estado, que é uma agência reguladora, divulgar a evolução de sua atuação decorrente das atribuições legalmente estabelecidas assim como de fatores altamente influenciáveis como orçamentários, financeiros, econômicos, institucionais e especificidades técnicas relativas ao setor.

Diante da lacuna ainda não preenchida pelo estudo realizado pelo MT, em cumprimento ao Acórdão, e ciente da importância da matéria, a ANTT desenvolverá neste exercício um conjunto de indicadores que complementem e que proporcionem a avaliação do desempenho sob as perspectivas alinhadas.

No tocante ao cartão de pagamento, foi expedido, em 14 de março de 2007, o Memorando-circular nº 0001/2007-GEFIN enfatizando junto a todos os detentores de Cartão de Pagamento do Governo Federal da necessidade de utilizar prioritariamente o referido Cartão na modalidade de "crédito", e somente em casos de extrema excepcionalidade na modalidade de "saque"; complementarmente, os limites de saques dos suprimentos de fundos foram reduzidos a partir de 1 de abril de 2007.

Sobre o controle de saída de bens das dependências da Agência, este é realizado em conformidade com o que estabelecem os subitens 4.4.13 e 4.6.5 da Norma NA/006-

03-SUADM – Administração de Bens Patrimoniais. A entrada dos bens adquiridos observa os procedimentos estabelecidos no subitem 4.3.11 da referida Norma. A entrada/saída de bens de uso pessoal (particular) é objeto de registro próprio pela segurança da recepção. A Agência finalizou processo licitatório, no mês de outubro, para aquisição e instalação de CFTV nas áreas internas e parte externa do Ed. Sede.

13. Acórdão nº 1528-TCU-Plenário, de 13.8.2007 (TC 014.100/2007-5)

Síntese: Embargos de declaração ao Acórdão 575/2007-TCU-Plenário relativo ao contrato de concessão da rodovia Presidente Dutra. Intempestividade. Conhecimento em caráter excepcional. Provimento. O TCU, diante da relevância da matéria, que envolve interesses do Poder Concedente, da concessionária e dos usuários, conheceu, excepcionalmente dos embargos de declaração dando-lhes provimento, esclarecendo ao Diretor-Geral da ANTT que o cumprimento do item 8.2 da Decisão 1.654/2002-Plenário e as demais modificações a serem feitas na configuração original das praças de pedágio da Rodovia Presidente Dutra devem observar as diretrizes contidas no Acórdão 575/2007-Plenário

Determinações à ANTT: Não houve determinação para a ANTT.

Observação: Pelo Ofício nº 580/DG, de 5.11.2007 foi enviado à SEFID-TCU a Nota Técnica nº 087/GEREX/SUINF/2007, de 31.10.2007, que versa sobre as providências adotadas pela ANTT e o desenvolvimento dos trabalhos relacionados à alteração na configuração da Praça de Pedágio de Parateí.

14. Acórdão nº 1749-TCU-Plenário, de 22.8.2007 (TC 013.651/2007-7)

Síntese: Fiscalização de obras 26.782.0233.1214.0043 - Adequação de trecho rodoviário na BR-392 (Pelotas / Rio Grande) - Fiscalização da concessão da rodovia BR-392 entre Pelotas e Rio Grande.

Determinações à ANTT:

“9.1. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, responsável pela fiscalização da concessão da rodovia BR-392 entre Pelotas e Rio Grande, que exija da Concessionária de Rodovias do Sul - ECOSUL a correção de defeitos no

pavimento observados em vários segmentos, especialmente nas proximidades dos quilômetros 11,4, 13,7 e 38,5, nos quais se verificou desgaste acentuado do pavimento, trincas em bloco com erosão, placas e remendos mal executados, informando a este Tribunal, no prazo de 60 dias, acerca das medidas corretivas implementadas pela concessionária”.

Providências adotadas:

No dia 27.11.2007 foi enviado à SEFID-TCU o Ofício nº 649/DG, contendo a Nota Técnica nº 199/GEFEI/SUINF, de 21.11.2007 que versa sobre a correção de defeitos no pavimento da BR-262/RS, no Estado do Rio Grande do Sul, pela Concessionária Ecosul, atendendo assim à determinação contida no item 9.1 do Acórdão citado.

15. Acórdão nº. 2.324/2007-Segunda Câmara – TCU (TC 017.394/3007-6)

Síntese: Representação acerca da localização de praça de pedágio a ser instalada no trecho rodoviário entre Curitiba e São Paulo (Rodovia Régis Bitencourt)

O TCU considerou a representação improcedente e determinou o arquivamento dos autos.

Determinações para a ANTT: Não houve.

16. Acórdão nº 2.066-TCU-Plenário, de 3.10.2007 (TC 015.056/2007-0)

Síntese: Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secex/RJ, objetivando verificar a execução das obras referentes ao Programa de Trabalho 26.782.0230.11H1.0033- “Adequação de Ramal Ferroviário - no Perímetro Urbano de Barra Mansa - no Estado do Rio de Janeiro

Determinações à ANTT:

“9.1. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT que desenvolva, em conjunto com o DNIT, estudos para dimensionar e quantificar o proveito decorrente das obras de adequação do ramal ferroviário no perímetro urbano de Barra Mansa/RJ para as empresas concessionárias que operam no local (Ferrovia Centro

Atlântico S/A - FCA e MRS Logística S/A), bem como os possíveis reflexos nos respectivos contratos de concessão”

Providências adotadas:

“Foi providenciada a juntada da documentação relativa a matéria e solicitada a abertura de um processo único na ANTT que recebeu o nº 50500.003032/2008-60. Não tendo a ANTT qualquer conhecimento sobre os projetos que se encontravam em elaboração no DNIT, em 10/01/2008 foi expedido o Ofício nº 13/SUCAR, endereçado ao Diretor-Geral do DNIT, solicitando o encaminhamento dos projetos e estudos que permitam avaliar os impactos destas obras nas concessões das malhas ferroviárias afetadas, bem como propondo a realização de reuniões técnicas sobre a matéria, pré-agendando a primeira para o dia 28/01/2008, já confirmada pelo DNIT”.

17. Acórdão nº 2.154-TCU-Plenário, de 10.10.2007 (TC 026.335/2007-4)

Síntese: Verificação do Equilíbrio econômico-financeiro das rodovias federais já concedidas na primeira etapa do programa nacional de Desestatização

Determinações à ANTT:

“9.2. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que:

9.2.1. realize, no prazo de 30 dias, estudos com o objetivo de verificar se as atuais concessões de rodovias federais exploradas pelas concessionárias NovaDutra, Concer, CRT, Ponte Rio-Niterói e Concepa estão em equilíbrio econômico-financeiro, em razão da rentabilidade contratual – taxa interna de retorno do investimento (TIR);

9.2.2. caso se verifique desequilíbrio, adote as providências necessárias a fim de promover o equacionamento dos mencionados contratos de concessão, fixando nova rentabilidade”.

Providências adotadas:

Considerando-se a complexidade e o dimensionamento dos trabalhos, abrangendo todos os seis contratos de concessão de responsabilidade da Agência, a SUINF e a SUREF elaboraram um cronograma discriminando as atividades a serem executadas pela ANTT, o qual foi enviado à SEFID-TCU pelo Ofício nº 577/DG, de 1.11.2007, onde se demonstrou

a necessidade de maior prazo para a concretização dos trabalhos, estando sob exame do Tribunal.

18. Acórdão nº 2153-TCU-Plenário, de 11.10.2007 (TC 008.896/2005-2)

Síntese: Segunda etapa do programa de outorga de concessão de trechos rodoviários federais. Segundo estágio. Editais de licitação. Representações

O TCU decidiu conhecer dos expedientes apresentados pelos interessados como Representações em Processo de Acompanhamento, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666.1993, c/c art. 237, VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-las improcedentes.

Determinações para a ANTT: Não houve.

19. Acórdão nº 2.490-TCU-Plenário, de 21.11.2007 (TC 005.976/2007-8)

Síntese: Denúncia acerca de possíveis irregularidades no órgão ANTT .

O TCU decidiu não conhecer da denúncia por não preencher os requisitos e formalidades previstos no caput do art. 235 do Regimento Interno/TCU; e apensar os TC 019.487/2007-6, relativo às contas da ANTT relativas ao exercício de 2006, com vistas a subsidiar seu exame.

Determinações para a ANTT: Não houve.

20. Acórdão nº 2.410-TCU-Plenário, de 21.11.2007 (TC 003.121/2003-4)

Síntese: Acompanhamento de autorizações relativas aos transportes de passageiros – serviço de fretamento contínuo e serviço de fretamento eventual ou turístico.

O TCU decidiu, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, arquivar o processo.

Determinações para a ANTT: Não houve.

21. Acórdão nº. 2426/2007-TCU-Plenário.

Síntese: Representação sobre impugnação de edital - 2º Plano de Outorga de concessões rodoviárias.

O TCU não conheceu da Representação e determinou o arquivamento do processo.

Determinações para a ANTT: Não houve.

22. Acórdão nº 2.426-TCU-Plenário, de 21.11.2007 (TC 025.331/2007-0)

Síntese: Representação sobre impugnação a Edital , licitação nº 002/2007-Concessão de Exploração de rodovia federal – Lote 05 ROD.BR.381/MG/SO; Belo Horizonte –São Paulo extensão; 562,10 Km. De acordo com os pareceres emitidos nos autos, não conhecer da presente Representação e arquivar o presente processo, sem prejuízo de dar conhecimento desta deliberação, bem como da instrução de fls. 35/37, ao representante.

Determinações para a ANTT: Não houve.

23. Acórdão nº 2.580-TCU-Plenário, de 5.12.2007 (TC 021.654/2007-3)

Síntese: Representação sobre a manutenção de cabines de bloqueio instaladas pela NovaDutra na BR – 465.

O TCU decidiu, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar a representação improcedente

Determinações para a ANTT: Não houve.

24. Acórdão nº 2.629-TCU-Plenário, de 5.12.2007 (TC 022.096/2005-9)

Síntese: Acompanhamento do processo de outorga de subconcessão da administração e exploração de serviço público de transporte, com arrendamento, relativo ao trecho da Ferrovia Norte-Sul – FNS, entre Açailândia/MA e Palmas/TO, com extensão de 720 Km.

O TCU efetuou determinações à VALEC e alterou o item 9.2 do Acórdão nº. 102/2007-TCU-Plenário.

Determinações para a ANTT: Não houve.

Além dos Acórdãos acima citados, mediante despacho dos Ministros-relatores, foi determinado o arquivamento de dois processos, conforme abaixo:

1. Despacho do Ministro-Relator de 11.9.2007 (TC 016.613/2003-7)

Síntese: acompanhamento de procedimentos administrativos adotados pela ANTT para autorização de transferências de participações acionárias na composição do capital social da Ecosul.

O TCU determinou o arquivamento dos autos.

Determinações para a ANTT: Não houve.

2. Despacho do Ministro-Relator de 11.9.2007 (TC 001.046/2003-9)

Síntese: Recurso interposto pelo Consórcio Metropolo, em face da decisão ministerial que revogou o procedimento licitatório para a concessão do Complexo Rodoviário Metropolitano localizado no Rio Grande do Sul.

O TCU, considerando que a decisão adotada por meio da Portaria Ministerial nº. 42, de 17.3.2006, foi considerada legal pelo Poder Judiciário, e que não foram afetados os direitos subjetivos do recorrente, determinou o arquivamento dos autos.

Determinações para a ANTT: Não houve.

14.4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ACÓRDÃO nº. 2.710/2003 – TCU - Plenário

A Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Rio Grande do Norte enviou o Ofício nº. 743/2003-SECEX-Rn, de 26/11/2003, encaminhando cópia do Acórdão nº. 2.710/2003-TCU-Plenário, adotado no TC nº. 017.882/2002-1. As informações requeridas do citado Acórdão, relativas ao exercício de 2007, são as descritas a seguir:

Item 2.1.1 - *Adote providências possíveis no sentido de implantar onde inexistir e aperfeiçoar a fiscalização do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, em cumprimento ao inciso VII do art. 26 da Lei no 10.233, de 05/06/2001, tendo em vista, a exemplo do Estado do Rio Grande do Norte, essa atividade vir sendo executada com muita precariedade.*

Sobre o assunto informamos que no exercício de 2006, com a criação da Unidade Regional do Ceará – URCE, no final de 2005, a região nordeste passou a contar com uma estrutura administrativa e técnica com sede na localidade de Fortaleza/CE, que assumiu a gestão administrativa e técnica dos trabalhos na região.

Com essa distribuição de responsabilidades e a admissão dos servidores do concurso público, a partir de Maio/2006, após treinamento adequado dos novos fiscais, incrementou-se o cronograma de atividades de comandos em rodovias com operações semanais, fiscalizações quinzenais em terminais sem postos da ANTT e aumento nas atividades de fiscalização de rotina nos terminais onde existiam servidores lotados, bem como um maior atendimento nas apurações de denúncias.

Em 2007 foram realizadas 60 operações em rodovias na região nordeste, sendo fiscalizados 1.370 veículos e aplicados 289 autos de infração. Nos terminais da região foram fiscalizados 33.148 veículos e aplicados 1.025 autos de infração. Foram executadas 69 operações para apuração de denúncias, muitas delas oriundas dos canais de comunicação da Ouvidoria da ANTT, sendo fiscalizados 560 veículos, e lavrados 152 autos de infração.

Além das ações próprias da ANTT, foram realizadas operações com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal tanto na região nordeste, quanto em rodovias que dão acesso aos estados da região com o principal objetivo de coibir o transporte irregular de passageiros.

Item 2.1.2 – *Informe no relatório de gestão de suas próximas contas se efetivamente está ocorrendo a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, tanto nas rodovias, como nos terminais*

rodoviários; qual a quantidade de fiscais em cada estado da Federação; Quais os principais problemas existentes quanto à execução da fiscalização.

No transcorrer de 2007, a ANTT deu cumprimento aos cronogramas de trabalho na área de fiscalização do transporte interestadual e internacional de passageiros, desenvolvendo varias operações de comandos em rodovias em todas as Unidades Regionais, fiscalizações em terminais onde não existe equipe lotada, fiscalização de rotina nos terminais com servidores, realizando também inspeções em garagens de empresas permissionárias e fiscalizações especiais para apuração de denúncias, atingindo-se assim a meta prevista para o exercício.

Nas Ações de Fiscalização, no ano de 2007, foram atingidos os seguintes resultados:

Operações Efetuadas: 1.082

Veículos Fiscalizados: 362.862

Multas Aplicadas: 16.483

Veículos Transbordados: 327

Quanto aos servidores, após a posse dos novos servidores admitidos pelo processo seletivo, foram reforçadas as equipes nas Unidades Regionais e abertos novos postos de fiscalização, ficando assim distribuída a nova força de trabalho.

No ano de 2007, a ANTT contou com agentes lotados em 85 Postos de Fiscalização e Atendimento em terminais rodoviários de 24 Estados da Federação, sendo a força de trabalho distribuída da seguinte forma, pelo país:

Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros
Postos de Fiscalização e Atendimento

Unidade		Estado	Fiscais	Localidade - fiscais
Administração Central	23	Amazonas	3	Manaus - 3
		Distrito Federal	10	Brasília - 10
		Goiás	3	Goiânia - 3
		Mato Grosso	3	Cuiabá - 3
		Rondônia	3	Pimenta Bueno - 1
				Porto Velho - 2
		Roraima	1	Boa Vista - 1

Unidade Regional do Ceará URCE	36	Alagoas	2	Maceió - 2
		Ceará	10	Fortaleza - 8
				Sobral - 1
				Juazeiro do Norte - 1
		Paraíba	2	João Pessoa - 2
		Pernambuco	11	Caruaru - 2
				Petrolina - 3
				Recife - 5
				Salgueiro - 1
		Piauí	4	Parnaíba - 2
				Teresina - 2
		Rio Grande do Norte	4	Mossoró - 2
				Natal - 2
		Sergipe	3	Aracaju - 3

Unidade Regional do Maranhão - URMA	20	Maranhão	14	Peritoró - 1
				Caxias - 1
				Imperatriz - 2
				São Luís - 8
				Timon - 2
		Pará	6	Belém - 5
				Itaituba - 1

Unidade Regional de Minas Gerais - URMG	51	Bahia	9	Eunápolis - 1
				Feira de Santana - 1
				Juazeiro - 2
				Salvador - 3
				Teixeira de Freitas - 1
				Vitória da Conquista - 1
		Espírito Santo	5	Cachoeira do Itapemirim - 2
				São Mateus - 1
				Vitória - 2
		Minas Gerais	37	Além Paraíba - 1
				Belo Horizonte - 14
				Governador Valadares - 1
				Juiz de Fora - 4
				Leopoldina - 1
				Oliveira - 2
				Passos - 1
				Poços de Caldas - 1
				Pouso Alegre - 2
				Pirapora - 1
				Prata - 1
				Teófilo Otoni - 2
				Uberaba - 3

				Uberlândia - 3
Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ	27	Rio de Janeiro	27	Barra Mansa – 2
				Campos dos Goytacazes – 1
				Niterói – 3
				Petrópolis – 2
				Resende – 4
				Rio de Janeiro – 11
				Três Rios – 2
				Volta Redonda – 2
Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS	39	Paraná	18	Cascavel – 2
				Curitiba – 5
				Foz do Iguaçu – 6
				Londrina – 5
		Rio Grande do Sul	8	Porto Alegre – 6
				Santa Maria – 2
		Santa Catarina	13	Balneário Camboriu – 2
				Chapecó – 2
				Florianópolis – 5
				Joinville – 2
Unidade Regional de São Paulo - URSP	43	Mato Grosso do Sul	3	Campo Grande – 2
				Dourados – 1
		São Paulo	40	Atibaia – 2
				Campinas – 4
				São Paulo – Tiete/Barra Funda – 18
				Franca – 2
				Lins – 1
				Ourinhos – 1
				Presidente Prudente – 2
				Ribeirão Preto – 3
				São José do Rio Preto – 2
				São José dos Campos – 3
				Santos – 2

Item 2.1.3 – Adote as providências cabíveis no sentido de remeter para inscrição na Dívida Ativa da União, atendidos os procedimentos legais, as multas não pagas, aplicadas sobre os serviços de transporte internacional e interestadual de passageiros no Estado do Rio Grande do Norte e nas demais Unidades da Federação, tendo em vista atualmente prevalecer o entendimento de que as multas aplicadas na vigência do Código Civil de 1.916 têm prazo prescricional de 20(vinte) anos, conforme Parecer da então Procuradoria-Geral do DNER.

Até o final do ano de 2007, foram enviados para a inscrição da Dívida Ativa da PGFN o total de 505 (quinhentos e cinco) processos administrativos do extinto DNER. Por oportuno, informamos que estamos dando andamento aos processos que estão na situação de encaminhamento à PGFN para os devidos fins.

Item 2.1.4 – *Dê andamento a todos os processos de multas aplicadas pelo então DNER, na fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, os quais, a exemplo dos relativos ao Rio Grande do Norte, encontram-se paralisados, em cumprimento ao inciso VII, do art. 26 da Lei no 10.233, de 05/06/2001.*

Com referência à cobrança de valores, todos os processos administrativos estão em procedimento de análise. Dos 116.990 processos catalogados, todos foram cadastrados, restando revisar os processos que irão para a Dívida Ativa.

No exercício de 2007, foram arrecadados R\$ 168.562,41 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos) com o pagamento de autos de infração do extinto DNER. Por oportuno é bom lembrar que no exercício de 2006, foi concedida liminar às associadas da ABRATI, suspendendo a exigibilidade das multas emitidas com base no Decreto 2.521/98, perdendo a sua eficácia aos 23/8/2007, tornando-se eficaz novamente aos 19/12/2007, o que representa quase a totalidade dos processos.

Item 2.1.5 – *Tome as providências necessárias a dotar suas unidades de pessoal suficiente, quantitativa e qualitativamente, a desempenhar as tarefas legalmente atribuídas à ANTT, sob pena de não cumprir a missão para a qual foi criada, prevista na Lei nº. 10.233, de 05/06/2001.*

Após a realização do concurso público a ANTT reforçou as equipes de fiscalização nos terminais rodoviários já existentes, criou as Unidades Regionais e implantou novos Postos de Fiscalização de acordo com o efetivo de novos servidores distribuídos a cada localidade.

Item 2.1.6 – *Alimente o sistema informatizado de multas, de forma que retrate a real situação dos processos de auto de infração*

O SISMULTAS foi alimentado, tendo sido cadastrados todos os Estados da Federação no total de 116.990 processos, conforme descrito no item 2.1.4.

14.5. Instruções Normativas TCU nº. 27/1998 e 46/2004.

Em observância às disposições contidas nas Instruções Normativas nº. 27/1998 e nº. 46/2004, a ANTT encaminhou ao Tribunal de Contas da União, durante o ano de 2006, 60 ofícios, objetivando a comunicação e/ou envio de cópia de documentos relacionados a celebração de contratos, transferências de linhas, alteração na participação societária, ações judiciais, e outros, relativos às empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos regulados pela ANTT.

14.6. Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União realizou, no exercício de 2007, os trabalhos de Inspeção de Conformidade, Registro Fiscalis nº. 572/2007, com o objetivo de verificar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão firmado com a Ecosul (Contrato nº. 13/2000-MT), no período de 27.8.2007 a 20.9.2007 – Portaria de Fiscalização nº. 1012, de 21.8.2007.

Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

15. INFORMAÇÕES SOBRE ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO E ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO

A declaração consta do ANEXO IV.

16. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

Não foram realizadas Tomadas de Contas Especiais.

17. PERDAS, EXTRAVIOS OU IRREGULARIDADES

Não existiram ocorrências.

18. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS CUJO VALOR SEJA INFERIOR AO ESTABELECIDO PELO TCU

Não foram realizadas Tomadas de Contas Especiais.

19. AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

As atividades estiveram dirigidas a três segmentos: Imprensa, Relações Públicas e Atividades Institucionais. A atuação desses três setores foram convertidas em ações voltadas para a construção e manutenção da imagem da ANTT.

As ações de comunicação da Agência são planejadas com base em levantamento de necessidades das áreas técnicas e executadas em conformidade com a demanda surgida durante o ano.

19.1. Imprensa

Durante o ano a Assessoria de Imprensa prestou 1907 atendimentos a jornalistas e recebeu 675 solicitações de entrevistas, sendo que essas ações culminaram na veiculação de 1.163 notícias sobre a ANTT, 123 das quais, provocadas. O foco principal em 2007 foi o Leilão da 2ª Etapa de Concessões de Rodovias Federais, ocorrido no dia 9 de outubro, na Bovespa, em São Paulo.

A divulgação do Leilão da 2ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais concentrou o maior atendimento em 2007, tendo sido elaborado farto material de apoio à imprensa constante de 200 press kit, contendo folder explicativo, cronograma do evento e sumário dos sete editais dos trechos leiloados.

Durante o ano a Assessoria de Imprensa manteve constante interação com as assessorias de imprensa do setor, do governo e com a mídia em geral trabalhando proativamente na geração de notícias e informações, o que resultou na elaboração de 340 clippings ao longo do ano.

Foram divulgadas na página da ANTT na Internet, 734 Resoluções e 17 notícias. Através da Intranet, a Agência produziu e divulgou 20 Informes (jornal interno), 118 Comunicados/Avisos, 553 Deliberações e 1.247 Portarias.

19.2. Relações Públicas

Foram organizados e coordenados eventos tanto da ANTT quanto de outras instituições, que ocorreram em parceria com órgãos do Governo e da iniciativa privada.

EVENTO	QUANTIDADE
Reuniões Internacionais (Mercosul e Bilaterais e Tripartite)	08
Audiências Públicas	23
Congressos/Feiras/Exposições	02
Eventos Internos (Auditório)	55

- ❑ Realizados no Brasil – 3 Reuniões Bilaterais entre o Brasil e Paraguai, Brasil e Argentina e Brasil e Bolívia;
- ❑ Realizados em outros países: 4 Reuniões do MERCOSUL, sendo 3 no Uruguai e 1 no Paraguai; 3 Reuniões Bilaterais realizadas no Paraguai, na Venezuela e na Argentina; e 1 Tripartite realizada no Paraguai.
- ❑ Além desses, organizou e coordenou, em parceria com a Bolsa de Valores de São Paulo, o Leilão de Rodovias Federais.

19.3. Atividades Institucionais

Neste segmento encontram-se as ações de Publicidade que, conforme o Decreto nº. 4.799, de 4/8/2003, classificam-se em:

- ❑ Publicidade Institucional - tem por objetivo divulgar informações sobre atos, obras e programas dos integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, suas metas e resultados.
- ❑ Publicidade Legal - aquela que se realiza em obediência à prescrição de leis, decretos, portarias, instruções, estatutos, regimentos ou regulamento internos dos integrantes do SICOM. É realizada por meio de contrato com a Radiobrás.
- ❑ Publicidade de Utilidade Pública - tem por objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Essas ações são previstas e executadas em conformidade com o Plano Anual de Comunicação - PAC e informadas à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - Secom, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº. 1, de 27/04/1993.

O orçamento de comunicação previsto para 2007 foi da ordem de R\$ 2.272.537,00 para realização de ações de publicidade institucional, legal, pública e de caráter administrativo.

19.3.1. Publicidade Institucional

- Ações Promocionais Próprias:

- Elaboração e implantação do Manual de Identidade Visual – despesa correu por verba da Superintendência de Administração.
- Relatório Anual 2006 – R\$ 86.700,00 despesa correu por convênio com Banco Mundial (Contrato nº 073/2005).

- Vídeo Institucional – em português, inglês e espanhol – R\$ 235.489,88 despesa correu por convênio com Banco Mundial (Contrato nº 17/2006).
- Produção de folderes: “ Transporte na Região Brasil Central”; “Caminhoneiro – Pesagem de Veículo”; “Leilão para Concessões de Rodovias Federais” - produção interna. Impressão: R\$ 1.160,00
- Produção de Cartazes e banners para Audiências Públicas e outros eventos. – cartazes não produzidos e impressos na ANTT; banner - R\$ 250,00 pago por suprimento de fundo.
- Press Kit – Leilão para Concessão de Rodovias Federais – confecção de pastas e impressão de 200 folderes correu por verba da Superintendência de Administração.

- Ações de Patrocínio:

- 7º Ciclo do Prêmio ANTP de Qualidade;
- XXI ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes
- V Congresso Brasileiro de Regulação

Total gasto R\$ - 25.000,00

- Ações Dirigidas ao Público Interno : Não houve

19.3.2. Publicidade Legal

Foram publicadas 46 matérias legais, importando no valor de R\$ 1.370.225,60 gastos até 31 de dezembro, sendo:

- ☐ 30 referentes a Audiências Públicas/Consultas Públicas;
- ☐ 9 referentes a licitações;

- 7 Comunicados Relevantes sobre Concessão de Rodovias Federais

19.3.3. Publicidade de Utilidade Pública

A realização dessas ações só pode se dar por meio de agência de propaganda (decreto 4.799/2003, art. 9º) e como a ANTT não possui contrato, a execução, em 2007, ficou mais uma vez prejudicada. Ressalte-se a tentativa de viabilização das mesmas por meio da agência de propaganda que atende ao Ministério dos Transportes, ao qual a ANTT é vinculada. O processo foi iniciado em 11 de junho de 2007, porém até 31 de dezembro ainda se encontrava em análise. Dessa forma, a verba prevista de R\$ 400.000,00, destinada às ações previstas para 2007 e constantes do Plano de Comunicação, não foi executada.

PARTE B

(Memória Descritiva das ações da ANTT)

1. ATIVIDADES FINALÍSTICAS

1.1. Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

1.1.1. Fiscalização

1.1.1.1. Fiscalização Técnico Operacional

Em 2007 foram fiscalizadas as garagens de 44 empresas de transporte de passageiros, onde a ANTT buscou averiguar as condições técnicas de operação, com especial enfoque nos itens de segurança, nos aspectos relacionados à manutenção corretiva e preventiva das frotas de veículos e à jornada de trabalho dos motoristas. Ao todo, foram lavrados 29 Termos de Recomendação, relacionando 182 itens a serem adequados pelas empresas.

1.1.1.2. Fiscalização em Terminais Rodoviários

Através dos agentes lotados em 85 Postos de Fiscalização e Atendimento da ANTT em 24 Estados da Federação, foram fiscalizados 281.540 ônibus de empresas permissionárias e lavrados quase 8.000 autos de infração.

Buscando ampliar a presença da fiscalização nas rodoviárias do país, foram realizadas operações em cerca de 150 municípios onde atualmente não há Postos de Atendimento da ANTT, sendo fiscalizados 4.641 veículos e aplicados aproximadamente 1.000 autos de infração.

Merece destaque a intensa ação por parte dos agentes da fiscalização ao longo do ano, no intuito de preservar os direitos aos benefícios dos usuários amparados pelo Estatuto do Idoso e pela Lei de concessão do Passe Livre a deficientes físicos comprovadamente carentes. Ao todo foram emitidas pela ANTT, em 2007, 1.105 multas decorrentes de infrações ao Estatuto do Idoso, totalizando um valor estimado em 3,3 milhões de reais.

A fiscalização em terminais rodoviários contou ainda com a participação de agentes dos órgãos conveniados com a ANTT, como AGR/GO, ARTESP/SP, AGERBA/BA, DETER/SC, SETRAN/DF, SEINF/TO, SEINFRA/PI, AGER/MT e AGEPAN/MS.

1.1.1.4. Comandos Operacionais - Fiscalização em Rodovias

Contando na maioria das vezes com a estrutura física dos postos da Polícia Rodoviária Federal, conveniada à ANTT, que também oferece apoio na execução das atividades, em 2007 foram efetuadas 376 operações de combate ao transporte clandestino, em 25 Estados, sendo atendidas mais de 140 localidades em pontos estratégicos de grande fluxo de passageiros. Foram fiscalizados 70.441 veículos e aplicados cerca de 5.900 autos de infração. No ano, nossos fiscais permaneceram nas rodovias cerca de 1880 dias em comando.

Destacou-se a fiscalização permanente na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu/PR, divisa com o Paraguai, em conjunto com o Departamento de Receita Federal, na qual foram fiscalizados em torno de 48 mil veículos que executavam transporte internacional alternativo, como táxis e vans.

Merece nota ainda a criação em 2007, por parte do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Núcleo Estratégico de Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, que vem trabalhando em conjunto com a ANTT no planejamento e realização de Comandos Operacionais itinerantes de fiscalização. No ano de 2007 foram executadas quatro operações itinerantes de longa duração, em que o ônibus da ANTT percorreu alguns dos principais eixos do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste do

Brasil no combate ao transporte clandestino. Ao total foram autuados e retidos 507 veículos executando serviços clandestinos.

No final de 2007 foi desenvolvida uma ferramenta informatizada de fiscalização para o acompanhamento das Autorizações de Viagem emitidas pela ANTT, visando coibir a prática de transporte em circuito aberto por empresas de fretamento.

Dentre as operações em rodovias, realizadas pela ANTT em 2007, destacaram-se as seguintes:

- Comando na Rodovia Presidente Dutra, municípios de Lavrinhas e Cajati/SP, em junho e julho: 693 veículos fiscalizados e 159 autuações;
- Comandos no município de Ibatiba/ES no carnaval e páscoa: 413 veículos fiscalizados, 15 clandestinos e 132 autos;
- Comandos Itinerantes I (Norte e Nordeste) e II (Minas Gerais e Nordeste), de julho a setembro: 369 veículos fiscalizados, sendo 35 clandestinos, e 442 autos de infração;
- Operação Boa Viagem XII em maio no estado do Rio de Janeiro: 251 veículos e 76 autuações;
- Comando em Céu Azul/PR em abril: 221 veículos fiscalizados e 95 autos;
- Comando no município de Caxias/MA, em fevereiro e março: 131 veículos fiscalizados, sendo 18 clandestinos;
- Comando no município de Igarapava/SP em abril: 70 veículos fiscalizados, sendo 6 clandestinos, e 16 autuações;
- Comando nos municípios de Crato/CE e Exu/PE, em julho: 32 veículos fiscalizados, sendo 15 clandestinos;
- Comando de Carnaval na BR 040 – saída de Brasília/DF: 75 veículos fiscalizados, sendo 14 clandestinos;
- Comando no município de Aguaí/SP: 28 veículos fiscalizados, sendo 7 clandestinos, e 18 autos lavrados;
- Comando no distrito de Pirabeiraba – Joinville/SC: 173 veículos fiscalizados e 45 autos lavrados;
- Comando na divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba em março: 33 veículos fiscalizados, sendo 7 clandestinos, e 13 autuações;

- Comando em Porto Seguro/BA, feriado de 7 de setembro: 83 veículos fiscalizados, sendo 6 clandestinos, e 25 autuações;
- Comando em Senhor do Bonfim/BA, em março: 50 veículos fiscalizados, sendo 5 clandestinos e 17 autuações;
- Comando em Cuiabá/MT, em novembro: 92 veículos fiscalizados, sendo 7 clandestinos, e 37 autuações;
- Comando nos municípios de Teresina/PI e Timon/MA, no carnaval: 143 veículos fiscalizados e 37 autos;
- Comando em Lavrinhas/SP, romaria à Aparecida do Norte na visita do Papa Bento XVI: 150 veículos fiscalizados, sendo 2 clandestinos, 69 autos de infração lavrados;
- Comando no município de Penedo/RJ em julho, com 200 veículos fiscalizados;
- Comando em Santa Inês/MA, véspera do feriado de 1º de maio: 140 veículos fiscalizados;
- Comando em Itapema/SC, em janeiro: 119 veículos fiscalizados e 34 autuações;
 - Comando no município de Perdões/MG, agosto e setembro: 131 veículos fiscalizados.

1.1.1.5. Fiscalização Especial

Em 2007 foram efetuadas 664 operações para apurar denúncias, muitas delas oriundas dos canais de comunicação da Ouvidoria da Agência. Nessas atividades, foram fiscalizados 6.054 veículos, sendo lavrados aproximadamente 1.600 autos de infração.

1.1.2. Regulação Econômico-Financeira

No exercício de 2007 foram encaminhadas 28 solicitações de transferência acionária e/ou operações de reestruturação societária.

1.1.2.1. Alteração de Estatuto, Contrato Social e Acordo de Acionistas

Em 2007, 17 processos versando sobre alterações de capital social, de contrato social e de estatuto social foram submetidos à análise da ANTT.

1.1.2.2. Análise de Transferência de Linha e/ou Permissão

Em 2007 foram analisadas 9 solicitações de transferência de permissão, sendo que 4 foram concluídas e aprovadas.

1.1.3. Regulação Técnico-Operacional

1.1.3.1. Delegações para Prestação de Serviço Regular

No exercício de 2007 não houve delegação de serviços regulares sob o regime de permissão à empresa brasileira, após o certame licitatório, e as alterações verificadas ao longo do ano foram decorrentes de:

- implantação e paralisação de serviços diferenciados, no âmbito de permissões existentes, nos termos do Decreto nº 2.521/98;
- implantação e supressão de serviços regulares operados por empresa estrangeira com a expedição de licença complementar em reconhecimento à outorga dada pelas Autoridades de seu país de origem em serviços acordados;
- criação e cancelamento de serviços regulares em cumprimento de decisões judiciais;
- paralisação temporária de serviço complementar conforme regulamentação específica;
- paralisação de serviços em razão de procedimento administrativo específico;
- ajustamentos decorrentes do cumprimento das determinações do Acórdão TCU nº 1918/2003-Plenário.

No quadro seguinte é apresentada, de forma sintetizada, a quantidade de empresas permissionárias e de serviços regulares por tipo:

Discriminação	31/12/2007
Empresas Permissionárias¹	244
Serviços Regulares Ativos²	2.629
Básicos ³	1.727
Complementares ⁴	533
Diferenciados	369

Foram feitas análises, expedição e renovação de 10 licenças complementares e 22 autorizações para operação de serviços de temporada turística em reconhecimento às outorgas e autorizações dadas às empresas estrangeiras pelas autoridades de seu país de origem em serviços relativos ao transporte internacional coletivo de passageiros de acordo com o Decreto nº 99.704/90 - Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT.

No quadro seguinte está apresentada a situação contratual das linhas de serviços regular até o final de 2007. Além dos 110 contratos assinados ao longo do ano, resta a celebração de 18 contratos de serviços básicos autorizados pela Diretoria.

Discriminação	31/12/2007
Contratos Firmados	851
<i><u>Decreto nº 952/93</u></i>	<u>241</u>
Serviços Básicos	240
Serviços Complementares	1
<i><u>Decreto nº 2.521/98</u></i>	<u>268</u>
Serviços Básicos	229
Serviços Complementares	39
<i><u>Lei nº 10.233/01 (ANTT) -</u></i>	<u>342</u>
Serviços básicos ⁵	342

No quadro seguinte está apresentada a situação contratual considerando somente os serviços básicos, aqueles que detêm outorga, sob permissão, anterior à Constituição de 1988, ou que foram licitados após a Constituição ou, ainda, autorizados por medida judicial em decisão final.

Discriminação	31/12/2007
Quantidade de Serviços Básicos	1.727
Contratos	766
Decreto nº 952/93	240
Decreto nº 2.521/98	229
Lei nº 10.233/01 (ANTT)	342
<i>Ratificação</i>	97
<i>Novos</i>	245

1.1.3.2. Transferências

Foram transferidos em 2007, 44 serviços regulares.

1.1.3.3. Alteração Operacional de Serviços Regulares

No ano de 2007, foi analisado e alterado um total de 2.217 pleitos relativos a: ampliação de frequência e modificação de horários de partida com expedição de quadro; implantação de serviços diferenciados com expedição do quadro de tarifas e de frequência e horários; implantação/paralisação de viagens direta e semi-direta; modificação de esquema operacional em decorrência de alteração de pontos de parada ou de apoio; autorização da prática de tarifa promocional / cancelamento tarifa promocional; e, supressão de serviços diferenciados.

Quanto à redução da frequência mínima, a Agência analisou 386 processos, sendo que 83 solicitações foram deferidas e 53 indeferidas.

1.1.3.4. Disposições Regulamentares

Em 2007, foram emitidas 412 Resoluções que tratavam dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, entre as quais se destacam, a seguir, as 14 de caráter regulatório.

A Resolução nº 1.928, de 28 de março de 2007, ao estabelecer novas regras para a aplicação de tarifas promocionais no transporte rodoviário regular de passageiros, permitiu maior flexibilidade tarifária para que as empresas permissionárias oferecessem descontos aos usuários, estimulando assim a modicidade tarifária.

Nesse ano, os reajustes anuais nas tarifas dos serviços rodoviários de transporte de passageiros de longa distância (extensões superiores a 75 km) e semi-urbanos (extensão menor ou igual que 75 km) foram aprovados, respectivamente, pelas Resoluções nº 2.109, de 27 de junho de 2007 e nº 2.149, de 11 de julho de 2007.

Ainda no que tange às tarifas do transporte rodoviário semi-urbano, a Resolução nº 2.132, de 03 de julho de 2007, estabeleceu a metodologia de arredondamento dessas tarifas e a Resolução nº 2.130, de 03 de julho de 2007, aprovou a metodologia de reajuste por fórmula paramétrica e definiu a periodicidade das revisões ordinárias e da atualização dos Coeficientes Básicos e dos Parâmetros Operacionais da Planilha Tarifária vigente para esse tipo de serviço.

A Resolução nº 2.275, de 11 de setembro de 2007, alterou a Resolução nº 597, de 16 de junho de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para a redução da frequência mínima da prestação de serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros.

Por meio da Resolução nº 1.979, de 25 de abril de 2007, também foi modificada a Resolução ANTT nº 767, de 05 de outubro de 2004, que regula critérios e procedimentos para autorização da utilização de terminal rodoviário adicional, dentro de um mesmo município.

A Resolução nº 2.491, de 13 de dezembro de 2007, por sua vez, aprovou a primeira revisão do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, utilizado como padrão de contabilização pelas permissionárias reguladas pela ANTT.

O art. 1º da Resolução nº 233, de 25 de julho de 2003, que dispõe sobre as penalidades aplicáveis ao transporte rodoviário de passageiros, também foi aprimorada, só que por meio da Resolução nº 2.414 de 28 de novembro de 2007.

Outra alteração referente às multas aplicadas pela ANTT no transporte rodoviário de passageiros foi efetuada pela Resolução nº 2.484, de 13 de dezembro de 2007, que estabeleceu o prazo de validade do Relatório de Multas.

Outros dois aperfeiçoamentos normativos foram realizados pela Resolução nº 1.922, de 28 de março de 2007, que alterou as Resoluções ANTT nº 1.383, de 29 de março de 2006 e nº 978, de 25 de maio de 2005, e pela Resolução nº 1.799, de 16 de janeiro de 2007, que modificou a Resolução nº 1.445, de 8 de maio de 2006.

Citem-se, ainda, a Resolução nº 1.971, de 25 de abril de 2007, que implementou o Sistema de Cadastro dos Motoristas das Empresas Permissionárias ou Autorizatárias – SISMOT e a Resolução nº 2.412, de 20 de novembro de 2007, que definiu os procedimentos para a seleção de empresas permissionárias para a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, em período de temporada turística.

1.1.4. Averiguação de Condutas

Durante o ano de 2007 tramitaram 368 Comissões de Processo Administrativo para apurar condutas de empresas de transporte interestadual ou internacional de passageiros, bem como para averiguar a regularidade de atos administrativos de outorga. Desse total, 202 foram concluídas e 166 encontram-se em andamento. Abaixo segue quadro com o assunto das Comissões concluídas:

Assunto	Quantidade de Processos
▪ Paralisação de Linha	5
▪ Representação da Receita Federal	102
▪ Revisão de ato Administrativo - TCU	74
▪ Fraude	9
▪ Dano ao Erário	1
▪ Outros	11
TOTAL	202

1.1.5. Autorizatárias

O total de empresas cadastradas para a prestação de serviço de fretamento e turismo, detentoras de Certificado de Registro para Fretamento - CRF é de 5.721. Desse total, 3.456 estão habilitadas.

A frota habilitada das autorizatárias soma 27.649 ônibus, de um total cadastrado de 35.438 ônibus, dados estes referentes ao dia 31/12/2007.

Foram feitas 7.259 análises de processos contendo documentação das empresas de fretamento visando o cadastro e habilitação das mesmas e desses, emitidos 1.480 certificados.

O sistema de autorização de viagem, que substituiu os procedimentos que eram realizados manualmente, permitiu às empresas de fretamento a emissão da autorização de viagem de qualquer terminal de computador com acesso à internet, totalizando neste exercício 269.531 autorizações.

Abaixo segue quadro resumo com as informações citadas:

<i>Situação</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Empresas cadastradas</i>	<i>5.721</i>
<i>Empresas habilitadas</i>	<i>3.456</i>
<i>Veículos cadastrados</i>	<i>35.438</i>
<i>Veículos habilitados</i>	<i>27.649</i>
<i>Certificados emitidos</i>	<i>1.480</i>
<i>Termos de Autorizações de fretamento contínuo</i>	<i>71</i>
<i>Processos analisados</i>	<i>7.259</i>
<i>Autorizações de Viagem emitidas</i>	<i>269.531</i>

1.1.6. Convênios

Foram firmados novos convênios de delegação de competência para fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e mantidos os anteriores, estando atualmente a ANTT conveniada com as seguintes instituições:

- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA/BA;
- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul - AGEPAN/MS;
- Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR/GO;
- Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP/SP;
- Agência Reguladora do Mato Grosso - AGER/MT;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF;
- Departamento de Transporte e Terminais de Santa Catarina - DETER/SC;
- Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu/PR - FozTRANS;
- Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Piauí - SEINFRA/PI;
- Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Tocantins - SEINF/TO;
- Secretaria de Infra-Estrutura do estado do Piauí - SEINFRA/PI;
- Secretaria de Transportes do Distrito Federal - SETRAN/DF.

Foram realizados, também, convênios de monitoramento, destinados ao acompanhamento direto da prestação do serviço de transporte rodoviário de passageiros nos terminais, bem como à orientação e suporte ao usuário. As instituições participantes deste monitoramento em 2007 foram às seguintes:

- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/MG;
- Universidade de Brasília/DF;
- Universidade Federal de Ouro Preto/MG;
- Universidade Federal de Pernambuco/PE;
- Universidade Federal do Espírito Santo/ES;
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS.

Foi mantido o acordo de cooperação técnica e operacional com o Departamento de Polícia Federal - DPF, com vistas a aprimorar os procedimentos de controle e fiscalização do transporte interestadual e internacional sob regime de fretamento eventual ou turístico, por meio da disponibilização ao DPF de acesso, on line, às bases de dados do Sistema Informatizado de Autorizações de Viagens para o Fretamento desta Agência.

Por fim, foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Administrativa nº 11/2002-MT, com o Ministério dos Transportes, para prorrogar o prazo de vigência por mais 60 meses, até 26/12/2012, visando manter as atividades desenvolvidas pela ANTT relativas ao processamento, à cobrança administrativa e à arrecadação de multas relacionadas aos regulamentos de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, aplicadas até a edição do Decreto nº 4.130/2002.

1.1.7. Treinamento

No ano de 2007, a ANTT realizou 5 treinamentos de capacitação e reciclagem com foco na fiscalização do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, envolvendo cerca de 200 servidores

Foram realizados ainda 2 treinamentos voltados ao atendimento a usuários dos serviços de transportes.

A Divisão de Fiscalização participou também da Operação de treinamento e fiscalização Boa Viagem XII, no estado do Rio de Janeiro em maio, em conjunto com a 5ª. SPRF.

1.1.8. Estudos

Audiências e Consultas Públicas

Audiência	Período	Assunto	Resolução resultante
051/2006	19/12/2006 a 03/01/2007	Altera a redação dos artigos 22, 23, 24, 26 27, 32 e 39, da Resolução nº 1.166, de 5 de outubro de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.	Resolução nº 2.390 de 20 de novembro de 2007
052/2007	22/02/2007 a 09/03/2007	Altera a Res. 597 - redução da frequência mínima.	Resolução nº 2.275, de 11 de setembro

			de 2007
055/2007	09 a 23/04/2007	Define serviços regulares do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.	Não houve
056/2007	30/05/2007 a 08/06/2007	Transporte Rodoviário Interestadual Semi-urbano de Passageiros - Metodologia de arredondamento.	Resolução nº 2.132, de 03 de julho de 2007
057/2007	30/05/2007a 08/06/2007	Transporte Rodoviário Interestadual Semi-urbano de Passageiros - Fórmula Paramétrica/Atualização dos coeficientes.	Resolução nº 2.130, de 03 de julho de 2007
065/2007	09 a 26/10/2007	Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.	Resolução nº 2.491, de 13 de dezembro de 2007

1.2. Exploração da Infra-Estrutura Rodoviária

No ano de 2007 a ANTT executou diversas atividades, dentre as quais se destaca a realização dos leilões de concessão das rodovias componentes do 2º Lote de Concessões de Rodovias Federais, em 9 de outubro. Além da conclusão desse conjunto de projetos, foram realizadas outras diversas atividades que compuseram as tarefas de regulação e fiscalização das concessões rodoviárias, relacionadas a seguir.

1.2.1. Novas Concessões

1.2.1.1. 2º Lote de Concessões de Rodovias Federais

Participação ativa da ANTT no desenvolvimento dos trabalhos objetivando a realização das concessões inseridas no 2º Lote de Concessões de Rodovias Federais. Foram realizados ajustes nos projetos, sendo estes posteriormente disponibilizados para consulta aos interessados. Em face às alterações realizadas, as informações foram enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise e autorização para a

publicação dos editais de concessão, o que ocorreu no dia 16 de agosto de 2007. Os leilões foram realizados no dia 9 de outubro do mesmo ano, assim discriminados:

- Edital 001 – Lote 06 - BR-116: São Paulo – Curitiba – 401,6 km sendo vencedora a Proponente Obrascon Huarte Lain Brasil S. A. com Valor de Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 1,364, tendo seu resultado já homologado,
- Edital 002 – Lote 05 - BR-381: Belo Horizonte – São Paulo – 562,1 km sendo vencedora a Proponente Obrascon Huarte Lain Brasil S. A. com Valor de Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 0,997 tendo seu resultado já homologado;
- Edital 003 – Lote 07 - BR-116/376/101: Curitiba–Florianópolis – 382,3 km sendo vencedora a Proponente Obrascon Huarte Lain Brasil S. A. com Valor de Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 1,028 tendo seu resultado já homologado;
- Edital 004 – Lote 04 - BR-101: Divisa ES/RJ – Ponte Rio - Niterói – 320,1 km sendo vencedora a Proponente Obrascon Huarte Lain Brasil S. A. com Valor de Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,258 tendo seu resultado já homologado;
- Edital 005 – Lote 01 - BR-153: Divisa MG/SP– Divisa SP/PR – 321,6 km sendo vencedor o Proponente Consórcio BRVias com Valor de Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,450 tendo seu resultado já homologado;
- Edital 006 – Lote 02 - BR-116: Curitiba – Divisa SC/RS – 412,7 km sendo vencedora a Proponente Obrascon Huarte Lain Brasil S. A. com Valor de Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,540 tendo seu resultado já homologado;
- Edital 007 – Lote 03 - BR-393: Divisa MG/RJ – Entr. BR-116 (Via Dutra) – 200,4 km sendo vencedor o Proponente Consórcio Acciona com Valor de Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 1,364, estando este resultado sub judice.

O leilão obteve grande repercussão em decorrência dos valores de pedágio resultantes da competição terem sido significativamente menores que os praticado nas concessões de rodovias realizadas no passado.

1.2.1.2. Outros Projetos

A Agência tomou parte nas discussões relativas ao projeto de desestatização da BR-116/324. Após a transferência da gerência do projeto para o Ministério dos Transportes, o modelo de Parceria Público-Privada (PPP), nos moldes da Lei nº 11.079/04, passou a ser rediscutido, em face ao sucesso dos leilões do 2º Lote de Concessões de Rodovias Federais. Nesse sentido, buscou-se readequar o projeto como de

concessão nos moldes do previsto na Lei 8.987/95, sendo revistos parâmetros técnicos, a exemplo dos multiplicadores de tarifa aplicado às diferentes categorias de veículos, e os investimentos a serem realizados ao longo do contrato.

No ano de 2007 a ANTT teve participação nas discussões com o BNDES relativas à modelagem da concessão das rodovias BR-040/DF/MG, BR-116/MG e BR-381/MG.

1.2.2. Convênios

1.2.2.1. Convênio 002/ANTT/2006 - ANTT/UFRJ

Este Convênio possui ênfase na monitoração dos elementos físicos e gerenciais das rodovias, baseados em seus respectivos Programas de Exploração e nas regulamentações vigentes.

Em 02 de julho de 2007 foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo, cujo objeto foi:

- a) a prorrogação da vigência do Convênio por 7 meses, com o conseqüente ajuste do cronograma de execução, sem alteração do valor inicialmente pactuado;
- b) a indicação da classificação programática e econômica dos créditos orçamentários para dar cobertura à despesa em causa, no valor de R\$ 1.925.577,30, sendo R\$ 1.815.979,40 referente ao exercício 2007, passando os recursos financeiros, para atender as despesas em exercício futuro, a serem de R\$ 109.597,90, conforme o seguinte detalhamento: PTRES: 6564-6566, Fonte de Recurso: 250 e Natureza de Despesa: 33903999;
- c) correção do valor assinalado para Material de Consumo, constante do item 6 – Plano de Aplicação, do Anexo I – Plano de Trabalho, digitado erradamente como R\$ 30.000,00, quando o valor correto é R\$ 36.0000,00;
- d) alteração dos nomes dos coordenadores;
- e) alteração da frequência de liberação dos recursos;
- f) ratificação dos atos praticados anteriormente, relativos à celebração do Convênio com alteração do cronograma de desembolso.

1.2.2.2. Convênio 021/2005 – ANTT/UNB

Em 28 de fevereiro de 2007 foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo, tendo como objeto a classificação programática e econômica dos créditos orçamentários para dar cobertura a despesa em causa, no valor de R\$ 183.310,44, referente ao exercício financeiro de 2007, conforme o seguinte detalhamento: PTRES – 6567, Fonte de Recurso – 250 e Natureza de Despesa – 339039.

Neste convênio foi desenvolvido um modelo de processo de análise de projetos de recuperação e melhoramentos de infra-estrutura rodoviária, que teve como produto os Relatórios de Metodologia para Análise e para Desenvolvimento de Projetos de Pavimentação, Geotecnia, Geometria, Drenagem e Obra de Arte Especial, num total de 10.

Com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento dessa metodologia, foi gerado o Sistema de Apoio à Análise de Projeto Executivo – SAMPE, com a entrega dos Manuais do SAMPE para o Coordenador e para o Analista da Área Técnica, além do programa em meio digital.

Neste convênio também foi realizada pesquisa sobre o impacto no tráfego pela implantação de praças de pedágio em rodovias a serem concedidas. A sistematização e detalhamento de cada etapa, com os resultados das atividades de caracterização, obtenção de dados e tratamento, estão contidas nos 4 Relatórios de Metodologia de Avaliação dos Volumes de Tráfego em Praças de Pedágio de Rodovias a serem Concedidas.

Este Convênio foi encerrado em 22 de março de 2007.

1.2.2.3. Convênio 001/ANTT/2007 – ANTT x FUB

Foi celebrado em 16 de março de 2007, e tem como objeto o Desenvolvimento e Implantação de Metodologia e Procedimentos-Padrão para as atividades relacionadas à gestão da infra-estrutura rodoviária federal concedida, sendo o seu prazo de vigência e execução um período de 13 meses, contados a partir da data de publicação no DOU, 26/03/2007.

Dentre os objetivos específicos a serem desenvolvidos no Convênio, têm destaque os definidos a seguir, os quais estão detalhados no Plano de Trabalho.

a) Mapeamento e verificação de conformidade dos processos desenvolvidos no âmbito da gestão e fiscalização dos contratos de concessão das rodovias federais, denominados A25 – Coordenação da Gestão dos Contratos de Infra-Estrutura, conforme proposto em relatórios relativos ao Convênio nº. 013/ANTT/2004.

b) Análise Crítica dos Processos Mapeados e Indicativos para Aprimoramento dos Processos A25.

c) Desenvolvimento de Metodologia e Padronização dos procedimentos e modelos de documentos dos processos A25.

Já foram apresentados os relatórios correspondentes aos itens “a” e “b” acima citados, bem como 4 relatórios de acompanhamento.

1.2.2.4. Convênio 005/ANTT/2007

Em 30 de agosto de 2007, foi assinado o Convênio nº. 005/ANTT/2007 entre a ANTT e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Esse Convênio tem como objetivo a aplicação do modelo NOTACERTA às rodovias federais, com exceção das Concessionárias ECOSUL e CONCEPA, além da validação dos procedimentos atualmente empregados no modelo para a avaliação técnica das rodovias sob concessão federal e terá duração de 11 meses, com um custo de R\$ 255.000,00.

1.2.2.5. Sistema de Gestão da Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas – SIGFIS

Conclusão do desenvolvimento do Sistema de Gestão de Fiscalização das Rodovias Concedidas - SIGFIS, objeto do Contrato nº. 35/2004 firmado entre a ANTT e a Technology and Management LTD – TNM, em 13/12/04.

A ANTT e a TNM formalizaram o Termo de Quitação do Contrato nº 035/2004, em 20 de novembro de 2007.

1.2.3. Fiscalização Técnico-Operacional das Concessões

Ao longo do ano de 2007, foram analisados os Relatórios Técnico-Operacionais e Físico-Financeiros – RETOFF's apresentados pelas concessionárias. Foram recebidos 31 relatórios de monitoração da Concessionária PONTE, 18 da CRT, 15 da NOVADUTRA, 6 da CONCERT e 12 da CONCEPA.

Como resultados das atividades da Fiscalização foram emitidos 1.681 Termos de Registros de Ocorrência – TRO's, relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias, os quais originaram a abertura de 65 processos administrativos para apuração de penalidades por descumprimento contratual.

1.2.4. Uso e Ocupação da Faixa de Domínio

Foram autuados 86 processos de solicitação de uso e ocupação da faixa de domínio, tendo sido deliberadas pela Diretoria da ANTT 59 autorizações.

1.2.5. Fiscalização dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT e Realização de Workshop

Em atendimento à Resolução nº 483/2004, as concessionárias devem submeter à consideração da ANTT os projetos e pesquisas a serem desenvolvidos com os recursos de desenvolvimento tecnológico, os quais são analisados, ficando a ANTT responsável em comunicar à concessionária a anuência ou rejeição do projeto ou pesquisa.

No decorrer de 2007 foram desenvolvidos 13 projetos pelas concessionárias de rodovias federais, assim distribuídos: CONCEPA (3), NOVADUTRA (5), CRT (1), PONTE (3) e CONCERT (1). Compete à ANTT fiscalizar, acompanhar o desenvolvimento e avaliar os resultados dos projetos e pesquisas ao longo de cada ano, tanto no âmbito técnico quanto no financeiro, assegurando assim a real aplicação do recurso.

Destaca-se que, com o objetivo de tornar público junto à comunidade científica, bem como órgãos governamentais e empresas privadas os projetos que foram desenvolvidos pelas concessionárias na área de engenharia rodoviária, no ano de 2006,

foi organizado o III Workshop “Desenvolvimento Tecnológico nas Concessões Rodoviárias: Soluções Técnicas e Aplicadas”, tendo este sido realizado no dia 12 de abril de 2007, no auditório localizado na sede da ANTT em Brasília.

1.2.6. Fiscalização do Programa de Seguros das Concessionárias Rodoviárias

Foi efetuada análise e fiscalização dos seguros e garantias, referentes ao ano de 2006, das seis concessionárias de rodoviárias federais objetivando avaliar a adequação dos programas apresentados pelas concessionárias com o exigido pelos Contratos de Concessão.

1.2.7. Estudos e Análises

Foram realizados vários estudos e análises, em especial aqueles relativos ao tráfego nas concessões buscando subsidiar as decisões da ANTT sobre as demandas das praças de pedágio de Viúva Graça, Parateí/Jacareí, Três Córregos e de Xerém.

As atividades realizadas relativas à Praça de Viúva Graça foram: reuniões de trabalho; elaboração de Nota Técnica, em resposta à demanda do TCU, referente às "informações trazidas por representantes da Comunidade de Seropédica (RJ), em especial sobre as alternativas propostas para a localização das cabines de bloqueio a serem instaladas pela NovaDutra na BR-465"; e condução do respectivo processo administrativo.

As atividades realizadas relativas ao complexo de Parateí/Jacareí foram: reuniões de trabalho; elaboração de Nota Técnica, em resposta às determinações constantes do Acórdão no 575/2007 – TCU – Plenário; visitas de campo de forma a auxiliar na elaboração de metodologia de pesquisa capaz de atender ao disposto no Acórdão do TCU; e condução do respectivo processo administrativo.

As atividades realizadas relativas à Praça de Três Córregos foram: reuniões de trabalho; simulações tarifárias em funções de possíveis alterações na configuração das praças de pedágio da concessão; e condução do respectivo processo administrativo.

As atividades realizadas relativas à Praça de Xerém se resumiram ao acompanhamento do respectivo processo administrativo.

1.2.7.1. Estudos Econômicos de Impacto e de Viabilidade de Rodovias

São estudos desenvolvidos para determinar a viabilidade ou impacto causado por modificações de um projeto de Concessão Rodoviária e para avaliar impactos de mudanças propostas em Rodovias já operantes.

a) Tarifas por km das Concessionárias Rodoviárias

Em 07/02/2007 foram atualizadas a tarifa da concessionária RODOSOL / ES, vigente a partir de 09/01/2007 e as tarifas das concessionárias do Estado do Paraná, vigentes a partir de dezembro de 2006.

b) Estudos relacionados aos novos lotes de concessão rodoviária

Em 09.04.2007 foram realizadas novas simulações nos fluxos de caixa considerando uma TIR de 8,95% com SICRO PLENO e de TIR de 8,95% com SICRO DESCONTADO 32%. Em seguida, foi elaborado um quadro comparativo das tarifas resultantes, a preços de out/2004 e out/2006. Em 19.04.2007 foi recebido do BNDES planilha-modelo com as condições de financiamento e metodologia de cálculo necessário ao atingimento da meta do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. Após análise se constatou problemas no cálculo da receita financeira, do imposto de renda adicional e da geração de caixa da empresa. Em 05.06.2007 foi recebido o Ofício nº 037/GM-MDIC de 30.05.2007, que trata de recomendação de inclusão em todas as Minutas de Contrato de Concessão, de cláusula outorgando ao financiador o direito de assumir o controle da Concessionária, em caso de inadimplemento do Contrato de Financiamento ou Contrato de Concessão.

c) Acompanhamento dos Estudos Relacionados ao Processo de PPP da BR 116/324

Em fevereiro foram recebidas as minutas atualizadas do Edital, do Contrato e do fluxo de caixa com as alterações determinadas pelo TCU. Em março foram recebidos Memorandos referentes ao Acórdão 101/2007 do TCU. Em Abril foi recebida uma carta da Corporación Andina de Fomento, demonstrando interesse em financiar o Projeto da PPP da BR-116/324. Em Maio foi recebido cópia do Parecer da Secretaria de Recursos - SERUR/TCU que versa sobre o pedido de Reexame Interposto pela ABCR relativo às determinações contidas no Acórdão nº 101/2007 - Plenário - TCU.

1.2.8. Regulação Técnico-Operacional

Em 2007 foram focadas as atividades de regulação do mercado de concessões de rodovias, em especial a publicação de 3 Resoluções regulatórias.

Foram levadas a audiências públicas, para receber contribuições do público interessado, as seguintes minutas de Resoluções:

- Minuta de Resolução sobre Receitas Extraordinárias, que dispõe sobre a captação das receitas extraordinárias nas rodovias federais reguladas pela ANTT – Audiência Pública nº 068/2007.
- Minuta de Resolução que aprova regulamento que estabelece procedimentos para aplicação de penalidades de advertência e multa na exploração da infra-estrutura rodoviária federal administrada pela ANTT – Audiência Pública nº 069/2007.
- Minuta de Resolução que regulamenta a obrigação de contratar apólices de seguros no âmbito das concessões rodoviárias federais reguladas pela ANTT – Audiência Pública nº 070/2007.
- Minuta de Resolução que regulamenta a obrigação de prestar garantias de execução contratual no âmbito das concessões rodoviárias federais reguladas pela ANTT – Audiência Pública nº 071/2007.
- Minuta de Resolução que regulamenta as infrações sujeitas às penalidades de advertência e multa por inexecução contratual na exploração da infra-estrutura rodoviária federal concedida – Audiência Pública nº 073/2007.
- Minuta de Resolução que altera o art. 20 da Resolução ANTT nº 1.187, de 09 de novembro de 2005, que dispõe sobre os procedimentos de execução de obras e serviços pelas concessionárias nas rodovias federais reguladas pela ANTT – Audiência Pública nº 075/2007.

1.2.9. Gestão dos Contratos de Exploração das Rodovias Concedidas

1.2.9.1. Análise das Inexecuções 2006

Foram concluídas as análises das inexecuções das 06 concessionárias de rodovias federais em relação às obrigações estabelecidas nos Programas de Exploração da Rodovia – PER ou no Programa de Exploração da Ponte - PEP para o ano 2006.

1.2.9.2. Revisão dos Programas de Exploração

No ano de 2007, foram apresentadas à ANTT as alterações propostas para a Revisão do PER e PEP pelas concessionárias, NovaDutra, CON CER, CRT e CONCEPA e PONTE. Após análise da Agência, considerando a retificação dos cronogramas físico-financeiros ao efetivamente realizado e às atuais necessidades e prioridades das rodovias, as propostas foram submetidas à Diretoria para apreciação. Como resultado foram publicadas 5 Resoluções.

1.2.9.3. Acompanhamento dos Cronogramas Físico-Financeiros

A verificação do cumprimento das obrigações contratuais e dos cronogramas físico-financeiros das concessionárias foi realizada, durante todo o ano, por meio do acompanhamento da execução das obras e serviços estabelecidos nos planejamentos anuais relativos ao ano 2007. Também foram levados em consideração os Relatórios Técnico-Operacionais Físico-Financeiros, as programações mensais apresentadas pelas concessionárias, as informações encaminhadas pelas Unidades Regionais e pela Gerência de Fiscalização, além daquelas obtidas nas inspeções realizadas ao longo das rodovias.

1.2.9.4. Análise de Projetos Executivos

Foram submetidos à análise da ANTT um total de 82 projetos executivos de obras de infra-estrutura, que foram encaminhados pelas concessionárias de rodovias federais. Durante o ano corrente, foram emitidos 113 pareceres técnicos favoráveis para os projetos. Todas as análises efetuadas basearam-se nas normas técnicas vigentes e nas descrições de serviços e obras estabelecidas nos programas de exploração.

1.2.9.5. Elaboração de Notas Técnicas

Foram emitidas 62 notas técnicas abordando aspectos técnico-operacionais relativos à infra-estrutura da malha rodoviária concedida e aos contratos de concessão. Esses documentos foram emitidos em função das análises das proposições apresentadas

pelas Concessionárias e dos questionamentos ou solicitações de informações formuladas pelo Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais, Poder Judiciário e Poderes Executivo e Legislativo federais, estaduais e municipais.

1.2.9.6. Decretos Expropriatórios

No ano de 2007 foram assinados pela Presidência da República 5 decretos declaratórios de utilidade pública de imóveis para execução de obras em rodovias federais concedidas, todos com a data de 01/11/2007, publicados no DOU, seção 1, de 05/11/2007. Os referidos decretos foram resultado das propostas de declaração de utilidade pública submetidas à aprovação da Diretoria para encaminhamento ao Ministério dos Transportes e à Presidência da República.

1.2.10. Regulação Econômico-Financeira

1.2.10.1. Operação de Reestruturação Societária

Concessões Rodoviárias

Foram analisados 3 processos de reestruturação societária, em 2007, abaixo relacionados:

Categoria: Reestruturação societária.
Informações: Reestruturação Societária da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL

Categoria: Reestruturação societária.
Informações: Reestruturação Societária da CCR – Termos Aditivos (Dutra e Ponte)

Categoria: Transferência acionária.
Informações: Operação de Planejamento Fiscal, visando a transferência de ações para a Ecosul Participações Ltda.

1.2.10.2. Reajustes Tarifários de Pedágio Rodoviário

Com base em análise da execução do Programa de Exploração Rodoviária (PER), procedeu-se a avaliação de seu eventual impacto na tarifa com vistas a revisões tarifárias.

a) Rodovia Presidente Dutra S/A – Nova Dutra

A Resolução nº 2239, de 23 de agosto de 2007, aprovou a alteração das tarifas da Concessionária com vigência a partir de 26 de agosto de 2007.

b) Ponte Rio Niterói S/A

A Resolução nº 2187, de 1º de agosto de 2007, aprovou a alteração das tarifas da Concessionária com vigência a partir de 4 de agosto de 2007.

c) Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S/A – CON CER

A Resolução nº 2268, de 5 de setembro de 2007, aprovou a alteração das tarifas da Concessionária com vigência a partir de 7 de setembro de 2007.

d) Concessionária Rio-Teresópolis S/A – CRT

A Resolução nº 2302, de 26 de setembro de 2007, aprovou a alteração das tarifas da Concessionária com vigência a partir de 30 de setembro de 2007.

e) Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S/A – CONCEPA

A Resolução nº 2350, de 31 de outubro de 2007, aprovou a alteração das tarifas da Concessionária com vigência a partir de 3 de novembro de 2007.

f) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A – ECOSUL

Processo pendente de decisão por parte da Diretoria Colegiada.

1.3. Transporte Rodoviário de Cargas

1.3.1. Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC

Em 2007, foi aprovada a Lei nº 11.442 que disciplina o transporte rodoviário nacional de cargas remunerado, o que modifica profundamente o setor, implicando na necessidade de regulamentação por parte da ANTT. Neste sentido, foram realizados estudos aprofundados, consultas e audiências públicas, análises de impacto e formuladas estratégias de implementação da nova Resolução.

No decorrer de 2007, foram emitidos 75 mil registros, sendo 61 mil para Transportadores Autônomos, 14 mil para Empresas e 47 registros para Cooperativas, somando uma frota total superior a 86 mil veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas.

Até 31 de dezembro de 2007, tivemos a seguinte situação:

Transportadores e Frota de Veículos			
Tipo do Transportador	Registros Emitidos	Veículos	Veículos / Transportador
Autônomo	762,923	950.690	1,2
Empresa	143.458	708.495	4,9
Cooperativa	681	8.125	11,9
Totais	907.062	1.667.310	1,8

Além das atividades operacionais, ligadas ao registro, a ANTT, durante todo o ano de 2007, realizou estudos e ações visando o aprimoramento da regulamentação, com proposições de alteração para adequação ao mercado de transporte rodoviário nacional de cargas, consequência da entrada em vigor da Lei 11.442/07.

A minuta de Resolução foi submetida a processo de Audiência Pública, o qual foi concluído e a proposta de Resolução resultante encontra-se em fase de aprovação.

1.3.2. Transporte Rodoviário Internacional de Cargas

Analisaram-se pleitos das empresas de transporte rodoviário de cargas, interessadas em operar no segmento do transporte rodoviário internacional.

Outorgas emitidas:

- ❑ Foram emitidas 143 licenças originárias;
- ❑ Foram emitidas 97 licenças complementares;
- ❑ Para viagens ocasionais de empresas estrangeiras foram emitidas 417 autorizações;
- ❑ Para viagens ocasionais de empresas nacionais foram emitidas 271 autorizações;
- ❑ Para viagens ocasionais de veículos 0 Km, de empresas nacionais foram emitidas 394 autorizações;
- ❑ Para modificações do quadro de frota (exclusões e inclusões de veículos no sistema) foram emitidas 4047 autorizações para empresas nacionais e para empresas estrangeiras;

Em 31 de dezembro de 2007, a distribuição de empresas habilitadas era:

Habilitadas		
Origem	Empresas	Frota
BRASILEIRAS	590	54575
ESTRANGEIRAS	1150	27408

Empresas Brasileiras Habilitadas		
País Destino	Empresas	Frota
ARGENTINA	469	47.815
BOLÍVIA	63	10.163
CHILE	257	31.768
PARAGUAI	173	28.694
PERU	19	2.662
URUGUAI	196	26.755
VENEZUELA	23	2.708

Empresas Estrangeiras Habilitadas		
País de Origem	Empresas	Frota
ARGENTINA	357	11.740
BOLÍVIA	38	1.257
CHILE	528	7.480
PARAGUAI	87	3.866
PERU	3	76
URUGUAI	133	2.637
VENEZUELA	4	352

Em 2007, realizou-se o recadastramento dos representantes legais de empresas argentinas e também foi iniciado o recadastramento de empresas paraguaias, uruguaias, venezuelanas e peruanas.

1.3.3. Transporte de Produtos Perigosos

Em 2007, tiveram continuidade as atividades de acompanhamento, levantamento e análise de normas e regulamentos internacionais, com as quais se pretende manter a regulamentação desse setor permanentemente atualizada. Destaca-se a conclusão da tradução da 14ª edição do Regulamento Modelo da ONU, documento básico de referência para a próxima revisão.

Com vistas à adequação da regulamentação dessa atividade foram concluídos os trabalhos para atualização do Regulamento do Transporte de Produtos Perigosos no âmbito do Mercosul, os quais foram aprovados pelo Subgrupo de Trabalho do Mercosul Nº5 – Transportes (SGT-5) e encaminhados a instância superior (GMC) para a sua implementação.

Devido a essas atualizações, decorrentes da evolução técnica, tecnológica e operacional desse segmento, foi iniciado processo de adequação dos atos legais que aprovam o regulamento de transporte terrestre de produtos perigosos, visando propiciar respaldo legal à essas alterações.

Em complementação às providências para a implementação do Programa de Inspeção do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos, foi desenvolvida e aprovada uma Resolução instituindo o Regime de Infrações e Penalidades específico para este segmento de transporte.

Considerando a necessidade de sistematizar a obtenção de informações relativas aos fluxos rodoviários de produtos perigosos, foi elaborada minuta de Resolução, submetida a processo de Audiência Pública, aprovando instruções quanto ao conteúdo, procedimentos e prazos para o fornecimento de informações exigidas pelo Artigo 10º do Decreto-Lei nº 96.044/88.

1.4. Transporte Multimodal

Ao longo de 2007, foi iniciado o desenvolvimento de trabalho conjunto com representantes das Secretarias de Fazenda, operadores de transporte, Associações de Classe de transportadores e de outras Agências Reguladoras, com vistas a revisar as normas fiscais aplicadas ao transporte multimodal.

Foi concluído o projeto de definição de informações pertinentes à atividade de transporte com vistas ao desenvolvimento do Conhecimento de Transporte Eletrônico para todos os modais. Este documento, que engloba informações referentes ao RNTRC, Vale-Pedágio, Produtos Perigosos, Excesso de Peso, entre outros, foi formalizado mediante a edição do ajuste SINEF 09/07, de Outubro de 2007.

Com base na Resolução ANTT nº 794, de 22 de novembro de 2004, que dispõe sobre a habilitação do Operador de Transporte Multimodal – OTM, no ano de 2007, foram habilitadas 68 empresas.

Desde o início da habilitação de OTM até 31 de dezembro de 2007, a ANTT já habilitou um total de 268 operadores.

1.5. Vale-Pedágio Obrigatório

Para atender a Resolução ANTT nº 673, de 04 de agosto de 2004, que dispõe sobre a regulamentação do Vale-Pedágio Obrigatório, em seu Título VIII – Regime Especial, a ANTT, em 2007, analisou 928 processos e concedeu 920 certificados de regime especial de Vale-Pedágio Obrigatório.

A minuta de Resolução foi submetida a processo de Audiência Pública, o qual foi concluído e a proposta de Resolução resultante encontra-se em fase de aprovação.

Em 31 de dezembro de 2007, estavam vigentes 989 registros de regime especial de Vale-Pedágio.

1.6. Transporte Dutoviário

Em 2007, foram desenvolvidos trabalhos com vistas à implementação do Cadastro do Sistema de Dutovias do Brasil - SISDUT, integrando este ao sistema corporativo da ANTT e alimentando seu banco de dados.

1.7. Fiscalização do Transporte Rodoviário de Cargas

Quanto às fiscalizações de Excesso de Peso, do Vale-Pedágio, do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) e dos veículos habilitados a efetuar o Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), foram fiscalizados mais de 7,2 milhões de veículos.

1.7.1. Excesso de Peso

Com o objetivo de fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, em 2007, foram submetidos a fiscalização seletiva 6.552.389 veículos. A fiscalização seletiva aplica-se a veículos que passam a uma velocidade máxima de 60 Km/h. Caso esta fiscalização identifique excesso de peso, procede-se a pesagem em balança de precisão. Confirmando a infração, procede-se a lavratura do auto. Em 2007, 1.567.372 veículos foram fiscalizados em balanças de precisão e emitidos 44.005 autos de infração.

1.7.2. RNTRC e Transporte Internacional

Com relação ao Registro Nacional de Transportadores Rodoviários – RNTRC, foram fiscalizados 34.734 veículos de transportadores rodoviários nacionais de cargas, com a emissão de 14.185 autos de infração.

No transporte rodoviário internacional de cargas, foram autuadas 201 empresas durante do ano de 2007.

1.7.3. Vale-Pedágio

Durante o período janeiro/dezembro de 2007, foram autuados 12.287 infratores em decorrência da não antecipação do Vale Pedágio obrigatório.

1.8. Transporte Ferroviário

1.8.1. Inspeções

Foram elaborados os Cronogramas de Inspeções Técnicas e Operacionais, de Inspeção de Ativos Operacionais e de Inspeção de Atendimento a Clientes e Implantação de Regulamentos, os quais foram aprovados pela Diretoria da ANTT.

Os Cronogramas aprovados pela Diretoria da ANTT objetivam orientar as atividades a serem executadas, no sentido de inspecionar a prestação dos serviços de transporte de cargas e de passageiros outorgados, assegurando o cumprimento dos contratos de outorga, de acordo com o estabelecido no Título II, da Resolução nº 044/03, de 4/7/2004, da ANTT.

1.8.1.1. Inspeções Técnicas e Operacionais

1.8.1.1.1. Inspeções Programadas

No ano de 2007 foram efetivadas 12 inspeções técnicas programadas e 10 inspeções operacionais programadas.

1.8.1.1.2. Inspeções Eventuais

Durante o exercício de 2007, ocorreram 23 inspeções eventuais.

1.8.1.1.3. Relatório de Inspeção

No transcorrer do ano de 2007 foram elaborados 14 relatórios.

1.8.1.1.4. Notificação

No período de janeiro a dezembro de 2007, a ANTT expediu 12 notificações às Concessionárias, para solucionar as deficiências constatadas nas inspeções técnico-operacionais.

1.8.1.1.5. Multa

No ano de 2007, foram aplicadas as multas relacionadas a seguir:

- Notificação de Autuação nº 221.089, de 29/11/2007, à Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. – CFN, no valor de R\$ 149.600,00;
- Notificações de Autuação nos 221.090 a 221.093, de 20/12/2007, à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA, no valor total de R\$ 200.000,00.

1.8.1.1.6. Termos de Ajuste de Conduta – TAC

Foi celebrado em 24/09/2007, Termo de Ajuste de Conduta – TAC entre esta ANTT e a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA, cujo objeto é a regularização das condições da via permanente dos trechos Paripe – Mapele, Ramal do Porto de Salvador, Corinto – Pirapora e Sabará – Miguel Burnier, integrantes da Malha Centro-Leste e vêm sendo mantidos entendimentos junto à citada Concessionária para a celebração de outro TAC visando à regularização da situação dos trechos ferroviários Engº. Lafaiete Bandeira – Barão de Camargos (Linha Mineira), Cavarú – Ambaí, Biagópolis – Itaú e Ribeirão Preto – Passagem.

1.8.1.2. Inspeções de Ativos Ferroviários

Apesar de não ter sido possível, no exercício de 2007, qualquer repasse de recursos financeiros para a RFFSA, por falta de certidões negativas, foram realizadas inspeções conjuntas em parte das malhas da CFN e FCA e realizadas reuniões entre as partes, no período de outubro/2006 a janeiro/2007, a partir do qual foram suspensos os procedimentos do citado Convênio tendo em vista que aquela empresa ficou incumbida de proceder ao inventário dos seus bens conforme o que determinou o Decreto nº 6.018, de 22/01/2007, que regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22/01/2007, dispondo sobre o término do processo de liquidação e a extinção da RFFSA.

Em 04/07/2007 a ANTT encaminhou à extinta RFFSA para manifestação, a minuta do Termo de Encerramento e Quitação do Convênio. Aguarda-se resposta do Inventariante da extinta RFFSA.

1.8.1.2.1. Inspeções Programadas

Foram realizadas, no decorrer do ano de 2007, 25 inspeções.

1.8.1.2.2. Inspeções Eventuais

Conforme o estabelecido no Título II, da Resolução nº 044/ANTT, a inspeção eventual nos ativos operacionais ocorre esporadicamente. Essas inspeções totalizaram o número de 26.

1.8.1.2.3. Notificações

No período de janeiro a dezembro de 2007, foram expedidas 46 notificações às Concessionárias, como consequência das inspeções dos seus ativos ferroviários.

1.8.1.2.4. Multa

Não foram aplicadas multas no ano de 2007.

1.8.1.3. Trens Turísticos e Culturais

No decorrer do 1º e 2º semestres de 2007 foram autorizados pela ANTT, 13 serviços de trens turísticos e comemorativos.

1.8.1.4. Inspeção de Atendimento a Clientes e Implantação de Regulamentos

1.8.1.4.1. Inspeções Programadas

No ano de 2007, ocorreram 17 inspeções programadas.

1.8.1.4.2. Inspeção Eventual

Foram realizadas durante o ano de 2007, 9 inspeções eventuais.

1.8.1.4.3. Notificações

No período de janeiro a dezembro de 2007, a ANTT expediu 15 notificações relativas à inspeção de atendimento a clientes e implantação de regulamentos.

1.8.1.4.4. Advertência

No exercício de 2007, foram aplicadas 4 penalidades de advertência às Concessionárias Ferrovias Bandeirantes S.A. – FERROBAN, América Latina Logística do Brasil S.A. – ALL, Ferrovia Novoeste S.A. – NOVOESTE, tendo em vista que as referidas empresas não realizaram o encaminhamento de dados, visando à atualização do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário – SAFF e do Sistema de Acompanhamento do Desempenho das Concessionárias de Serviços Públicos de Transportes Ferroviários – SIADE, conforme disposto nos respectivos Contratos de Concessão.

1.8.1.4.5. Multa

Não foram aplicadas multas neste exercício.

1.8.2. Atividades de Acompanhamento e Regulamentação das Concessões Ferroviárias

1.8.2.1. Estabelecimento de Novas Metas Contratuais

No 2º semestre do ano de 2007 foi dado início às negociações para a pactuação das Metas de Produção e Segurança para o quinquênio 2008 – 2012 das seguintes concessionárias: América Latina Logística – ALL; Ferrovia Norte Brasil – FERRONORTE; Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM; Estrada de Ferro Carajás – EFC; Ferrovia Centro Atlântica – FCA; Ferrovia Tereza Cristina – FTC; e MRS Logística S.A.

1.8.2.2. Acompanhamento dos Planos trienais de Investimentos

As Concessionárias de Transportes Ferroviário de Cargas enviaram a ANTT, no ano de 2007, os Planos Trienais de Investimentos para os anos de 2007/2009, de acordo com art. 4º, do Título X da Resolução Nº. 44, de 4 de julho de 2002.

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	TRIÊNIO
Ferrovia NOVOESTE S.A.	56.460,90	57.872,40	60.766,10	175.099,40
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	113.594,00	113.594,00	113.594,00	340.782,00
MRS Logística S.A.	539.218,00	842.358,00	679.364,00	2.060.940,00
Ferrovia Tereza Cristina S.A.	4.314,00	7.503,00	8.205,00	20.022,00
América Latina Logística do Brasil S.A.	230.270,20	236.026,80	247.828,20	714.125,20
Companhia Ferroviária do Nordeste	388.721,00	985.415,00	1.208.954,00	2.583.089,00
Estrada de Ferro Vitória a Minas	333.309,00	424.900,00	339.627,00	1.097.836,00
Estrada de Ferro Carajás	815.979,00	563.592,00	231.453,00	1.611.024,00
Ferrovias Bandeirantes S.A.	116.407,40	118.940,50	123.303,80	358.651,70
Ferrovia Paraná S.A.	21.044,90	36.328,30	25.428,40	82.801,60
FERRONORTE S.A. - Ferrovias Norte Brasil	66.981,20	68.613,70	71.869,00	207.463,90
Estrada de Ferro Norte Sul	538.739,06	1.331.300,00	631.260,94	2.501.300,00
TOTAL	3.225.038,66	4.786.443,70	3.741.653,44	11.753.134,80

1.8.2.3. Regulamentação Complementar

No ano de 2007 foram efetuados trabalhos correspondentes à adequação dos instrumentos regulamentares e normativos, complementares ao Regulamento dos Transportes Ferroviários - RTF, sem alteração de seu conteúdo.

1.8.2.3.1. Audiência Pública

No ano de 2007 foram realizadas 04 Audiências Públicas, na modalidade Intercâmbio Documental:

- AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 053/2007 - Proposta de Resolução que altera a Resolução 359, de 26 de novembro de 2003, que regulamenta o transporte ferroviário de passageiros com finalidade turística para acrescentar a exigência de que as autorizatárias desse serviço mantenham apólice de seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 061/2007 - Proposta de Resolução que dispõe sobre o SAFF – Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário, o CAFEN – Cadastro Ferroviário Nacional, o RIF – Registro de Informações de Fiscalização e o SIADE - Sistema de Acompanhamento do Desempenho das Concessionárias de Serviços Públicos de Transportes Ferroviários, e demais providências.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 067/2007 - Proposta de Resolução que estabelece critérios e procedimentos sobre a exploração da faixa de domínio, vinculada à prestação dos serviços públicos federais de transportes ferroviários.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 074/2007 - Proposta de Resolução que estabelece procedimentos a serem seguidos pelas concessionárias de serviços públicos de transporte ferroviário de cargas na obtenção de autorização da ANTT para execução de obras na malha objeto da Concessão.'

1.8.2.3.2. Publicação de Instrumento Normativo

Complementar por intermédio da Resolução:

Em 2007 foram publicadas a seguintes Resoluções:

- Resolução nº 2.030, de 23/05/07 – Aplicação do Estatuto do Idoso no transporte ferroviário de passageiros.
- Resolução nº 2.305, de 26/09/07 – Contratação de seguro referente ao transporte ferroviário de passageiros eventual.
- Resolução nº 2.502, de 19/12/2007 – Referente aos sistemas de acompanhamento do transporte ferroviário – SAFF, RIF e SIADE.

1.8.2.4. Usuário Dependente

1.8.2.4.1. Concessão e Alteração do registro pela ANTT, como Usuário Dependente

Foram concedidos 3 novos registros de usuário com elevado grau de dependência às empresas Araçatuba Logística Ltda., Belgo Siderurgia S.A. e Cargill Agrícola S.A. e alterados outros 8 registros.

1.8.3. Regulação Econômico-Financeira

1.8.3.1. Operação de Reestruturação Societária

Foram encaminhados 12 processos contendo solicitações de reestruturação societária no ano de 2007. Os assuntos abordados trataram de análises de transferência acionária, reestruturação societária, dentre outros.

1.8.3.2. Alteração de Estatuto, Contrato Social e Acordo de Acionistas

Durante o ano de 2007, um total de 16 processos referentes a alteração de estatuto, contrato social e acordo de acionistas foi submetido à análise da ANTT.

1.8.3.3. Reajustes Tarifários

Objetiva promover os reajustes para restaurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ferroviários.

a) Ferrovia Novoeste S/A

O processo de reajuste nº 50500.000101/2002-98 referente a 2002, não foi concluído até o final do exercício em função de pendências relativas a certidões fiscais.

b) Ferrovia Tereza Cristina S/A – FTC

O processo nº 50500.002476/2005-77 encontra-se sobrestado pela falta de apresentação de Certidões Negativas.

c) Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN

Em 19/03/07 o processo foi autuado a partir da Carta nº CEX-DIRCORCFN-01/07, de 05/02/07. Foram feitas consultas sobre a regularidade fiscal da Concessionária, que informou existirem pendências em relação ao envio de certidões. Em 13/11/07 foi enviado Ofício à CFN, concedendo prazo até 23/11/07 para o envio de documentos pendentes. Após essa data, o processo, bem como outros que dependem da comprovação de regularidade contratual, serão encerrados.

d) MRS Logística S/A

O reajuste foi aprovado por meio da Resolução nº 1932/07.

e) América Latina Logística do Brasil S/A – ALL

O reajuste não foi aprovado no exercício de 2007 em virtude de certidões ainda pendentes.

f) Estrada de Ferro Vitória Minas e Estrada de Ferro Carajás

Em 22/06/2007 foram recebidas as Cartas nº 320 e 321/GEACA/07, de 15/06/07, da CVRD, solicitando providências necessárias para que sejam reajustadas, a partir de 01 de julho de 2007 as tarifas de referências das EFVM e EFC. O processo de reajuste não foi concluído até o final do exercício em função de pendências relativas a certidões fiscais.

g) Ferrovia Paraná S/A – FERROPAR

Em dezembro de 2006 a FERROESTE reassumiu a concessão da FERROPAR após a decretação de falência da FERROPAR e até o momento não requereu o reajuste das tarifas de referência.

h) Ferrovia Norte Brasil S/A – FERRONORTE

A FERRONORTE não possui tabela tarifária de referência, cuja elaboração está sendo objeto de estudo da ANTT.

1.8.3.4. Estudos Econômicos de Impacto e de Viabilidade de Ferrovias

Estudos desenvolvidos para determinar a viabilidade de um projeto de Concessão Ferroviária e mudanças e/ou fatos que causem um impacto em uma Ferrovia existente.

a) Ferroanel de São Paulo

Em 05/02 foi recebido o Ofício nº 27/2006/ASSEC/MP, de 25/01/07 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - solicitando atendimento, a fim de complementar os dados necessários à análise do Projeto Ferroanel de São Paulo. Em 07/02 foi elaborado despacho, em atendimento ao Ofício nº 27/2007/ASSEC/MP, que encaminhou o CD "EFVM - TARIFAS" contendo os arquivos "CVRD Tabelas Tarifárias.xls", "Pilha EFVM 2004.xls" e "Pilha EFVM 2005.xls".

b) Ligação ferroviária por trem de alta velocidade - TAV RJ/SP

Solicitação formulada pelo Despacho de 22.03.06 do Diretor do Departamento de Outorgas do Ministério dos Transportes - Processo MT nº 50000.010436/2006-89 Em 18/01 foi recebido o Memorando, solicitando a análise dos documentos enviados em CD-ROM pela VALEC, contendo as análises macroeconômica e microeconômica da demanda e análise financeira do projeto do TAV RJ-SP, visando edição do Plano de Outorgas e Edital. Em 25/04/2007 - TCU aprova trem-bala para interligar RJ e SP.

c) Projeto de expansão da ferrovia Norte-Sul

Em fevereiro foi recebido o Memorando, encaminhando cópia do Acórdão nº 102/2007-TCU, que determina providências quanto à Avaliação Econômico-Financeira da Ferrovia Norte-Sul e quanto ao Edital de Subconcessão. Em fevereiro foi recebido o processo nº 50500.059305/2006-69, solicitando análise sobre o atendimento aos quesitos da Nota Técnica nº 085. Em março foi enviado e prontamente respondido, um ofício à Valec, solicitando o envio de informações sobre a avaliação econômico-financeira da Ferrovia Norte-Sul.

d) Cisão FERROBAN em prol da FCA

Em 11/04/2007 foi recebido o processo nº 50500.027033/2006-38, que trata da elaboração de novo instrumento de outorga para a FCA. Foi solicitada a análise sobre a questão dos valores de concessão referentes à cisão da malha da FERROBAN, que serão assumidos pela FCA.

1.8.4. Outras Realizações

A ANTT, durante o ano de 2007, no que concerne o transporte ferroviário, realizou diversas atividades, destacando-se as relacionadas a seguir:

- Integrou a Comissão designada mediante Portaria nº 96, de 10/04/2007, do Diretor – Geral da ANTT, para indicar as providências e medidas a serem adotadas em face das novas atribuições conferidas à ANTT, por força da Medida Provisória nº. 353/07, Convertida na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, e do Decreto nº. 6.018/07, especialmente no tocante às suas atribuições referentes ao término do processo de liquidação e da extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. Em 10/07/2007 foi apresentado o Relatório Final recomendando, dentre diversas ações necessárias, a necessidade de reforço funcional/criação de unidade com dedicação exclusiva ao assunto.
- Acompanhamento e análise de relatórios sobre o estudo de demanda do transporte ferroviário de cargas no Brasil.
- **EFC**
 - Análise do programa de investimentos para 100 MTA a partir da formação de trens com 3 locomotivas e 312 vagões, incluindo projeto de ampliação de 48 postos de cruzamento, dando seguimento ao assunto iniciado em período anterior;
Encaminhado para aprovação da Diretoria a ampliação de diversos pátios e de terminais de Marabá e da Pêra de Carajás.
- **Porto de Itaqui**
 - Formalização de acordo entre VALEC, DNIT, ANTAQ e MT com o objetivo de garantir o escoamento da produção prevista em decorrência do processo de subconcessão da Estrada de Ferro Norte-Sul da VALEC.
- **CVRD**
 - Estrada de Ferro Vitória a Minas – processo de autorização do projeto de ampliação do Pátio Ferroviário de Drumond (Nova Era/MG), cujo objetivo é ampliar a capacidade do pátio na recepção do minério de ferro;
 - Estrada de Ferro Vitória a Minas – ampliação dos Pátios de Recepção, Formação e Classificação localizados dentro do Porto de Tubarão/ES e do Pátio Intermediário localizado dentro do complexo portuário de Tubarão/ES.
- **FNS**
 - Análise do processo de sub-concessão elaborado pela VALEC.
- **FCA**
 - Análise do pleito da Concessionária de supressão de serviços ferroviário de cargas no ramal sul de Uberlândia; no ramal Itaú de Minas a Ibiagópolis; na Linha Mineira, conforme encontra-se tratado no âmbito da minuta do termo de Ajuste de Conduto – TAC em elaboração, e no ramal ferroviário da Fazenda União em Casemiro de Abreu/RJ;
 - Autorização de implantação de Terminal Intermodal em Brasília/DF (AWB Brasil) e Terminal Intermodal em Patrocínio/MG (AWB Brasil).

- **MRS**

- Acompanhamento e análise do relatório de avaliação contratado pelo BNDES para o projeto do Ferroanel de São Paulo e segregação das linhas de passageiros e cargas na RMSP;
- Análise do projeto da correia transportadora a ser instalada no antigo sistema funicular da Serra de Santos, atualmente operado pelo sistema cremalheira;
- Análise e regularização de diversos projetos associados geradores de receitas alternativas (receitas de aluguéis de áreas arrendadas, travessias, publicidades, etc) e;
- Autorização para a implantação do TEVAL – Terminal do Valongo, junto ao Porto de Santos.

- **CFN**

- Viagens de inspeção local das obras da Ferrovia Transnordestina no trecho Missão Velha – Salgueiro, com a seguinte situação:
- Encontra-se em implantação os serviços de infra-estrutura no Lote 03 – compreendendo os km 0 a km 30,7, entre Missão Velha e Salgueiro;
- O projeto executivo do trecho Salgueiro – Araripina (Trindade), a cargo do DNIT, já está sendo concluído em conjunto com o Governo do Estado de Pernambuco. O projeto será encaminhado para a CFN, a qual os remeterá para a análise da ANTT;
- Os demais trechos de projeto executivo estão sendo elaborados pelas empresa Enefer e Concremat, contratadas pela CFN:

Quanto aos serviços em execução no Lote 3, estes encontram-se em um bom nível de qualidade e acabamento. Foi concluída a contratação dos Lotes 1 e 2, que complementam o trecho Missão Velha – Salgueiro, porém ainda não tiveram suas obras iniciadas, imputando, assim, um significativo atraso no cronograma das obras.

Alega a CFN que este atraso se deve ao fato de que o Lote 1 está pendente de autorização do IBAMA e o Lote 2 de conclusão das desapropriações.

- Análise e autorização para que a CFN explore os Terminais Intermodais de SUAPE/PE e PECÉM/CE.
- Início das obras de recuperação da Linha Sul trecho Cabo – Propriá, visando o restabelecimento da ligação com a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. interrompida devida a ocorrência de fortes chuvas na referida região.

- **TREM DE ALTA VELOCIDADE ENTRE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO.**

- Participação no Grupo de Trabalho para a definição do projeto e em diversas reuniões junto a Casa Civil que resultaram na necessidade de contratação de novos estudos por parte do BNDES;

- Elaboração do Plano de Outorga, conforme solicitado pelo MT, cuja evolução foi descontinuada em função dos estudos a serem contratados pelo BNDES; e
 - Análise e manifestação acerca da minuta do Termo de Cessão dos estudos da ITALPLAN, conforme proposto pelo BNDES.
- **ALL**
 - Estudos preliminares junto a Casa Civil para implementação do projeto relativo a variante Guarapuava – Ipiranga, e
 - Em análise a proposta de implantação de terminal intermodal próximo ao Porto de Paranaguá.
 - **FERRONORTE**
 - Prolongamento da FERRONORTE até Rondonópolis.
Concluída a análise do projeto apresentado e da modelagem proposta pela Concessionária para a execução das obras.
 - **FERROPAR/FERROESTE**
 - Concluída a análise técnica-econômica sobre a viabilidade da subconcessão.
 - **FTC**
 - Acompanhamento do inventário elaborado pela extinta RFFSA e o DNIT.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Considerações Gerais

O tópico Gestão Orçamentária da ANTT relativa ao exercício de 2007 é apresentado em forma de relatório demonstrativo do desempenho orçamentário da Autarquia, especificando os níveis atingidos pela execução, na consecução dos objetivos das ações previstas no Programa de Trabalho, aprovado para o exercício de 2007, pela Lei nº 11.451, de 07 de fevereiro de 2007 (LOA). Os créditos autorizados LOA/2007 proporcionaram o desenvolvimento das ações da ANTT no referido exercício, direcionado à obtenção das metas estabelecidas na programação.

O desenvolvimento das ações pode ser observado na execução orçamentária efetivada por meio do Plano de Ação - 2007, atribuído a cada Centro de Gestão, onde foram determinadas as diretrizes e responsabilidades, bem como, os limites para

empenho estabelecidos inicialmente na Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, permitindo a utilização de 1/12 dos valores propostos no projeto de lei orçamentária para o exercício. Posteriormente, após a publicação da LOA-2007 foi editado o Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007. Este Decreto de programação é o amparo legal para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP efetue a disponibilização dos limites orçamentários e o Ministério da Fazenda - MF, dos limites financeiros, aos órgãos do Poder Executivo, e por conseguinte, o Ministério dos Transportes efetue a distribuição de seus limites às unidades sob sua supervisão, onde a ANTT está incluída. Finalmente, foi editada a Lei nº 11.477, de 29 de maio de 2007, estabelecendo limites para utilização de diárias e passagens no decorrer do exercício.

Com o orçamento aprovado e a programação orçamentária e financeira estabelecida, a Autarquia passou a colocar em prática a execução de seu Plano de Ação - 2007. O citado Plano de Ação é um instrumento de planejamento apoiado na gestão por objetivos ou produtos, no qual são estabelecidos, a partir dos programas apresentados na proposta orçamentária, o cronograma de trabalho por ação, os gestores responsáveis e os limites de recursos alocados, cujo somatório das ações reflete exatamente o valor do Orçamento da Entidade, permitindo assim o cumprimento das metas traçadas no "Programa de Trabalho" aprovado na Lei Orçamentária Anual, no montante inicial de R\$ 136.659.964,00.

A execução desse orçamento publicado ocorreu baseada no desenvolvimento da programação estabelecida no Plano de Ação – 2007, adotando-se as medidas necessárias para a utilização deste instrumento de planejamento na gestão, acompanhamento e avaliação da referida execução, cuja orientação buscou cumprir as metas e objetivos traçados por cada Centro de Gestão e aprovados pela Direção da Instituição.

No decorrer da execução orçamentária, os procedimentos de acompanhamento e avaliação daquilo que estava sendo desenvolvido, tornaram-se medidas vitais para o realinhamento do orçamento e correção de eventuais distorções, assim, a equipe técnica atuou buscando identificar continuamente, situações que suscitasse referidas correções e/ou ajustamentos. Identificadas então essas necessidades surgidas no decorrer do exercício financeiro, através das análises efetuadas, foram adotadas as providências

necessárias em cada caso, para que em tempo hábil, fossem procedidas as correções e/ou os ajustamentos identificados anteriormente.

Como resultado das análises efetuadas, foram elaborados e encaminhados ao Ministério dos Transportes diversos pleitos para ajustamento e correção orçamentária. Assim considerando os aportes e cancelamentos operacionalizados, bem como os contingenciamentos impostos, o orçamento da ANTT atingiu ao final do exercício o montante de R\$ 138.659.964,00.

2.2. Proposta Orçamentária - Retrospectiva

Através do Ofício nº 029/2006-SUPLA/ANTT foi encaminhada ao Ministério dos Transportes em 26 de maio de 2006, a proposta orçamentária da ANTT para o exercício de 2007, contendo uma estimativa preliminar no montante de R\$ 269.480.000,00, cuja projeção utilizou como base de cálculo os relatórios de execução do exercício anterior, o Plano de Ação projetado para 2007, as expectativas dos Centros de Gestão, a concessão de 7 novos lotes de rodovias, a implantação e manutenção de novos postos de fiscalização e as necessidades de complementação do quadro de pessoal da Agência com o objetivo de concluir sua implementação, dotando-a de suficiência técnico-logística para o cumprimento de todas as suas atribuições, na busca permanente de níveis de excelência em eficácia e eficiência.

Após análises procedidas sobre a proposta orçamentária inicial citada acima, pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes, e pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MP, foram procedidos os ajustamentos julgados necessários, tendo constado no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional, o valor de R\$ 137.059.964,00 como teto estabelecido para o orçamento da ANTT em 2007.

2.3. Orçamento Aprovado – Lei nº. 11.306, de 16/05/2006

Após o exame e os ajustamentos decorrentes das emendas parlamentares sobre o PLO/2007, o Congresso Nacional aprovou e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sancionou a LOA/2007, na qual constou para a ANTT o montante aprovado de

R\$ 136.659.964,00, que foi complementado com crédito extraordinário no montante de R\$ 3.000.000,00 através da medida provisória nº 346 de 22 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto Nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, referente à ação de fiscalização de bens operacionais e gestão dos contratos de arrendamento das malhas ferroviárias da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. Consolidando o montante de R\$ 139.659.964,00.

O programa de trabalho da entidade, aprovado em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2007, relacionou as ações que foram detalhadas por natureza de despesa e fonte, chegando os recursos ao final do exercício ao montante de R\$ 138.659.964,00. Foram destinados às atividades meio R\$ 27.660.000,00, às atividades finalísticas chegou-se a R\$ 31.630.000,00 e projetos foi dotado com R\$ 1.000.000,00. Quanto aos grupos de despesas os recursos ficaram assim distribuídos: Pessoal e Encargos Sociais - R\$ 74.499.964,00; Benefícios ao Servidor -R\$ 3.870.000,00; Outras Despesas Correntes - R\$ 56.130.000,00; e Investimentos - R\$ 4.160.000,00.

2.4. Alterações Orçamentárias Solicitadas

De acordo com as explanações discorridas no item 1.1. - Considerações Gerais, as análises efetuadas durante o acompanhamento da execução orçamentária, suscitaram diversas necessidades de se promover ajustamentos no orçamento aprovado, de forma a permitir a adequação das previsões iniciais à realidade até então conhecida. Sendo assim, foram propostos diversos créditos suplementares, sendo R\$ 10.220.000,00 novos recursos e R\$ 5.391.021,00 recursos de troca de fonte, totalizando o montante de R\$ 15.611.021,00 destinados às demandas a seguir especificadas:

- Crédito Suplementar, tipo 600, controle 519, solicitado em 04/04/2007, no valor global de R\$ 2.500.000,00, destinado a complementar as dotações do programa 0750 – Apoio Administrativo, Ação 2000 – Administração da unidade com despesas de custeio, com o objetivo de permitir, ou ao menos dar suporte as atividades desta Agência e o cumprimento dos contratos já firmados.
- Crédito Suplementar sujeito a autorização legislativa, tipo 120, controle 582, solicitado em 04/04/2007, no valor de R\$ 1.250.000,00, destinado a

complementar a dotação do programa 0750 – Apoio Administrativo, Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica, com o objetivo de suprir a demanda de recursos em decorrência do aumento da força de trabalho ocorrida com o ingresso de novos servidores.

- Crédito Suplementar sujeito a autorização legislativa, tipo 120, controle 547, solicitado em 04/04/2007, nos valores: ☐ R\$ 1.000.000,00, no programa 0224 – Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário, Ação 6266 – Concessão e regulação de rodovias federais, a fim de promover novos estudos para a regulação de rodovias federais, de forma a melhorar as condições de tráfego e a capacidade da prestação do serviço.
☐ R\$ 1.500.000,00, no programa 0224 – Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário Ação 6213 - Concessão e regulação de ferrovias federais, a fim de promover novos estudos que envolvem a demanda de serviço de movimentação de cargas e passageiros, de fluxo e impactos ambientais, com o intuito de revisar e ampliar o atual programa de concessão de ferrovias federais de modo a aumentar a participação da iniciativa privada na operação de trechos.
☐ R\$ 1.500.000,00 no programa 0227 – Serviços de transporte rodoviário, Ação 4922 – Concessão e regulação dos serviços de transporte rodoviário de cargas e interestadual e internacional e de passageiros, a fim de promover estudos que visam subsidiar a identificação e as demandas de serviços de movimentação de cargas e passageiros, estudos de fluxo e o aprimoramento do processo de regulação que possam garantir a eficiência na prestação desse serviço.
☐ R\$ 2.400.000,00 no programa 0225 – Gestão da política de transportes, Ação 2B98 - Estudos para gestão do programa de apoio a agenda de crescimento econômico eqüitativo e sustentável – PACE a fim de promover estudos referentes ao “Plano de Outorgas da 3ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais”, dentre outros.
- Também, na mesma data, acompanhou as solicitações acima referidas, o Crédito Suplementar de troca de fonte 174, tipo 600, controle 161, nos valores de:

- ☐ R\$ 2.391.021,00 destinados a corrigir a fonte da dotação do programa 0227 – Serviços de Transporte Rodoviário, Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.
- ☐ R\$ 3.000.000,00 destinados a corrigir a fonte da dotação do programa 0227 – Serviços de Transporte Rodoviário, Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas.
- Também em 04 de setembro de 2007 foi encaminhado ao Ministério dos Transportes, por meio do Ofício nº 089/SUPLA/ANTT, solicitação de Crédito Suplementar, tipo 101, controle nº 2504, no valor de R\$ 70.000,00 no programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões, com vistas a atender a nova demanda de gastos, incorporados à folha de pagamento de aposentados e pensionistas a expectativa de crescimento até o final do exercício.

2.5. Movimentações Aprovadas

- Portaria Interministerial nº 11 de 09 de abril de 2007. Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes/ANTT, crédito suplementar no valor (ANTT) de R\$ 5.391.021,00 destinados a corrigir a fonte 174 da dotação do programa 0227 – Serviços de Transporte Rodoviário, Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e do programa 0227 – Serviços de Transporte Rodoviário, Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas foi realizada a troca no programa 0750 – Apoio Administrativo, Ação 2000 – Administração da unidade com os recursos de pessoal.
- Decreto nº 2739 de 25/10/2007 – Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes/ANTT, crédito suplementar no valor (ANTT) de R\$ 70.000,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, no que concerne a Pessoal e Encargos Sociais, visando atender a ação “Pagamento de Aposentadorias e Pensões”, cujo incremento de novas publicações, evidencia a necessidade de se

reforçar a dotação existente, objetivando atender a folha de pagamento até o final do exercício. Foi oferecida contrapartida no programa 0750 – Apoio Administrativo, Ação 2000 – Administração da unidade com recursos de pessoal.

- Decreto nº 3544 de 19/11/2007 - Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União da ANTT, em favor do Ministério dos Transportes, crédito de cancelamento no valor de R\$ 1.000.000,00, para reforço das dotações do MT.

Cabe ressaltar que as alterações ocorridas no orçamento da ANTT durante o exercício de 2007, foram provocadas a partir do acompanhamento e avaliações efetuadas permanentemente no Plano de Ação interno, tendo, em decorrência dos ajustamentos, o plano sido revisado e conseqüentemente as propostas modificadas. Essas modificações sempre foram elaboradas e direcionadas visando a obtenção de disponibilidade orçamentária suficiente, a ponto de garantir o desenvolvimento de todas as ações a cargo da Agência, proporcionando o atingimento das metas estabelecidas e visando a eficiência, eficácia e efetividade no emprego dos recursos públicos.

2.6. Análise do Desempenho Orçamentário

O quadro a seguir, apresenta de forma ilustrativa, o resumo do desempenho orçamentário da ANTT no exercício de 2007, evoluindo da sua proposta orçamentária inicial, passando pelas fases intermediárias até a posição global de execução:

(R\$ 1,00)

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2007	
1. Proposta Inicial (Pré Proposta)	269.480.000
2. Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional	137.059.964
3. Orçamento aprovado Lei 11.451, 07/02/07	136.659.964
4. Crédito Extraordinário (Medida Provisória nº 346, 22/01/07)	3.000.000

5. Fechamento Lei + Créditos 2007 (Orçamento Final)	<u>138.659.964</u>
6. Cota Disponível	134.539.964
7. Executado (20/01/2008)	122.966.095

Conforme o demonstrado acima, o orçamento final da ANTT correspondente aos créditos autorizados, fechou o exercício em R\$ 138.659.964,00, tendo sido disponibilizado por meio das cotas de limite orçamentário o montante de R\$ 134.539.964,00, dos quais foram executados R\$ 122.966.095,00, correspondendo a 88,68% do orçamento final e a 91,40% do limite disponível.

Convém comentar ainda que comparando-se no quadro, os valores correspondentes a "Fechamento Lei + Créditos" e "Cota Disponível", constata-se que houve um contingenciamento de 2,97%, correspondendo ao valor de R\$ 4.120.000,00, sendo este dividido em R\$ 3.060.000,00 de recursos de custeio e R\$ 1.060.000,00 referentes a investimento. Esse montante tornou-se indisponível para utilização durante a liberação das cotas no decorrer do exercício. Grande parte da restrição apontada foi efetuada na fonte de recursos do tesouro nacional, obrigando esta Autarquia a redimensionar recursos de outras fontes, nas quais estão incluídos os recursos próprios, como forma de obter condições de desenvolver seu programa de trabalho.

3. GESTÃO FINANCEIRA

3.1. Receita Própria

Durante o exercício de 2007 a ANTT arrecadou, a título de Receitas Correntes – receitas diretamente arrecadadas o montante de R\$ 29.945.733,01, para uma previsão de R\$ 28.787,151,00, representando um excesso de arrecadação de R\$ 1.158.582,01, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

3.2. Receita Patrimonial

Em 2007, a estimativa aprovada na LOA para recursos oriundos da fonte 0129, foi de R\$ 20.960.214,00 para uma arrecadação de R\$ 20.342.205,00.

Para as receitas provenientes da aplicação de multas pelo descumprimento da legislação que rege os transportes rodoviários interestaduais e internacionais de passageiros e de cargas, ferroviário de cargas e sobre a obrigatoriedade do vale-pedágio - fonte 0174, a previsão foi de R\$ 5.391.021,00, para uma realização de R\$ 12.392.885,00, representando um excesso de arrecadação de R\$ 7.001.864,00.

As fontes 0129 e 0174, por se tratarem de recursos do Tesouro Nacional, tiveram a sua contabilização na Secretaria do Tesouro Nacional – Unidade Gestora 170.0.500, sob o título de Receita Realizada.

3.3. Receita de Serviços

A previsão das “Receitas de Serviços” constante da LOA - 2007 foi de R\$ 28.153.841,00, e os valores arrecadados atingiram o montante de R\$ 29.432.169,09, classificados como fonte 0250, de acordo com o demonstrado no Balanço Orçamentário.

3.4. Outras Receitas Correntes

A previsão de “Outras Receitas Correntes” constante da LOA de 2007 foi de R\$ 633.310,00, para uma arrecadação de R\$ 513.563,92, classificados como fonte 0250, de acordo com o demonstrado no Balanço Orçamentário.

O quadro a seguir demonstra, de forma detalhada, as receitas arrecadadas durante o exercício de 2007:

RECEITAS PRÓPRIAS/TESOURO - 2007
DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS

CONTA	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR ARRECADADO
16001300	Serviços Administrativos	250	771.696,84
16001400	Serviços de Inspeção e Fiscalização	250	28.660.472,25
19192700	Multas e Juros Previstos em Contratos	250	335.942,21
19199900	Outras Multa	250	18.668,03
19220700	Recuperação de Despesas - Exerc. Anteriores	250	26.138,05
19900202	Rec. Onus Sucumbencia Ações Judiciais	250	15.865,27
79220100	Restituições de Convenios	250	116.950,36
SUB-TOTAL 1 - FONTE 250			29.945.733,01
13360000	Outorga dos Serviços de Transp.Rod. Passageiros	129	230,00
13330000	Outorga dos Serviços de Transp.Ferrovialrio Carga	129	20.341.975,00
SUB-TOTAL 2 - FONTE 0129			20.342.205,00
19192600	Multas de Fiscal.s/RNTRC e ANTT - Rod. Carga	174	165.846,00
19192800	Multas Transp.Rod. Interestadual e Internacional Pas.	174	7.410.541,00
19192800	Multas Fisc.Excesso Peso Rod.Concedidas	174	1.541.836,00
19193100	Multas Fisc. Vale-Pedagio Rod. Concedidas	174	3.274.662,00
SUB-TOTAL 3 - FONTE 0174			12.392.885,00
TOTAL GERAL			62.680.823,01

3.5. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário da ANTT apresentou uma previsão de receitas no montante de R\$ 123.275.609,31, incluindo a movimentação financeira do exercício e, uma despesa fixada no valor total geral de R\$ 123.275.609,31.

A execução da despesa atingiu o montante de R\$ 107.581.666,79 sendo: Crédito Orçamentário e Suplementar – Despesas Correntes R\$ 103.995.617,39 e Despesas de Capital R\$ 1.800.097,81 – e, Créditos Extraordinários – Despesas Correntes R\$ 1.785.951,59, de acordo com o demonstrado no Balanço Orçamentário da Agência.

3.6. Situação dos Recursos Disponíveis

Durante o exercício de 2007 foram transferidos a esta Agência, sob o título de "Repasse Recebido", o montante de R\$ 88.717.452,21, distribuídos nas fontes 0100, 0129, 0148, 0174, 1100, de acordo com a seguinte demonstração, cursos recursos destinaram ao atendimento de despesas com pessoal, custeio e investimentos:

DEMONSTRAÇÃO DOS REPASSES RECEBIDOS	
EXERCICIO DE 2007	
FONTE DE RECURSOS	VALOR (R\$)
0100 – Recursos Ordinários	70.678.540,61
0129 – Recursos de Concessões e Permissões	13.379.518,07
0148 – BIRD – Recursos Externos	297.660,40
0174039282 - Multas Op. Transporte Rodoviário	3.348.354,53
0174039301 – Multas Tarifa de Pedágio	921.897,00
1100 001503 – Banco Inter.p/Reconstrução	91.481,60
TOTAL GERAL	88.717.452,21

Além dos mencionados recursos recebidos, ingressaram na Agência, sob o título de Receitas Diretamente Arrecadadas – fonte 0250, o montante de R\$ 29.945.733,01, de acordo com o que consta do Balanço Orçamentário e da demonstração da receita realizada.

Os recursos financeiros recebidos no decorrer do exercício de 2007 atenderam de forma satisfatória o cumprimento da execução dos projetos/atividades previstos no orçamento aprovado para a Unidade.

3.7. Recursos Financeiros Realizáveis

De acordo com o Balanço Patrimonial do exercício encerrado, o grupo do Ativo Financeiro está representado pelos recursos correspondentes a Limites de Saque com Vinculação de Pagamento no valor de R\$ 70.982.272,16 e Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 9.165.085,80.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento está apresentando o saldo não utilizado do exercício de 2007 e anteriores, relativos à receita diretamente arrecadada na fonte de recursos 0250.

3.8. Recursos Exigíveis

O Passivo Financeiro totalizou R\$ 20.887.256,42, sendo que o grupo Obrigações em Circulação está representado basicamente pelas contas de Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados pelos valores de R\$ 652.068,91 e R\$ 16.968.311,96, respectivamente, os quais deverão ser pagos/anulados no decorrer do exercício de 2008.

3.9. Financiamento Externo

Os recursos de financiamento externo alocados no orçamento da ANTT em 2007 foram originários do Contrato de Empréstimo nº 7253-BR - Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE, firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a União.

Para execução do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE, foi criada, no exercício de 2005, a Unidade Gestora – 393044 - Gestão 39250.

Os recursos orçamentários e financeiros executados pelas mencionadas Unidades, estão demonstrados no quadro a seguir:

FINANCIAMENTO EXTERNO

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	CODIGO	FONTE	DOTAÇÃO AUTORIZADA	INGRESSOS	DESPESA LIQUIDADA/PAG A	RESTOS A PAGAR
			A	B	C	D
Assistência Técnica p/ Gestão do PR – Projeto PACE 7253-BR UG 393044	2B98	0148	940.000,00	297.660,40	249.797,26	515.018,80
		1100	160.000,00	91.481,60	51420,42	98.098,82
TOTAL			1.100.000	389.142	301.217,68	613.117,62

Os recursos externos, fontes 0148 e 1100, recebidos no exercício de 2007, na Unidade Gestora 393044 - Gestão 39250, atingiram o montante de R\$ 1.100.00,00, para uma liquidação e pagamento de R\$ 301.217,68 e uma execução de Restos a Pagar no valor de R\$ 613.117,62, conforme demonstrado no quadro anterior.

Com relação ao Projeto BIRD-7253/BR, o órgão responsável pelo pagamento das parcelas de juros, comissão de compromisso e amortização do empréstimo é a Secretaria de Política Econômica – SPE, do Ministério da Fazenda.

4. GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Deu-se destaque no exercício de 2007, à consolidação da estrutura organizacional implantada nas Unidades Regionais desta Agência, aprovada mediante Deliberação nº 285 / 05, de 19 de outubro de 2005, e aperfeiçoada pela Deliberação nº 137 / 06, de 25 de maio de 2006, dotando-as dos recursos humanos e materiais necessários à prestação dos serviços sob a sua responsabilidade.

Dos 116 Postos de Fiscalização / Atendimento subordinados às Unidades Regionais, existentes em 2006, 3 foram extintos em 2007, sendo 2 na Unidade Regional

do Rio Grande do Sul – URRS, denominados Soledade/RS e São Marcos/RS, e um localizado em Corumbá/MS, pertencente à Unidade Regional de São Paulo – URSP. A desmobilização dos dois primeiros Postos foi motivada pela revogação do procedimento licitatório, realizado para a concessão rodoviária do Pólo do Complexo Metropolitano, compreendendo trechos das rodovias federais BR 118 e BR 386, e das rodovias estaduais RS 118 e RS 010, determinante do fluxo incipiente de veículos nos Postos, não justificando a manutenção das estruturas criadas. Quanto à supressão do Posto de Fiscalização/Atendimento de Corumbá, criado com a intenção de coibir o transporte clandestino de passageiros, foi considerado pela URSP como de pequeno movimento, incompatível com a necessidade de manutenção de uma estrutura de fiscalização fixa.

Os esforços foram voltados para a instalação e montagem de sedes adequadas à prestação dos serviços nas Unidades Regionais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Maranhão, dotadas de estações de trabalho de moderna concepção, nos moldes existentes na sede da ANTT em Brasília.

No exercício de 2007, foram concluídos 29 processos que têm por objeto a cessão de sala para uso desta Agência nos Terminais Rodoviários onde estão instalados Postos de Fiscalização e Atendimento, fruto de um trabalho sistemático realizado por esta Agência, envolvendo constantes negociações com a Administração dos Terminais, visando à regularização da ocupação dos espaços. Entretanto, as ações empenhadas não só pela administração central como também pelas Unidades Regionais, resultaram na obtenção de êxito em 34% das 85 salas cujo uso necessita ainda de formalização, restando 56 processos em avançado estágio para a sua conclusão.

Merece destaque a contratação de consultoria externa para proceder ao mapeamento de competências desta Agência, cujo projeto foi iniciado em 2007, com conclusão prevista para o ano em curso.

5. GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PATRIMÔNIO

No exercício de 2007, foram implementadas diversas ações na área de Administração Geral, tanto na Sede, quanto nas Unidades Regionais, para garantir o

desenvolvimento das atividades desta ANTT e proporcionar a melhoria das condições de trabalho dos servidores.

No que concerne à adequação das instalações das Unidades Regionais propriamente ditas e dos Postos de Fiscalização/Atendimento, investiu-se na instalação das sedes das Unidades Regionais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Maranhão na formalização de contratos de comodatos para utilização de salas em terminais rodoviários. Promoveu-se a aquisição de bens móveis para dotar as unidades da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, com destaque para as ações detalhadas a seguir, as quais deram suporte às áreas finalísticas desta Agência, contribuindo para o alcance de suas metas.

5.1. Processos de Aquisição e Contratação de Serviços

Para atender demandas das diversas unidades organizacionais foram autuados pela área de Administração Geral 167 processos administrativos, visando à aquisição de materiais/equipamentos e contratação de serviços, os quais envolveram a elaboração de 48 Termos de Referência. Destaca-se, dentre outros processos, a aquisição de mobiliários e arquivos deslizantes para estruturação das Unidades Regionais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará; máquinas fotográficas e uniformes para os serviços de fiscalização; circuito interno de TV e sistema eletrônico de controle de acesso e frequência para o Ed. Sede; contratação de serviços de locação eventual e de manutenção de veículos.

5.2. Instalações (Estruturação Física e Manutenção)

Foi realizada adequação do layout do 13º e 7º pavimentos do Edifício Sede da ANTT, com instalação e remanejamento de estações de trabalho e divisórias, colocação de vidros, instalação de porta de vidro no corredor, instalação de duto de ar condicionado.

Foram realizados inúmeros serviços de conservação das instalações, dentre outros: lavagem da fachada externa do prédio e das caixas d'água; recargas dos extintores de incêndio; recuperação do teto do 1º andar; substituição do gesso do corredor do 12º

andar; pinturas de salas; colocação de dreno no sistema de incêndio, bem como outros sob a responsabilidade da Locadora, como colocação de manta de impermeabilização na laje do 2º andar e no terraço do edifício; recuperação do piso do 3º subsolo; e desvio de captação de águas pluviais, com a recuperação de caixa de passagem de águas pluviais, visando à manutenção geral das instalações, compatível com as necessidades desta Agência.

No prédio ocupado pela Agência no Setor de Indústrias Gráficas, foram locados mais 2 andares, visando à transferência de equipes sediadas no Edifício-Sede, responsáveis pelo cálculo de multas aplicadas na execução da fiscalização do transporte de passageiros e de cargas, e realizados serviços de manutenção das instalações já ocupadas.

Na sala utilizada pela Agência no Terminal Rodoviário do Plano Piloto foram executados serviços de substituição da fiação elétrica e de reforma do banheiro.

Durante o exercício de 2007, foram abertas 636 Ordens de Serviços para execução de serviços de manutenção das instalações elétricas, hidráulicas e conserto de mobiliários, no Edifício Sede, SIG e Rodoviária do Plano Piloto.

Com a implantação dos serviços de Brigada de Incêndio, foi promovida palestra sobre "Sintonia entre os Servidores e a Brigada de Incêndio", no auditório do Edifício Sede da ANTT, direcionada a todos os servidores e prestadores de serviço, com o objetivo de conscientizar sobre a prevenção de acidentes, esclarecendo as funções e os serviços disponíveis pela Brigada de Incêndio, para motivar a aproximação entre os servidores e brigadistas.

5.3. Patrimônio

Desenvolveu-se em 2007, o trabalho de cadastramento, tombamento e emissão de Termos de Responsabilidade de 1.958 bens adquiridos e recebidos em doação, para a Sede, Unidades Regionais e Postos de Fiscalização/Atendimento, totalizando, na data de 31.12.2007, 14.202 itens patrimonizados, fechados com o SIAFI, com o valor global de R\$16.634.081,04.

Foram incorporados ao Patrimônio da Agência, 7 veículos modelo Blazer, adquiridos no final do exercício de 2006, para atendimento aos serviços de fiscalização, com o cadastramento, tombamento e emissão dos Termos de Responsabilidade, como também 16 automóveis e 1 ônibus Scania, dos 23 automóveis e 2 ônibus Scania, recebidos em 2006, por ato de destinação da Secretaria de Receita Federal/DRF em Foz de Iguaçu/PR. Deste total, encontram-se ainda, em fase de regularização, 7 automóveis e 1 ônibus, para posterior incorporação.

Além dos bens citados, a ANTT recebeu 74 bens da ECOSUL, instalados no Posto de Fiscalização e Atendimento de Pelotas/RS; 171 bens da Nova Dutra, instalados nos Posto de Fiscalização e Atendimento de Roseira, nas Balanças Fixas em Guararema e Queluz, e no Posto de Fiscalização/Atendimento de Seropédica, nas Balanças Fixas em Paracambi e Resende/RJ.

Foram adquiridos mobiliários (estações de trabalho, mesas, armários, gaveteiros) para a estruturação das sedes das Unidades Regionais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará, bem como 94 câmaras fotográficas digitais, para utilização nos serviços de fiscalização, os quais estão no aguardo do recebimento definitivo, para a incorporação ao Patrimônio da Agência.

Novo contrato de seguro multirisco foi firmado em 2007, para garantir os bens patrimoniais e materiais de consumo da ANTT, Sede e Unidades Regionais.

Ministrou-se treinamento a alguns servidores da Unidade Regional de Minas Gerais, com o objetivo de acesso ao sistema SIADS, de forma a permitir transferências patrimoniais entre os postos e a Unidade.

No ano de 2007 foi aprovada a Revisão – 01 da NA/006-03/SUADM, que trata da administração e controle dos bens patrimoniais da ANTT, incorporando procedimentos para o aprimoramento do controle dos bens patrimoniais. Além dessa medida, contratou-se o fornecimento de um sistema de circuito fechado de TV (CFTV), com implantação prevista para o decorrer do mês de janeiro/2008, e equipamento para o controle de acesso às instalações do Edifício-Sede da Agência, com montagem agendada para fevereiro de 2008.

Dessa forma, pretende-se evitar a ocorrência de ações danosas à integridade dos recursos humanos e materiais desta Agência.

5.4. Transporte

Após os procedimentos licitatórios foram celebrados os contratos de locação de veículos para dar suporte à fiscalização e atendimento a outras demandas eventuais de transporte, em todo o território nacional, bem como de execução dos serviços de manutenção/reparos dos veículos da Sede, para vigorarem a partir de janeiro de 2007. Renovou-se o contrato de fornecimento de combustível e óleo lubrificante para abastecimento dos veículos próprios e locados pela ANTT.

Foram regularizados 16 automóveis e 1 ônibus Scania, dos 23 automóveis e 2 ônibus recebidos, por ato de destinação da Secretaria de Receita Federal/DRF de Foz de Iguaçu/PR, em 2006, envolvendo baixa de gravame e transferência de propriedade junto ao DETRAN/DF.

Foram atendidas 6.552 requisições de veículos, sendo que deste total 6.178, correspondente a 94,30%, foram feitas com veículos da frota própria da ANTT e 374, equivalente a 5,7%, atendidas mediante utilização do contrato de locação de veículo para uso eventual da Agência, havendo um acréscimo de 30% na demanda de veículos em comparação com o exercício de 2006, sem alteração na estrutura funcional existente.

Foi firmado novo contrato de seguro de todos os veículos de propriedade da Agência.

5.5. Aquisição de Passagens

No exercício de 2007, a Agência adquiriu 6.280 bilhetes de passagens, totalizando R\$1.831.115,17, sendo 4.893 bilhetes, no valor de R\$ 1.577.650,37, referentes às passagens aéreas nacionais, correspondente a 77,91% do total de passagens emitidas, conforme discriminado no quadro abaixo:

DESPESAS COM PASSAGENS – 2007

TIPO	QTD. BILHETES	VALOR R\$	% PARTIC.	
			QTD	VALOR
AÉREA NACIONAL	4.893	1.577.650,37	77,91	86,16
AÉREA INTERNACIONAL	211	190.281,93	3,36	10,39
TERRESTRE	1.176	63.182,87	18,73	3,45
TOTAL	6.280	1.831.115,17	100,00	100,00

Os bilhetes de passagens via terrestre são utilizados, principalmente, no deslocamento dos servidores que desempenham as suas atribuições em fiscalização/comando em rodovias, especialmente aqueles do setor de supervisão e controle do transporte de passageiros.

5.6. Telefonia

Acompanhando os avanços tecnológicos na área de telecomunicações, mediante participação em conferências, feiras e apresentações de empresas, foi firmado novo contrato de serviços de telefonia móvel, com acesso à rede de dados ou ao serviço de rádio comunicação, de forma a melhorar e facilitar a comunicação necessária à execução das atividades regimentais da Agência.

Procedeu-se a instalação de sistema de telefonia fixa, contratado no final do exercício de 2006, em todos os postos de fiscalização/atendimento, totalizando 223 linhas diretas, bem como foram instalados troncos digitais com discagem direta a ramal (DDR) nas Unidades Regionais de São Paulo e Rio de Janeiro, melhorando a qualidade da comunicação interna e externa.

Foram realizadas instalações de cabeamento estruturado e rede elétrica estabilizada nas novas instalações das Unidades Regionais de São Paulo, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Elaborados os respectivos Termos de Referência para a contratação dos serviços de telefonia móvel, aquisição de centrais telefônicas e serviços de cabeamento estruturado e rede elétrica estabilizada.

5.7. Almoxarifado

Procedeu-se a reorganização dos materiais em estoque, com a ampliação do número de estantes para armazenagem, de acordo com as suas características e

quantidades, bem como foi elaborado o novo calendário de atendimento de requisições para o exercício de 2008.

Foram desenvolvidas as atividades de previsão, emissão de pedido de aquisição, recebimento, cadastramento no sistema, atualização do catálogo de materiais em estoque, divulgado na Intranet, análise e atendimento de requisições emitidas por todas as Unidades Organizacionais da Agência, distribuição, emissão de relatórios mensais (RMA), e controle do material de consumo em estoque.

Em 31/12/2007 o Almoxarifado apresentava um saldo de material de consumo correspondente a R\$ 417.863,45.

6. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

6.1. Provimento e Vacância

A Lei nº. 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, posteriormente, alterada pela Lei nº. 11.292, de 26 de abril de 2006, prevê 1705 vagas para o quadro de pessoal da ANTT, distribuídos pelos cargos de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, Analista Administrativo, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e Técnico Administrativo.

Para prover parte desse quadro, em 2005 foi realizado o primeiro concurso público da ANTT para provimento de um total de 632 vagas autorizadas pelo Ministério do Planejamento, e ao longo desses dois últimos anos, ocorreram, concomitantemente, as nomeações dos candidatos aprovados e classificados dentro de até duas vezes o número de vagas para cada um dos cargos previstos no concurso.

Tendo expirado no ano de 2007 o prazo de validade do primeiro concurso público realizado pela Agência para provimento dos quatro cargos do quadro efetivo, e diante da intensa rotatividade de servidores, motivada pela remuneração dos cargos efetivos, incompatível com a remuneração praticada em algumas categorias do mercado privado e até em outros órgãos e entidades do próprio setor público, de um total de 870 candidatos

nomeados, somente 485 permaneciam em 31/12/2007 em efetivo exercício na ANTT. Este número corresponde a 28,44 % do quadro efetivo autorizado pela Lei nº. 10871/2004 e a 76,74% das vagas autorizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Visando o provimento de vagas já autorizadas e ainda não preenchidas por falta de candidatos aprovados, bem como daquelas abertas em virtude de exonerações/vacância e de novas vagas cuja necessidade foi identificada a partir de estudos realizados e que são imprescindíveis para a otimização dos trabalhos da Agência, foi encaminhado ao Ministério dos Transportes, para submeter à apreciação e autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, projeto de realização de novo concurso público.

Da demanda prevista no projeto encaminhado, contemplando 481 vagas, sendo 126 remanescentes do concurso público realizado em 2005, posição em outubro/2006 e 355 novas vagas, somente foi autorizado o provimento dessas últimas, cuja autorização foi divulgada mediante Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2007.

No projeto foram destinadas vagas para as unidades regionais não consideradas no primeiro concurso público, como é o caso da Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ e Unidade Regional do Maranhão - URMA, que vêm atuando com grande déficit de servidores, notadamente na execução das atividades de fiscalização.

Situação de Vagas

CARGO	TOTAL VAGAS AUTORIZADAS 1º CONCURSO	VAGAS EM 31 DE DEZEMBRO (VACÂNCIA/EXONERAÇÃO)	VAGAS AUTORIZADAS 2º CONCURSO
Especialista em Regulação	145	27	65
Analista Administrativo	37	15	25
Técnico em Regulação	337	81	228
Técnico Administrativo	113	20	37
TOTAL	632	143	355

6.1.1. Curso de Formação

Para os candidatos aprovados no Concurso Público, que ficaram em cadastro de reserva, foi publicado, no DOU de 30/11/2006, o Edital nº. 01 de 28/11/2006 da Coordenadoria Acadêmica de Programas Corporativos (IBMEC/RJ), entidade responsável pelo Curso de Formação de Especialistas em Serviços de Transportes Terrestres, estabelecendo as normas e os procedimentos para matrícula dos candidatos aprovados para o cargo.

O Curso de Formação teve carga horária de 360 horas, tendo iniciado a parte não presencial em 18/12/2006. A parte presencial teve início em 15/01/2007, e foi concluído em março de 2007, com a publicação das nomeações dos 24 candidatos aprovados no curso, em 14 de março do mesmo ano.

6.1.2. Admissões, Desligamentos e Aposentadorias

O quadro abaixo demonstra os ingressos e desligamentos ou vacância ocorridos no exercício de 2007. Comparativamente a 2006, houve acréscimo de 3 comissionados sem vínculo e discreto aumento no número de cargos efetivos.

Quantitativo de Admissões, Desligamentos e Aposentadorias

SITUAÇÃO	EXISTENTES EM 31/12/2006	INGRESSOS EM 2007	DESLIGAMENTOS EM 2007	EXISTENTE EM 31/12/2007
CARGOS EFETIVOS	480	56	51	485
- ANALISTA ADMINISTRATIVO	27	0	6	21
- ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO	99	23	6	116
- TÉCNICO ADMINISTRATIVO	100	15	22	93
- TÉCNICO EM REGULAÇÃO	254	18	17	255
CARGO COMISSIONADO S/ VÍNCULO	182	5	2	185
REQUISITADOS C/ C. COMISSIONADO	124	1	5	120
REQUISITADOS S/ C. COMISSIONADO	4	0	0	4
CONTRATO TEMPORÁRIOS	47	0	47	0
QUADRO ESPECÍFICO	174	0	6	168
QUADRO ESPECÍFICO C/ C. COMISSIONADO	28	1	2	27
PROCURADORES FEDERAIS	16	4	8	12
T O T A L	1055	67	121	1001

6.2. Força de Trabalho

6.2.1. Cargos Comissionados

Em 31 de dezembro de 2007, o quantitativo de cargos comissionados da ANTT era de 335 cargos, tendo havido uma redução no quantitativo dos cargos em relação a 2006, que terminou o ano com 336 cargos providos. A diferença se dá em função das transformações havidas, sem aumento de despesa correspondente, conforme quadro a seguir:

Quantitativo por Cargos Comissionados

CARGO	PREVISTO	PROVIDO	VAGO	VALOR
CD I	1	1	0	10.748,43
CD II	4	4	0	10.211,01
CGE I	9	9	0	9.673,58
CGE II	28	28	0	8.598,74
CGE III	16	16	0	8.061,32
CGE IV	41	41	0	5.374,21
CA I	3	3	0	8.598,74
CA II	9	9	0	8.061,32
CA III	23	23	0	2.418,40
CAS I	33	33	0	2.015,34
CAS II	42	42	0	1.746,63
CCT I	28	28	0	702,14
CCT II	22	22	0	792,97
CCT III	21	21	0	899,51
CCT IV	33	33	0	1.493,35
CCT V	22	22	0	2.043,55
TOTAL	335	335	0	

CD - CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO

CGE - CARGOS COMISSIONADOS DE GERÊNCIA EXECUTIVA

CA - CARGOS COMISSIONADOS DE ASSESSORIA

CAS - CARGOS COMISSIONADOS DE ASSISTÊNCIA

CCT - CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS

6.2.2. Servidor Temporário

Seguindo a autorização do Ministério do Planejamento, por meio da Portaria nº 401 de 28/12/2006, publicada no DOU de 29/12/2006, para renovação dos contratos

temporários até 31 de março de 2007, foram encerrados os contratos temporários de 47 profissionais que ainda prestavam serviços na ANTT naquela data.

A continuidade da prestação dos serviços não foi totalmente prejudicada, considerando o encerramento do curso de formação dos Especialistas em Regulação, acontecido, também, em março de 2007, e sua posse nesta Agência.

6.2.3. Servidores por Vínculo

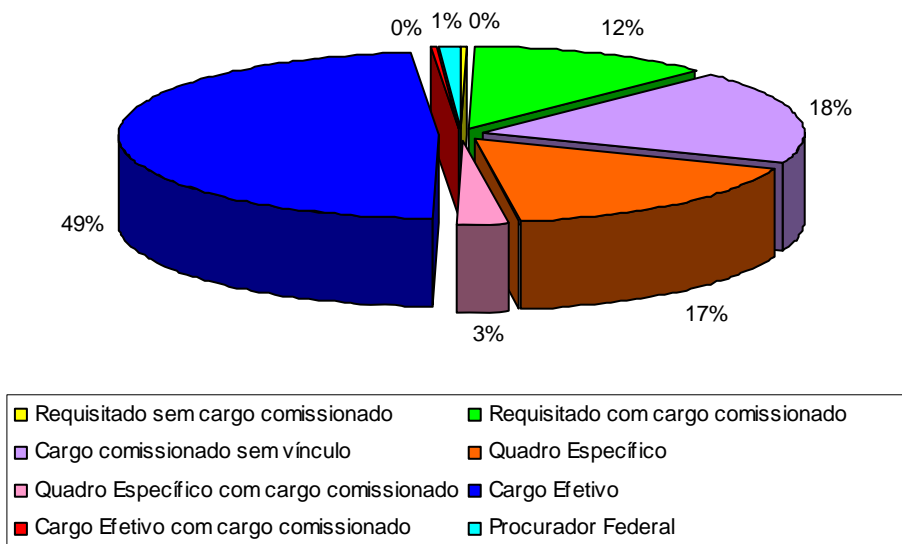
A ANTT contava, em 31 de dezembro de 2007, com 1001 servidores, dos quais, aproximadamente 49% são do quadro efetivo, 18% são cargos comissionados sem vínculo, 20% redistribuídos, que compõem o quadro específico, 12% requisitados e 1% de Procuradores Federais.

Servidores da ANTT

COD.	SITUAÇÃO	QTD.
CE	Cargo Efetivo	482
C	Cargo comissionado sem vínculo	185
QE	Quadro Específico	168
RC	Requisitado com cargo comissionado	120
QEC	Quadro Específico com cargo comissionado	27
PF	Procurador Federal	12
R	Requisitado sem cargo comissionado	4
CE	Cargo Efetivo com cargo comissionado	3
TOTAL		1001

Abaixo, segue a demonstração gráfica da distribuição dos servidores da ANTT.

Gráfico 1



Em dezembro de 2007, a ANTT tinha um total de 20 servidores cedidos a outros órgãos. Destes, 10 são servidores de cargos efetivos e 10 são servidores redistribuídos.

Distribuição dos Servidores Cedidos

ÓRGÃO	QUANTITATIVO
AGU-GO	1
AGU-PB	1
AGU-PRU/SP	2
CÂMARA DOS DEPUTADOS	2
CASA CIVIL	2
MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1
MPT-PRT/RJ	1
MPU 1ª REGIÃO	1
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1
STJ	1
TER-RJ	3
TER-DF	1
TRF	2
TOTAL	20

Em relação ao exercício de 2006, houve uma diminuição no quantitativo de servidores da ANTT, motivado pela eminente rotatividade e evasão de servidores do quadro efetivo, aliado ao desligamento dos servidores temporários, passando o quadro de 1055 para 1001 servidores, com uma redução de 5,11% de 2006 para 2007.

6.2.4. Servidores por Faixa Etária e Sexo

Servidores por Faixa Etária e Sexo

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
DE 18 A 25	24	77	101
DE 25 A 30	77	136	213
DE 30 A 35	36	84	120
DE 35 A 40	30	52	82

DE 40 A 45	15	64	79
DE 45 A 50	30	63	93
DE 50 A 55	37	104	141
DE 55 A 60	17	73	90
ACIMA DE 60	9	73	82
TOTAL GERAL	275	726	1001

6.3. Gastos com Remuneração

No exercício de 2007, a despesa de pessoal, inclusive aquelas decorrentes de reembolso a órgãos e entidades de origem dos servidores e empregados requisitados, importou em R\$ 56.648.519.

6.3.1. Pessoal por Faixa de Remuneração

No quadro a seguir estão demonstradas as remunerações médias dos servidores da ANTT, por situação funcional e nível. Quanto aos servidores e empregados requisitados, a média foi obtida pela soma da remuneração (constituída das parcelas de caráter permanente) percebida no Órgão de origem e da retribuição pelo exercício de cargo comissionado na ANTT, não se considerando o nível de escolaridade.

Remunerações Médias

SITUAÇÃO	REMUNERAÇÃO (R\$)		
	SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO	AUXILIAR
QUADRO ESPECÍFICO	5.205,15	3.141,75	1.816,71
CARGO EM COMISSÃO SEM VÍNCULO	5.114,17	1.125,21	-
REQUISITADOS	5.085,28	1.131,73	-
PESSOAL TEMPORÁRIO*	5.073,70	-	-
CARGO EFETIVO	4.027,46	1.969,64	-

* Ressalte-se que os servidores temporários permaneceram em atividade até 31/03/2007.

6.4. Acompanhamento Funcional

6.4.1. Absenteísmo

No exercício de 2007, 240 servidores ausentaram-se do trabalho por motivos tais como: licenças médicas, faltas injustificadas, licença maternidade/paternidade, nojo, gala, etc., perfazendo o total de 5.605 dias de afastamento.

Absenteísmo

TIPO DE LICENÇA	QUANTITATIVO	DIAS
Suspensão	1	30
Acidente de serviço	1	28
Júri e outros serviços	1	14
Falecimento de familiar	2	16
Doação de sangue	9	9
Doença em pessoa da família	2	4
Atraso ou saída antecipada	1	1
Faltas não justificadas	4	5
Licença para acompanhar cônjuge	1	117
Alistamento eleitoral	1	6
Licença maternidade	6	720
Licenças médicas	211	4655
TOTAL	240	5605

6.4.2. Avaliação de Desempenho do Pessoal do Quadro Específico

Observando os critérios e procedimentos estabelecidos nos termos do Decreto nº. 84.669, de 29 de abril de 1980, foi concedida progressão funcional horizontal e vertical a 16 servidores integrantes do Quadro Específico, com vigência a partir de 1º de setembro de 2007. A concessão da progressão horizontal foi precedida de avaliação de desempenho, contemplando 6 servidores cujo resultado foi considerado superior à média.

6.4.3. Avaliação de Estágio Probatório

O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990) estabelece que o servidor nomeado para ocupar cargo da Administração Pública Federal em decorrência de aprovação em concurso público, deverá ser submetido a estágio probatório com duração de 36 meses, e com base nessa Lei, a ANTT publicou a Resolução nº 1.235 que define, internamente, as regras de avaliação de desempenho do estágio probatório..

A avaliação é feita mediante a atribuição de notas para cada um dos fatores, que podem variar numa escala de 0 a 100 pontos, de modo que, ao final dos 36 meses, o servidor será confirmado no cargo se o resultado da média das três avaliações for igual ou superior a 50 pontos.

No exercício de 2007, deu-se continuidade ao procedimento de avaliação de estágio probatório, incluindo todos os servidores do quadro efetivo da ANTT que completaram 6 e 16 meses de trabalho nesta Agência, visto que os servidores efetivos tomaram posse a partir de outubro de 2005, não tendo ainda completado 29 meses para serem submetidos à terceira avaliação.

A partir de março de 2007, com a implantação de um sistema informatizado, os servidores passaram a ser avaliados com a utilização dessa ferramenta, no intuito de facilitar e agilizar todo o procedimento, inclusive nas Unidades Regionais. O sistema está em constante aprimoramento, sendo incluídas renovações para promover melhorias de acordo com a realidade da Agência e dos usuários, servidores e avaliadores.

6.4.4. Avaliação de Desempenho que Resultará na Concessão de Gratificações

O processo de avaliação para a concessão das gratificações de desempenho GDAR E GDATR, regulamentadas pelo Decreto nº 5.827, de 29 de junho de 2006, foi estabelecido no âmbito desta Agência, mediante Portaria nº 300/ANTT, sendo realizada a primeira avaliação no início do exercício de 2007, considerando o desempenho dos servidores no período de 1º de setembro de 2006 a 31 de dezembro de 2006. Os

servidores avaliados receberam o valor que fizeram jus em decorrência do resultado do processo de avaliação, em abril de 2007.

Em agosto de 2007 os servidores passaram pela segunda avaliação de desempenho para efeito de concessão das gratificações de desempenho. O período avaliativo foi de 1º de janeiro a 30 de junho de 2007. As avaliações referentes ao período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2007, serão realizadas em janeiro de 2008.

6.4.5. Informatização dos Procedimentos para Avaliação de Desempenho

A ANTT, visando à informatização de atividades de Recursos Humanos que envolvem todos os servidores efetivos do quadro e seus respectivos Gerentes ou Superintendentes e dada à dinâmica resultante de fatores internos e externos à Agência, com reflexos diretos nas ações de recursos humanos, ficou clara a necessidade de alocar uma equipe específica, com atribuição exclusiva de desenvolver, aperfeiçoar e modificar os sistemas informatizados desta área. Essa ação foi concebida em 2007, durante o acompanhamento do processo de avaliação, e a sua implantação, prevista para o exercício de 2008, depende da contratação de profissionais ou empresa de informática para desenvolver os trabalhos, visando o desenrolar do Programa de Avaliação de Desempenho com maior brevidade e assertividade, contribuindo para resultados positivos tanto na área de Recursos Humanos quanto na área de Informática.

6.5. Capacitação

A execução do programa de treinamento, no total de 164 eventos, atendeu a todas as unidades administrativas da Agência. Foram treinados 594 servidores, em diversas áreas de conhecimento, acumulando um total de 22.760 horas de treinamento e perfazendo uma média per capita de 38,32 horas de treinamento.

Treinandos em 2007

Nº	UNIDADE	Total de SERVIDORES	Servidores TREINADOS	% POR Unidade	% em relação a ANTT
1	ASTEC	8	4	50,00	0,39
2	AUDITORIA	18	12	66,67	1,16
3	COREG	7	6	85,71	0,58
4	DIRETORIA	26	11	42,31	1,06
5	GABINETE	40	22	55,00	2,12
6	OUVIDORIA	5	7	140,00	0,68
7	PRG	25	21	84,00	2,03
8	SEGER	7	7	100,00	0,68
9	SUADM	57	32	56,14	3,09
10	SUCAR	34	16	47,06	1,54
11	SUEME	24	20	83,33	1,93
12	SUEXE	3	1	33,33	0,10
13	SUINF	39	29	74,36	2,80
14	SULOG	52	39	75,00	3,76
15	SUPAS	106	38	35,85	3,67
16	SUPLA	28	21	75,00	2,03
17	SUREF	39	33	84,62	3,19
18	UR/MG	81	69	85,19	6,66
19	UR/RJ	102	45	44,12	4,34
20	UR/RS	106	95	89,62	9,17
21	UR/SP	95	8	8,42	0,77
22	UR/CE	57	57	100,00	5,50
23	URMA	22	1	4,55	0,10
TOTAL		981	594		57,34

*CEDIDOS 20

*Do total de servidores da Agencia não foram considerados os 20 cedidos a outros órgãos.

6.5.1. Execução Orçamentária da Ação de Capacitação

Do total de recursos orçamentários destinados à ação de capacitação para o exercício de 2007, no montante de R\$ 600.000,00, foram executados R\$ 554.354,00. Destes recursos R\$ 367.845,00 foram gastos com eventos de capacitação e R\$

186.509,00 com passagens e diárias para cobertura de treinamentos fora da cidade de lotação do servidor, conforme demonstrado abaixo:

Demonstrativo dos Investimentos

AÇÃO	VALOR DA DESPESA EXECUTADA (em R\$)	% DESPESA EXECUTADA
TREINAMENTOS	367.845,00	66,36
PASSAGENS	88.026,00	15,88
DIÁRIAS	98.483,00	17,76
TOTAL	554.354,00	100

O Investimento médio per capita em treinamento (despesa total/número de servidores treinados) foi da ordem de R\$ 933,26.

6.5.2. Política de Capacitação

A ANTT vem direcionando suas decisões no sentido de trabalhar de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº. 5.707 de 23/02/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Para tanto, foi contratado consultor especializado, que está realizando o levantamento das competências de cada unidade, cujo principal produto é a elaboração de Planos de Capacitação Personalizados para cada um dos nossos servidores.

Dessa forma, a Agência estará investindo, sistematicamente, nas demandas apresentadas pelos servidores, mediante a realização de cursos, eventos e outras ações de desenvolvimento, específicas para as suas necessidades, contribuindo para o crescimento na carreira, garantindo, assim, um futuro cada vez mais promissor para as suas equipes.

Esse trabalho será o marco para o estabelecimento da Política de Capacitação da Agência, formulada com base no mapeamento das competências, que subsidiará o desenvolvimento da Programação Anual de Capacitação de cada área, fomentando a existência de um processo mais claro e voltado para o desenvolvimento institucional.

6.6. Benefícios

6.6.1. Plano de Assistência à Saúde

Durante o exercício de 2007, o Contrato Administrativo nº. 008/2005, firmado com a AMIL – Assistência Médica Internacional Ltda., vencedora do certame licitatório realizado no exercício de 2005, a ANTT despendeu recursos da ordem de R\$ 587.500,00, referentes ao custeio para beneficiários (servidores e dependentes) que optaram pelo plano.

Ao final de dezembro o Plano de Saúde assistia 467 vidas, sendo 267 servidores e 200 dependentes, sendo grande a não adesão ao Plano, justificada pelo fato do orçamento familiar não suportar a despesa total representada pela sua participação e de seus dependentes neste benefício.

6.6.2. Auxílio Alimentação

Ao final do exercício de 2007, 865 servidores faziam jus ao Auxílio Alimentação, totalizando uma despesa de R\$ 1.588.140,00.

6.6.3. Auxílio Pré-Escolar

Em dezembro de 2007, 95 servidores atendiam aos requisitos para o pagamento do Auxílio Pré-Escolar, cuja despesa no exercício totalizou R\$ 84.380,00.

6.6.4. Ajuda de Custo

Baseado no Decreto nº. 4.004/2001, 9 servidores fizeram jus à Ajuda de Custo para atender despesas de viagem, mudança e instalação, em decorrência de mudança de domicílio para exercer cargo comissionado na ANTT, ou retorno ao domicílio de origem, em caso de exoneração de cargo comissionado. O valor total da despesa com este benefício no exercício de 2007 alcançou R\$ 149.223,00.

6.6.5. Auxílio Transporte

A despesa total no exercício, com Auxílio Transporte, foi da ordem de R\$ 821.801,00, beneficiando 493 servidores.

6.6.6. Auxílio Moradia

A ANTT custeou as despesas com aluguel de moradia, em até R\$ 1.800,00 mensais, de 55 servidores, fundamentada no Decreto nº. 4.040 de 03/12/2001. A despesa com Auxílio Moradia no exercício de 2007 importou em R\$ 1.150.000,00, alcançando uma média mensal de R\$ 95.833,00.

6.7. Programa Sócio-Educativo

6.7.1. Estágio

A ANTT possui um programa de estágio regido pela Norma Administrativa NA/001-04/SUADM, que estabelece os critérios e procedimentos para solicitação, seleção, contratação e acompanhamento de estagiários na ANTT, fundamentada na Lei nº. 6.494, de 7 de setembro de 1977 e suas alterações posteriores.

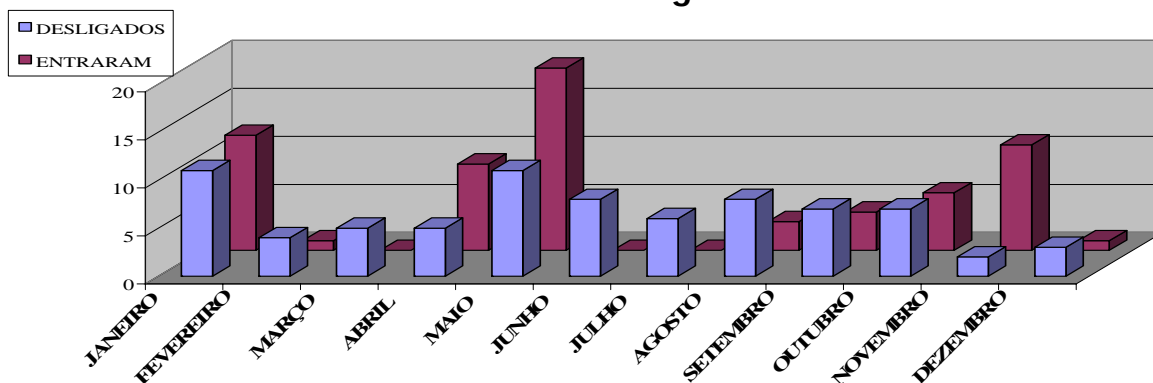
- Convênio de Estágio - A ANTT está conveniada ao Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, associação filantrópica de direito privado, agente de integração sem fins econômicos, beneficente de assistência social, certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CENAS, tendo no ano de 2007, a participação de 92 estagiários, sendo 22 de nível médio e 70 de nível superior.

- Dados Financeiros do Programa de Estágio - Em 2007, foi gasto com este convênio R\$ 325.927,00, ou seja, R\$ 27.160,00 mensais. O valor da bolsa para as vagas de nível superior é de R\$ 260,00 e a de nível médio é de R\$ 145,00. Porém, para cada estudante, é pago ao CIEE um valor de 10% sobre o total da bolsa como Taxa de Serviço. Logo, o custo unitário para a ANTT com estagiário de nível superior é de R\$ 286,00 mensais e o de nível médio é de R\$ 159,50 mensais.

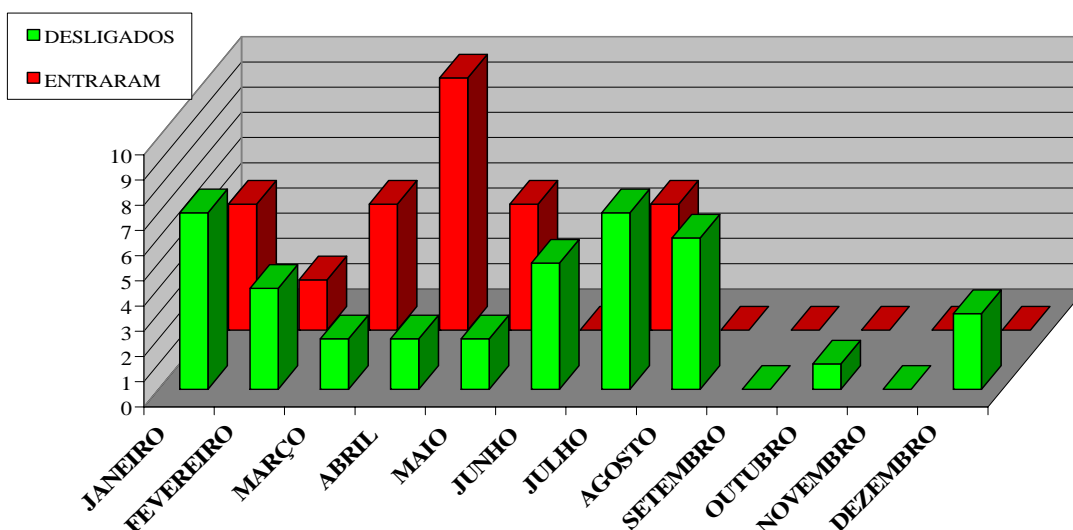
- Dados Gerais do Programa de Estágio - O quantitativo de vagas é fixado, anualmente, pela Diretoria, em função do Programa de Trabalho da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, observado o limite de 20% do total da lotação aprovada para as categorias de nível superior e a 10% para as de nível intermediário, reservando-se desse quantitativo, 5% das vagas para estudantes portadores de deficiência, compatível com o estágio a ser realizado, de acordo com a Norma Administrativa NA/001-04/SUADM.

Os gráficos a seguir demonstram o fluxo de entrada e saída de estagiários no decorrer dos meses do exercício de 2007.

Fluxo de Entrada e Saída de Estagiários de Nível Médio



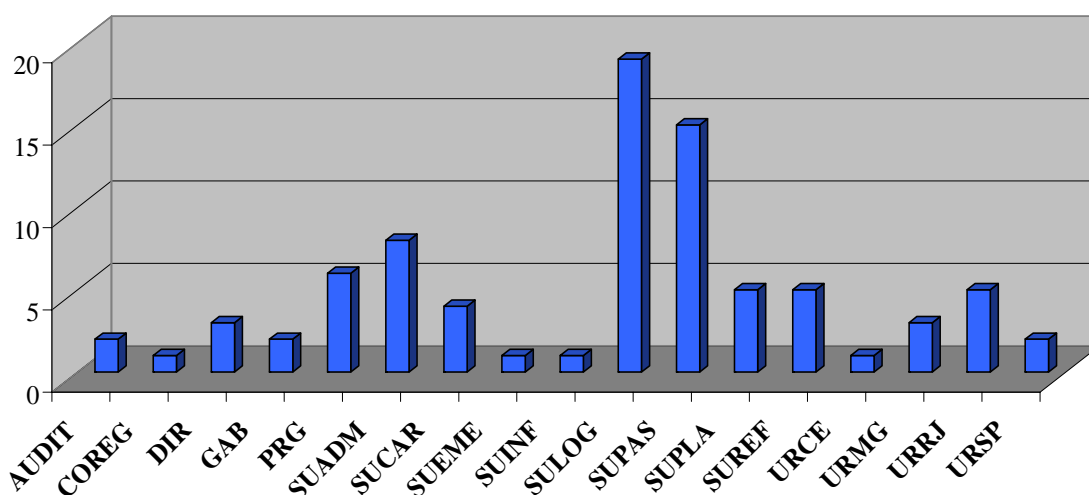
Fluxo de Entrada e Saída de Estagiários de Nível Superior



Em virtude do baixo valor da bolsa auxílio, que não é reajustada há alguns anos, grande número de desligamentos são observados durante todo o ano. O valor da bolsa também contribui para a dificuldade no preenchimento das vagas existentes, causando certa demora na reposição dos estagiários desligados. Como não é oferecido aos estagiários outro benefício, além da aprendizagem, os desligamentos são constantes.

A seguir, demonstramos a distribuição dos estagiários por área:

Quantitativo de Estagiários por Lotação



6.7.2. CESAM

A partir da assinatura do Primeiro Termo Aditivo, o convênio de Cooperação Sócio-Educativa nº 022/2005, celebrado pelo Centro Salesiano do Menor – CESAM e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para disponibilização de menores aprendizes de serviços administrativos, foi prorrogado por mais doze meses, tendo sido seu valor anual atualizado para R\$ 451.967,04, considerando a alteração do salário mínimo e do valor de vale-transporte, evitando, assim, o desequilíbrio econômico-financeiro do convênio.

Durante o ano de 2007, ocorreu a assinatura de um segundo Termo Aditivo para alteração do representante legal, permanecendo inalteradas e ratificadas as demais Cláusulas e condições apostas no primeiro acordo.

Diante dos resultados satisfatórios obtidos pela parceria formada pelo CESAM e ANTT, que agregaram novas formas de impulso para o melhor desenvolvimento da Agência na direção de melhor cumprir sua missão, foi, mais uma vez, prorrogado por doze meses o Convênio, e o seu valor total anual alterado para R\$475.650,00; consoante a MP nº 362/2077 - DOU: 30.03.2007- Edição Extra, que elevou o valor do salário mínimo, quando da assinatura do Terceiro Termo Aditivo, em 28 de dezembro de 2007, publicado no DOU nº 4, de 7 de janeiro de 2008.

Em 2007, tivemos a alocação de 37 menores lotados na Sede da ANTT em Brasília e 1 na Unidade Regional de Minas Gerais, gerando uma despesa total de R\$ 469.598,00.

6.8. Serviços Terceirizados

De janeiro a dezembro de 2007, dando continuidade ao Contrato Administrativo Nº 042/2005, firmado em 31 de outubro de 2005, em decorrência do Pregão Eletrônico Nº 027/2005, a PH Serviços e Administração Ltda., empresa vencedora do certame, realizou a prestação de serviços auxiliares e complementares de apoio às áreas da ANTT localizadas em sua sede em Brasília, pertinentes à recepção, transporte, manejo de ascensores, reprografia, arquivo e serviços acessórios e complementares de apoio, atendimento a usuários, serviços de secretariado, operador de som e imagem e técnico de gestão da informação, para atendimento às necessidades desta Agência. De janeiro a maio de 2007, a prestação desses serviços, correspondente a 107 postos de trabalho, totalizou uma despesa de R\$ 1.325.430,78 .

A partir do mês de junho de 2007, com a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 042/2005, em conformidade com o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, foi aumentado o quantitativo de postos de trabalho contratados, de 107 para 114, para garantir a efetividade da execução de serviços afetos a esta Agência, em função do crescimento dos serviços fiscalizados e regulados pela ANTT, de acordo com o que estabelece a legislação específica.

Tal medida correspondeu ao aumento aproximado de 7,80% do valor global contratado, sendo de R\$. 601.167,49, a despesa efetivamente realizada nos meses de junho e julho de 2007.

Em 20 de julho de 2007 foi celebrado entre a ANTT e a Empresa PH Serviços e Administração Ltda, o Quarto Termo Aditivo ao contrato supramencionado, contemplando a inclusão de mais 14 postos da categoria profissional de Técnico de Gestão da Informação, para atender demanda de serviços de áreas finalísticas da ANTT, sendo a despesa no período de agosto a dezembro de 2007, correspondente a R\$ 1.684.130,32.

De janeiro a dezembro de 2007, a despesa com a prestação desses serviços terceirizados foi da ordem de R\$ 3.610.728,59, correndo à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, sob a classificação orçamentária: PTRES 6561 – Elementos de Despesa nºs 339037 e 339093, respectivamente, das Fontes de Recurso 0129 e 0250..

Além dessas despesas, foram reconhecidas e pagas dívidas no exercício de 2007, referentes a exercícios anteriores, relativas às despesas reembolsáveis, no montante de R\$ 21.933,50.

Considerando esses gastos adicionais, o total geral despendido no exercício de 2007, foi correspondente a R\$ 3.632.662,09.

7. Gestão de Suprimento de Bens e Serviços

7.1. Aquisições e Contratações

O fortalecimento da estrutura regional desta Agência com a implantação de Unidades Regionais adicionais e criação de Postos de Fiscalização/Atendimento em áreas anteriormente não contempladas com escritórios da ANTT, determinou um incremento na demanda de aquisições de bens e serviços, gerando a necessidade de realização de 458 processos de aquisição/contratação da ordem de R\$ 47.969.890,11, concernentes a 5 Concorrências, 44 Pregões, 10 Adesões a Registros de Preços, 267 Dispensas de Licitação, 23 Inexigibilidades, 102 Termos Aditivos a Contratos, 3 Termos Aditivos a Convênios e 4 Apostilamentos, conforme discriminado a seguir e detalhado em planilhas anexas:

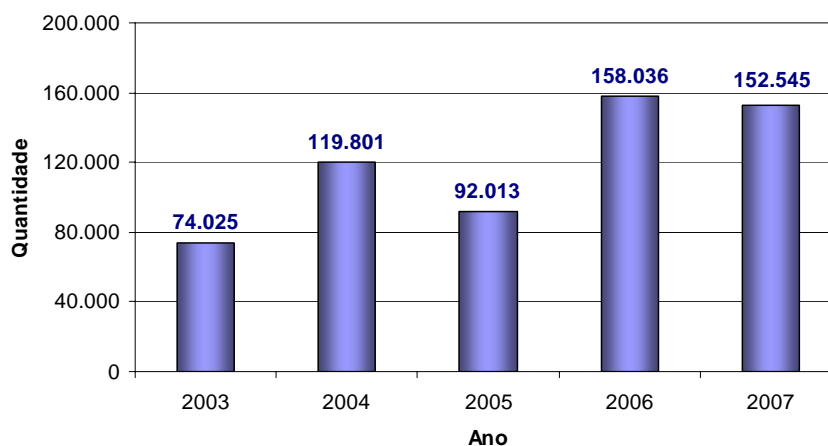
Aquisições e Contratações

MODALIDADE	QUANTIDADE PROCESSOS	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO R\$
Pregão	44	6.001.432,51
Convite	0	0,00
Concorrência	5	190.900,00
Registro De Preços (Adesão)	10	8.275.319,94
Dispensa de Licitação (Art. 24, Inc. II)	260	547.142,45
Dispensa de Licitação (Art. 24, Inc. V, VIII, X, XIII e XVI)	7	1.196.371,80
Inexigibilidade	23	2.793.666,35
Termos Aditivos aos Contratos	102	25.259.130,31
Apostilamentos aos Contratos	4	102.940,40
Termos Aditivos aos Convênios	3	815.650,00
T O T A L	458	45.182.553,76

Foram celebrados no exercício de 2007, 79 contratos, totalizando R\$ 19.270.526,65 e elaboradas 271 Notas Técnicas versando sobre o exame de editais, análise de questões relativas à execução de contratos, bem como análise de projetos de leis que tratavam de alterações da Lei nº 8.666/93.

8. OUVIDORIA**8.1. Quantidade de Manifestações Recebidas**

Em 2007, a Ouvidoria recebeu 152.545 manifestações. Apesar da redução em relação ao ano anterior, o resultado alcançado foi satisfatório e demonstra que, desde 2006, trabalhamos com o máximo da capacidade, tanto no desk service quanto na central telefônica. A evolução anual do volume de manifestações recebidas pela Ouvidoria está representada no gráfico a seguir:

Manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2007

*Os números apresentados neste Relatório foram extraídos do banco de dados da Ouvidoria, no qual são registradas todas as manifestações recebidas.

8.2. Meios de Comunicação Utilizados

Os canais disponibilizados ao cidadão-usuário para contato com a Ouvidoria são: telefone 0800 610 300; internet (e-mail e formulário eletrônico Fale Conosco, disponível no site da Agência); atendimento pessoal; carta e fax.

A tabela 1 mostra que o principal canal de entrada foi a Central de Atendimento que, pelo telefone 0800 610 300, acolheu 84,2% da demanda. A redução percentual da participação desse canal em relação a 2006 se deve ao novo procedimento adotado pela Ouvidoria para que os registros das manifestações sejam ainda mais completos e detalhados, o qual requer dos operadores mais tempo em cada atendimento. Essa mudança trouxe mais agilidade para a solução dos casos, pois se evita a necessidade de novo contato com o cidadão-usuário para obtenção de informações adicionais. O segundo canal mais utilizado foi a internet, pelo qual chegaram 15,6% das mensagens dirigidas à Ouvidoria.

TABELA 1

MEIO DE COMUNICAÇÃO		QTDE EM 2007
INTERNET	FALE CONOSCO	15.925
	E-MAIL OUVIDORIA	7.513
	E-MAIL MT *	292
	TOTAL	23.730
0800 ANTT		128.458
PESSOALMENTE		153
CARTA		126
TELEFONE		43
URMG **		20
FAX		5
URCE**		5
URRJ **		3
URSP **		1
CEFTRU		1
TOTAL		128.815
TOTAL GERAL		152.545

* Manifestações recebidas pelo Ministério dos Transportes e encaminhadas à Ouvidoria

** Manifestações recebidas pelas unidades regionais e encaminhadas à Ouvidoria

8.3. Tipos de Manifestação

Todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria são registradas em base de dados e classificadas por: tipo (pedido de informação, reclamação, sugestão e elogio), canal de entrada e assunto. Os pedidos de informação representaram 92% da demanda e as reclamações corresponderam a cerca de 7%.

A tabela 2 demonstra os tipos de manifestações recebidas, de acordo com a classificação atribuída a cada uma delas:

TABELA 2	
TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QTDE EM 2007
PEDIDO DE INFORMAÇÃO	140.240
RECLAMAÇÃO	10.716
SUGESTÃO	757
ELOGIO	832
TOTAL	152.545

Mantendo a participação já observada em anos anteriores, o transporte rodoviário de passageiros correspondeu à maior parcela dentre todos os modais, ou seja, 70% do total de manifestações dirigidas à Ouvidoria:

TABELA 3	
ASSUNTO	QTDE EM 2007
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS	106.812
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS	33.155
VALE-PEDÁGIO	1.847
RODOVIAS	1.782
TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS	1.770
CONCESSÕES FERROVIÁRIAS	1.204
TRANSPORTE MULTIMODAL	196
OUTROS*	5.779
TOTAL	152.545

* O item Outros inclui, por exemplo, contribuições para audiências públicas e manifestações relativas a assuntos administrativos.

8.4. Tratamento das Manifestações Recebidas

145.276 manifestações (95% do total) foram respondidas diretamente pela Ouvidoria, sem necessidade de encaminhamento às áreas técnicas da ANTT para solução. Esse percentual se explica pelo fato de grande parte das mensagens recebidas pela Ouvidoria serem pedidos de informação que demandam respostas pouco complexas ou tratam de situações conhecidas pelos operadores da Ouvidoria.

A consulta é um procedimento adotado pela Ouvidoria quando a manifestação não pode ser respondida prontamente por necessitar de uma análise mais criteriosa ou de providências do setor competente, como uma fiscalização. A tabela abaixo demonstra que 7.269 registros foram submetidos à apreciação de outras áreas da ANTT.

A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros (SUPAS), a Superintendência de Logística e Transporte Multimodal (SULOG), a Superintendência de Infra-Estrutura (SUINF) e a Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas (SUCAR) representaram, juntas, 93% do total de manifestações encaminhadas para consulta.

TABELA 4

SETOR CONSULTADO	QTDE EM 2007
SUPAS	2.872
SULOG	2.710
SUINF	875
SUCAR	323
SUADM	108
SUREF	78
ASCOM	64
DGR	36
SUEME	28
URMG	21
SUPLA	19
URCE	18
URRJ	18
COREG	12
PRG	11
URRS	8
URSP	5
URMA	3
Outras	60
TOTAL	7.269

A partir de reclamações de cidadãos-usuários, em 2007 foram abertos 125 processos pela Ouvidoria para apuração de descumprimento de normas e legislação pelas empresas reguladas e fiscalizadas pela ANTT. Ao receber tais processos, a área técnica responsável realiza a apuração dos fatos e, quando são constatadas as irregularidades, toma as providências necessárias relativas à prestação do serviço.

8.5. Acontecimentos Relevantes em 2007

8.5.1. Ações Voltadas à Melhoria da Prestação dos Serviços

Apesar de satisfatório, o volume de manifestações recebidas em 2007 apresentou pequena redução se comparado ao ano anterior. Esse resultado se deve ao fato de a Ouvidoria ter alcançado um equilíbrio no atendimento, trabalhando no limite de sua capacidade desde 2006. Para manter os atuais níveis de atendimento com qualidade, implementamos ações como a capacitação dos operadores e melhoria contínua dos processos internos.

Entendemos, então, ser de fundamental importância a terceirização do serviço, com aumento dos pontos de atendimento em 2008, para acolher a crescente demanda. Além disso, faz-se necessária a contratação de serviços de telecomunicações que permitam a utilização de facilidades adicionais para o atendimento feito pela central telefônica, o canal de entrada mais utilizado.

8.5.2. Apoio aos Outros Setores da ANTT

A Ouvidoria atua como área facilitadora, interage com a sociedade e, a partir das informações obtidas, assessora os diversos setores da ANTT. Quando são implantados novos procedimentos e serviços, a Ouvidoria recebe as chamadas, orienta e em última instância, encaminha a solicitação às áreas. Visando o apoio, suporte e preocupados com a sobrecarga de mensagens a serem destinadas às áreas finalísticas, bem como com a agilidade do processo de administração dos registros, 95% deles foram respondidos diretamente pela Ouvidoria, sem que fosse necessário o repasse às demais Superintendências.

8.5.3. Atendimento aos Idosos

Um tema que merece destaque é a gratuidade no transporte rodoviário interestadual de passageiros idosos, estabelecida na Lei n.º 10.741/03 (Estatuto do Idoso). Os recursos interpostos pelas empresas reguladas e pela ANTT, as decisões judiciais proferidas e a exposição do tema na mídia provocam reflexo imediato na quantidade de atendimentos realizados pela Ouvidoria sobre esse assunto.

Ressaltamos, ainda, a publicação da Resolução n.º 4, de 18 de abril de 2007, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que pactua os procedimentos a serem adotados para a emissão da Carteira do Idoso. Desde a publicação da referida Resolução, a Ouvidoria tem recebido muitos questionamentos sobre a carteira do idoso, como formas de obtenção e documentação necessária. Os assuntos relativos à concessão da carteira fogem à esfera de atuação da ANTT, no entanto, os operadores da Ouvidoria orientam os cidadãos-usuários a entrarem em contato com o órgão competente para esclarecimentos.

8.5.4. Criação do Relatório de Resultados Semestral

Para melhor subsidiar e apoiar as áreas finalísticas da ANTT, em 2007 a Ouvidoria criou um relatório semestral, divulgado em julho, com dados de janeiro a junho. Em 2008, disponibilizaremos também um boletim informativo trimestral a cada setor da Agência, apenas com as informações de sua esfera de atuação.

8.5.5. Formulário Postal para Recebimento de Manifestações

No intuito de ampliar e democratizar os canais de comunicação, em 2007 a Ouvidoria implementou o Formulário-Postal, em caráter experimental, na rodoferroviária de Brasília, no Terminal Rodoviário de Goiânia e na sede da Agência em Brasília (Protocolo-Geral e recepção). Trata-se de um impresso gratuito, no qual o usuário deve preencher seus dados, relatar a manifestação e depositar em uma caixa de coleta dos Correios, com porte pago pela ANTT. O projeto-piloto ainda está em fase de avaliação.

8.5.6. Participação em Audiências Públicas

Em 2007, o Ouvidor foi designado presidente da audiência pública n.º 060, realizada entre agosto e setembro, com o objetivo de receber contribuições relativas à proposta de Resolução que regulamenta a Lei n.º 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração. A Audiência foi realizada em São Paulo (SP), Curitiba (PR), Recife (PE) e Brasília (DF).

Brasília, DF,

JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE